

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

MARJORIE DE ALMEIDA BOTELHO

**A AÇÃO COLETIVA DOS ESTUDANTES SECUNDARISTAS:
PASSE LIVRE NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**

**RIO DE JANEIRO
2006**

MARJORIE DE ALMEIDA BOTELHO

**A AÇÃO COLETIVA DOS ESTUDANTES SECUNDARISTAS:
PASSE LIVRE NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**

**Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de
Pó-Graduação em Educação da Universidade Federal
Fluminense, como requisito para a obtenção do título
de Mestre em Educação.**

ORIENTADOR: PROF. PAULO CARRANO

**RIO DE JANEIRO
2006**

Botelho, Marjorie de Almeida

A ação coletiva dos estudantes secundaristas: passe livre na cidade do Rio de Janeiro –
Rio de Janeiro – 2006.

113 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense,
Faculdade de Educação, 2006.

1. Movimento Estudantil Secundarista. 2. Participação Política
3. Passe Livre I. Título.

Dedico esta pesquisa aos estudantes secundaristas e em especial ao meu companheiro Claudio Paolino, militante do movimento estudantil, liderança política, que me incentivou a escrever sobre a conquista do passe livre e que durante o desenvolvimento da pesquisa esteve sempre ao meu lado refletindo, indicando caminhos e questionando cada etapa deste processo com o intuito de contribuir para o registro de uma das possíveis histórias sobre esse acontecimento político.

Agradeço a finalização desta pesquisa a CAPES, ao meu orientador Prof. Doutor Paulo César Rodrigues Carrano, ao Prof. Doutor Armando Martins de Barros e a Profa. Dra. Eliane Ribeiro Andrade que acreditaram e me incentivaram a concluir esta pesquisa. Faço um agradecimento especial às lideranças estudantis, Claudio Paolino, Carlos Mattos, Guilherme Soninho, Marcelo Morel, Guilhermina Rocha, Flavio Melo, Marco Antonio Miranda e o ex-vereador Guilherme Haeser, que concederam horas de entrevistas e que por isso tornaram possível a realização desta pesquisa.

A Primavera dos Estudantes

“Eles estão de volta. E é quase impossível deixar de notar. Estão nas páginas dos jornais diários e reúnem-se nas ruas em manifestações contra a discriminação racial e a bomba de Hiroshima, ou a favor da meia passagem em coletivos.... Os novos secundaristas estão em movimento, numa vibração que também atinge Santa Catarina, Pernambuco, Rio Grande do Sul e São Paulo. Mas os jovens estudantes cariocas têm uma tradição a mais. Eles descendem do que já foi o movimento secundarista mais articulado do país, até 1968. Depois veio a proibição dos grêmios, a perseguição e prisão de estudantes, a intervenção nas escolas. Mas agora, os secundaristas do Rio renascem e retomam uma antiga bandeira do movimento. Depois de amanhã, um grupo de presidentes de grêmios colegiais e diretores da AMES (Associação Metropolitana dos Estudantes secundaristas) vão estar com o Prefeito Saturnino Braga, no Palácio da Cidade, pedindo o cumprimento da Lei Municipal 521/34 que garante aos estudantes o pagamento da meia passagem nos coletivos”.

(Jornal do Brasil, outubro de 1986).

RESUMO

A pesquisa desenvolvida para a dissertação de mestrado investigou ação coletiva estudantil que culminou na aprovação na Câmara Municipal de Vereadores do Rio de Janeiro, do Artigo 151 da Lei Orgânica que instituiu o Passe Livre nos transportes coletivos no Município do Rio de Janeiro para estudantes de escolas públicas do ensino médio. Verificou-se que as lideranças estudantis que estavam na direção da Associação Municipal de Estudantes Secundarista tiveram importante papel na aprovação do projeto de lei e na posterior legitimação e manutenção do mesmo. O estudo demonstrou que os jovens foram sujeitos e atores da ação, desencadeada em virtude dos espaços de socialização política que foram construídos no percurso de suas trajetórias e também pela capacidade dos mesmos em envolver os estudantes nas lutas cotidianas da escola.

Diferente do que sugere a bibliografia sobre a participação política dos jovens no final da década de 80, onde estes foram inscritos sob a ótica da apatia e da alienação, verificou-se a existência de grupos juvenis mobilizados na época. A pesquisa focalizou os estudantes que atuavam no movimento estudantil secundarista, mas especificamente no interior da AMES, e em especial as forças políticas da Convergência Socialista e da Organização pela Juventude e Liberdade, que geraram as condições para que os jovens estudantes de escolas públicas e privadas participassem da luta pelo direito à cidade, intervindo na ampliação das instituições democráticas e pressionando o Estado para a garantia e a ampliação do direito ao transporte público para estudantes. O movimento do Passe Livre que marcou a história das recentes lutas sociais da cidade do Rio de Janeiro aponta a importância dos jovens e de suas expressões coletivas no processo da construção de políticas públicas. A pesquisa pode ser entendida como um relato crítico da participação destes atores nas etapas de elaboração do projeto de lei que passam por sua definição, implantação e acompanhamento do processo de aplicação prática.

Palavras Chaves: Movimento Estudantil Secundarista, Participação Política e Passe Livre.

Abstract

The research developed for the master's degree dissertation investigated the high school student collective action that was culminated in the approval in the City Hall of Counselors, in the District of Rio de Janeiro, the Article 151 of the Organic Law that instituted the Free Pass in public transportations for those students. The research verified that student leaderships, that were directed by the Associação Municipal de Estudantes Secundaristas (AMES) had important role in the approval and subsequent legitimating and maintenance of that law. The study demonstrated that youths were subjects and actors of the action. It was possible due to the political environment of socialization that was built during their path and also for the capacity of involving other students in daily militancy at school time. Different from what suggests the bibliography about the political young militancy, in the end of the decade of 80, where students were labeled under the optics of the apathy and alienation, the existence of mobilized young groups was verified at that time. The research focused students that acted in the movimento estudantil secundarista (MES), specifically in AMES leadership and in the political forces of the Socialist Convergence (CS) and of the Organização pela Juventude e Liberdade , that give conditions for public and private high school students fight for their citizenship, intervening in the enlargement of the democratic institutions and pressing the State for the warranty of the right to the public transportation for students. The Free Pass movement, that marked the history of the recent social fights in the city of Rio de Janeiro, points the importance of youths and their collective expressions in the process of the construction of public politics. The research is as a critical report of these actors' participation in the stages of elaboration of the law project, its definition, implantation application.

Key words: I move Student Secundarista, Political Participation and Free pass.

Sumário

Dedicatória	iv
Agradecimentos	v
Epígrafe	vi
Resumo	vii
Abstract	viii
Introdução	p.09
Capítulo 1: Metodologia: a memória como fonte oral para a pesquisa	p.17
1.1. O trabalho com memória	p.20
1.2. A Entrevista	p.25
Capítulo 2: Ação Coletiva: qual foi a nossa?	P.33
Capítulo 3: Anos 80: cenário de intensas transformações	p.37
3.1. Contexto Internacional	p.38
3.2. Contexto Nacional	p.40
3.3. Dinâmica Eleitoral no Rio de Janeiro	p.47
Capítulo 4: Espaços de Socialização Política	p.54
4.1. A organização dos grêmios e o fortalecimento do M.E. Secundarista	p.55
4.2. Trajetórias de inserção na entidade estudantil – AMES	p.65
4.3. Trajetórias em Correntes Políticas	p.71
4.3.1. Perfil da Convergência Socialista	p.72
4.3.2. Perfil da Organização da Juventude pela Liberdade	p.79
Capítulo 5: A Conquista do Projeto de Lei do Passe Livre	p.89
Considerações Finais	p.108
Bibliografia	p.114

Introdução

A pesquisa desenvolvida para a dissertação de mestrado investigou ação coletiva estudantil que culminou na aprovação no dia 28 de março de 1990¹ na Câmara Municipal de Vereadores do Rio de Janeiro, do Artigo 151 da Lei Orgânica que instituiu o Passe Livre nos transportes coletivos no Município do Rio de Janeiro para estudantes de escolas públicas do ensino médio.

O movimento estudantil secundarista do município do Rio de Janeiro reivindicou a meia passagem através da mobilização das bases estudantis. Diversas manifestações ocorreram na cidade do Rio durante a década de 80, mas intensificaram-se no final de 1988, em virtude das grandes mobilizações que ocorreram em defesa da anuidade da mensalidade da escola particular e do passe livre para os estudantes das escolas públicas. Estas mobilizações culminaram com a aprovação do projeto lei de autoria do vereador Guilherme Heaser (PT)², que garantia o passe livre para estudantes uniformizados do município do Rio de Janeiro.

O interesse pelo referido estudo surgiu da necessidade de aprofundar a compreensão sobre a participação política da juventude na sociedade nos anos 80. A análise da participação juvenil na conquista do passe livre reconhece a importância do engajamento juvenil, em especial, dos jovens organizados no movimento estudantil secundarista.

Entende-se que a terminologia juventude refere ao período de vida onde ocorre à transição do mundo infantil para o adulto, momento onde ocorrem mudanças biológicas, psicológicas, sociais e culturais, condicionadas ao contexto histórico onde estão inseridas as culturas, as

¹ Tendo sido promulgada no dia 5 de abril de 1990.

²Lei Orgânica Municipal, artigo 401: "Assegura a gratuidade de pagamento de tarifas de transportes coletivos urbanos aos maiores de sessenta e cinco anos, alunos uniformizados da rede pública de ensino de primeiro e segundo graus, nos dias de aula, deficientes físicos e seu respectivo acompanhante e crianças de até cinco anos".

etnias, classes sociais e o gênero. Neste estudo a juventude será compreendida como uma construção social, com significados distintos para pessoas de diferentes condições sócio-econômicas que vivenciam de maneiras diversas a condição juvenil, segundo o contexto onde está inserido e dependendo da situação juvenil em que se encontra. Reconhecendo assim que a juventude está marcada pela diversidade, e deve ser analisada na perspectiva das juventudes, pois são inúmeros os movimentos juvenis em nossa sociedade. Esta pesquisa pretende abordar a temática da juventude, respeitando a diversidade deste ciclo de vida, mas analisando a juventude organizada através das agremiações escolares, do movimento estudantil, principalmente o secundarista, reconhecendo a existência de elementos comuns, mas respeitando a diversidade existente também no interior deste movimento.

No contexto das sociedades latino-americanas existem diversos grupos juvenis, que vão desde grupos populares urbanos, jovens rurais, associados a movimentos de mulheres, negros, índios, entre outros. O movimento estudantil também é um grupo juvenil (UNESCO: 2004):

Um dos principais grupos juvenis – o único que era socialmente reconhecido até os anos 70 – é o dos estudantes universitários e do ensino médio. Foram os movimentos estudantis tradicionalmente o protótipo de juventude e, durante décadas, o único setor de jovens que participou no cenário social e político na qualidade de ator, em particular no enfrentamento das ditaduras e na busca por uma sociedade mais democrática, assim como por mudanças sociais. Suas características têm variado com o tempo. Já a crescente complexidade das sociedades urbano-industriais, em que se multiplicam agências de referência, dilui sua centralidade ou hegemonia como movimento social, mas não necessariamente sua importância e atividades de liderança.

O primeiro contato com o tema em questão aconteceu quando participei da Chapa “Fala UERJ” em 1993 como representante do departamento de movimentos sociais. O grupo político no qual estava inserida era composto por jovens com larga trajetória no movimento estudantil secundarista. Os mesmos haviam participado da direção da entidade estudantil secundarista desde o início da década de 80 e tal participação era a marca fundamental de suas histórias de vida.

As seguintes questões nortearam a realização desta pesquisa: *“Qual foi o tipo de ação coletiva estabelecida pelo movimento estudantil*

secundarista na dedada de 80 que contribuiu para a criação do projeto de lei que institui o passe livre na cidade do Rio de Janeiro? e *“Como foi a participação política da juventude, em especial dos jovens que estavam na gestão da AMES neste período?”*. Estas indagações se associam aos relatos e documentos³ que comprovam a participação dos jovens na entidade secundarista, conhecida pelo nome de Associação Municipal de Estudantes Secundaristas na gestão de 1989; à autodenominação de co-autores do projeto de Lei que instituiu o passe livre na cidade do Rio de Janeiro e também por cauda das mobilizações em diferentes cidades do Brasil nestes últimos anos pelo passe livre, mas em especial as mobilizações ocorridas em virtude da decisão judicial do dia 1º de julho de 2003 que julgava ser inconstitucional a lei que instituía o passe livre intermunicipal⁴, favorecendo assim, as empresas de transporte do estado do Rio de Janeiro, retirando o passe livre de estudantes, idosos e deficientes físicos nos ônibus, trens, barcas intermunicipais.

A pesquisa tinha como hipótese que a “A Associação Municipal de Estudantes Secundaristas na gestão de 1989 havia influenciado através da realização de passeatas no centro da cidade e negociações com o Vereador Guilherme Haeser a criação do Projeto de Lei que implementou o passe livre no Município do Rio de Janeiro”.

No desenvolvimento da pesquisa percebemos que era importante incluir na análise a transição para a gestão de 1990, pois a AMES realizava o processo eleitoral da entidade no final do ano corrente e o projeto de Lei⁵ do passe livre, apesar de ter sido apresentado em 24/05/1989, somente foi aprovado na Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro em 28/03/1990. Esta inclusão não comprometeu o trabalho, pois, as lideranças estudantis entrevistadas da gestão de 1989 permaneceram na gestão de 1990, apenas mudaram os cargos sob sua responsabilidade.

³ Em anexo jornais da época com depoimentos dos referidos participantes.

⁴ Lei 3.339/99, de autoria do deputado estadual Carlos Minc (PT) e do senador Sérgio Cabral Filho (PMDB) garante o passe livre para estudantes da rede pública e também para maiores de 65 anos e deficientes físicos.

⁵ Projeto de Lei é um tipo de proposição, ou seja, matéria sujeita a deliberação ou encaminhamento do Plenário. O Projeto de Lei tem por finalidade regular toda matéria legislativa de competência da Câmara e sujeita à sanção do Prefeito.

Corroborou com a escolha do objeto a revisão da literatura no campo da educação no Brasil sobre o tema “juventude” que demonstra que os estudos acerca da relação entre movimento estudantil, juventude e participação política representavam 4,9% do total da produção discente da pós-graduação *stricto sensu*.⁶

O tema da participação política do jovem ocupou interesse entre os pesquisadores no final dos anos 60, sobretudo aquela derivada da participação estudantil, configurando uma importante produção para as Ciências Sociais, porém com pouca produção nos estudos educacionais sobre juventude, conforme analisa Carrano (2000) no estudo⁷ “Juventude e Escolarização: Estado do Conhecimento”. O referido estudo apontou que a preocupação com a “participação política do jovem estudante e com sua socialização política”⁸ apareceu somente em meados dos anos 80, conseguindo manter uma certa estabilidade quanto ao conjunto da produção em educação. Sposito relata que “no Brasil, os estudos sobre juventude tiveram início a partir das pesquisas sobre o movimento estudantil na década de 60, desenvolvidas por Foracchi⁹ (1965, 1972, 1977)”.

Durante o período de 1980 e 1984, a referida pesquisa sobre o Estado do Conhecimento não encontrou produção acadêmica abordando esta temática. Para Carrano (2002) esta ausência “evidencia o silêncio sobre a questão da participação política nos primeiros anos da redemocratização da

⁶ Dissertações e teses dos Programas de Pós-graduação em Educação defendidos entre 1980-1995. (Sposito, 1997:45)

⁷ O Estado do Conhecimento, coordenado por Marília Spósito, identificou 387 trabalhos com a temática da juventude, sendo 332 dissertações e 55 teses, sobre total nacional de 8867 (7500 dissertações e 1167 teses). O total da produção acadêmica em juventude perfaz 4,4 da produção total em Educação. A distribuição da produção em juventude esteve apresentada sob os seguintes temas: Jovens Mundo do trabalho e Escola, Aspectos Psicossociais de Adolescentes e Jovens, Adolescentes em processo de exclusão social, Jovens universitários, Juventude e Escola, Jovens e Participação Política, Mídia e Juventude, Jovens e violência, Grupos Juvenis, Jovens e Adolescentes Negros e outros.

⁸ A pesquisa analisou 23 trabalhos (8 teses e 15 dissertações), que foram agrupadas em dois subtemas: Participação Política do Jovem Estudante e Socialização Política e Cidadania, que problematizam, o primeiro, a memória da participação estudantil e a participação estudantil na escola e na universidade e o segundo, o sujeito participativo. Os referidos trabalhos produziram um quadro importante das formas de participação política da juventude, ao produzir um conhecimento que resgata a memória das lutas sociais de outros momentos históricos.

⁹ Para conhecer mais a obra de Foracchi ler artigo de AUGUSTO, Maria Helena Oliva. Retomada de um legado: Marialice Foracchi e a sociologia da juventude. *Tempo soc.*, nov. 2005, vol.17, no.2, p.11-33.

vida nacional após duas décadas de ditadura militar”. Em 1985 foram defendidos trabalhos com uma perspectiva histórica, objetivando recuperar as mobilizações estudantis, principalmente as décadas de 60 e 70 e que ressaltavam a participação estudantil tanto nas escolas como nas universidades, a partir das práticas cotidianas dos estudantes.

As análises realizadas sobre esses temas na referida pesquisa retratavam a condição estudantil através da sua participação juvenil nos moldes dos anos 60 e 70, ressaltando questões relacionadas às entidades estudantis, suas práticas, representações, orientações e valores e sua participação em agenciamentos sociais educativos. Identifica-se que um dos problemas para explicar a participação política dos jovens é a utilização de modelos estáticos e deterministas de influência social, conforme aponta Ann Mische (1997: 138):

Tais modelos têm várias versões, desde a teoria funcionalista de socialização que explica o comportamento dos jovens como a internalização de normas pré-concebidas, até as análises mais estreitas de classes sociais, que reduzem a ação e os interesses dos jovens à sua posição nas relações de produção.

Observa-se que a produção acadêmica que abrange a participação juvenil do movimento secundarista, além de ser muito restrita, também está circunscrita ao registro das manifestações de massa e de manifestações com um grau menor. Este fato comprova a relevância de estudos que analisem o comportamento dos mesmos em diferentes momentos históricos, pois conforme apontamentos de Pereira (1999):

Observando o Movimento Estudantil Universitário e o Movimento Estudantil Secundarista, percebe-se que, se em 68 e até mesmo no período de reconstrução da UBES, o Movimento Universitário tinha uma expressão significativa, a partir dessa primeira metade da década de oitenta, esse quadro não se mantém, isto é, os estudantes secundaristas vão ter um papel na sociedade muito mais ativo nesses anos oitenta, do que o Movimento Estudantil Universitário.

Ann Mischel analisou a diferença entre as mobilizações juvenis nos anos de 1968 e 1992. No primeiro as mobilizações podem ser caracterizadas como espontâneas e foram conduzidas “num campo político polarizado entre o Estado e a oposição estudantil”. No segundo contaram com o apoio da imprensa e dos partidos de oposição e foram conduzidas “pela sociedade civil e política, tendo os estudantes (caras pintadas) atores privilegiados”.

As pesquisas identificam o movimento estudantil brasileiro dos anos 60 e 70 com a categoria de “estudante” e “revolucionário” e os anos 80 e 90 com a categoria de “cidadão”. Para Mische (1997: 140) “a identidade dos jovens no período de 1960 a 1968 era uma identidade forte de “estudante” que se tornou um prisma para múltiplas dimensões dos projetos emergentes dos jovens da classe média universitária, dentro de uma dinâmica de oposição política” e o “período posterior de reestruturação democrática, nos anos 80 e 90, tem como característica a dispersão crescente das redes juvenis”.

Há uma tendência nas pesquisas que abordam à temática do movimento estudantil em analisar a participação juvenil apenas pelas manifestações de massa como nas mobilizações ocorridas contra a ditadura militar e nas mobilizações de 1992 pelo “impeachment” do Presidente Collor. Nas mobilizações contra a ditadura os estudantes são os porta-vozes da sociedade, ou seja, a oposição estudantil polarizando com o Estado militar e no “impeachment” os estudantes são atores privilegiados, ou seja, o campo político polarizado pela sociedade civil e política, tendo a mídia um papel importante.

A década de 80, na maioria das vezes, fica submetida a uma leitura do período dos anos 90, onde a influência do neoliberalismo, a redução do papel do Estado, a ampliação de redes de participação, estão muito mais acentuados. E conseqüentemente a análise da participação política dos jovens acaba por caracterizá-los como apáticos, identificando este período como um período de desmobilização. É como se o individualismo, disseminado pelo capitalismo e pelas propostas neoliberais, tivesse contaminado os movimentos sociais e retirado da cena política a participação juvenil. Para Abramo (1997: 27):

Essa preocupação vem acompanhada de um diagnóstico que identifica nos jovens um desinteresse pela política e de um modo mais geral pelas questões sociais, como resultado da acentuação do individualismo e do pragmatismo que se afirmam como tendências sociais, crescentes, tornado-os “pré-políticos” ou quase que inevitavelmente “a-político”.

Essa análise de desmobilização acaba por desconsiderar do cenário dos anos 80 diversas ações coletivas empreendidas por grupos juvenis, de oposição ao regime militar (1964-1989); “diretas já” (1984); contra a dívida

externa (1986); por uma universidade pública e gratuita (1987); entre outros. Para Schmidt (2001: 17) o processo de constituição das atitudes políticas condiciona o comportamento, ou seja, o caráter democrático não é inato, é construído. E o equilíbrio do sistema político depende da articulação entre jovens e participação política (Muxel, 1997). Por este motivo a pesquisa considerou a importância da análise da participação do movimento estudantil secundarista, levando em consideração que a ação coletiva desenvolvida pelos estudantes estava associada à cultura política da sociedade no período de redemocratização e aos espaços de socialização política nos quais as lideranças estudantis estavam inseridas.

No capítulo um, apresentamos a opção pela metodologia da história oral que prioriza o relato de pessoas que testemunharam acontecimentos, conjunturas, movimentos e instituições e modos de vida da história contemporânea, valorizando os depoimentos e a memória dos sujeitos que vivenciaram de diferentes formas o acontecimento da aprovação do passe livre no Município do Rio de Janeiro, mas levando em consideração que a recordação, o resgate da memória, reaparece re-significado no presente, devendo ser analisado no conjunto de depoimentos coletados.

Dando prosseguimento ao estudo apresentamos no capítulo dois o entendimento acerca do significado da ação coletiva, do tipo de ação coletiva que aconteceu para a aprovação do projeto de lei do passe livre. Apresentamos uma leitura sobre a ação coletiva associada ao conjunto de acontecimentos vivenciados pelas lideranças estudantis, que vão desde a inserção nos grêmios nas escolas, as escolhas partidárias, os rompimentos, as bandeiras de lutas, os conflitos com direções de escolas, as ocupações nas ruas da cidade, que geraram as condições necessárias para a aprovação do projeto de lei do passe livre.

No capítulo três optamos por descrever o cenário dos anos 80, inicialmente ressaltando os aspectos políticos e históricos no contexto internacional, seguidos de uma análise dos acontecimentos ocorridos no Brasil, destacando o cenário político da cidade do Rio de Janeiro. Acreditando, assim, proporcionar a criação de um ambiente, que traduza as mudanças que estavam acontecendo no mundo e no Brasil.

No quarto capítulo descrevemos os espaços de socialização política identificados na análise das entrevistas que permitiram aos estudantes desenvolverem a referida ação coletiva, a saber: a) a organização dos grêmios e a sua importância no contexto do movimento estudantil secundarista, relatando o envolvimento das lideranças estudantis com a criação e a manutenção dos grêmios nas escolas; b) as trajetórias de inserção na entidade estudantil, como os estudantes aproximaram-se da entidade, quem fazia essa aproximação, quais eram suas bandeiras, suas contradições e quais eram as forças políticas que estavam na direção da entidade naquele período; e c) a trajetória destes estudantes nas duas correntes políticas que tinham maioria na gestão da AMES de 1989, apresentando o histórico das duas forças políticas, analisando a origem, as bandeiras, a relação com os jovens e os “rachas” no interior do movimento.

No quinto capítulo apresentamos as mobilizações de rua, os *roletaços*, as reuniões, as invasões na Câmara dos Vereadores, que ocorreram para pressionar o Estado para aprovação do passe livre, relatando também a participação dos estudantes pós a conquista do passe livre, descrevendo a relação dos estudantes junto dos motoristas e trocadores de ônibus. Por fim, a conclusão valoriza a importância do movimento pelo passe livre e ressalta a participação política e os espaços de socialização para o estabelecimento de canais de participação na luta pelo direito à cidade.

Capítulo 1:

Metodologia: A memória como fonte oral para a pesquisa

Na pesquisa optamos pela metodologia da história oral, que utiliza a gravação de entrevistas de caráter histórico e documental com testemunhas de acontecimentos, conjunturas, movimentos e instituições e modos de vida da história contemporânea, sendo a narrativa, uma fonte histórica que fornece subsídios para se conhecer o passado, pois privilegia as pessoas como testemunhas do passado, seus sentimentos, valorizando a memória dos sujeitos que vivenciaram de diferentes formas o acontecimento da aprovação do passe livre no Município do Rio de Janeiro. Alberti (2004: 70) diz que:

O passado existiu independentemente dessas pistas, mas hoje só pode existir por causa delas e de outras. Assim, se dizemos que a narrativa, na história oral, acaba constituindo o passado, isso não significa que o passado não tenha existido antes dela. Esquecer essa diferença é tornar a narrativa ou as narrativas, como a própria realidade, ou as realidades. E quando se opta pelo plural é porque se conclui que todas as narrativas são “válidas”, melhor dizendo, “são versões” e que não cabe ao pesquisador julgá-las.

Desta forma se possibilita a obtenção de informações que não estão em arquivos e se valoriza a representação dos fatos e a relação destes com o presente. A lembrança não é um processo uniforme entre os indivíduos, pois cada um recorda acontecimentos das mais variadas formas e isso depende da importância da experiência vivida na vida da pessoa, e mesmo assim, nem sempre nos lembramos de tudo que foi importante, conforme nos aponta a ciência da psique (Alberti, 2004). Para Thompson (1992: 153) “o processo de memória depende, pois, não só da capacidade de compreensão do indivíduo, mas também de seu interesse. Assim, é muito mais provável que uma lembrança seja precisa quando corresponde um interesse e necessidade social”.

A utilização da oralidade como método de investigação vem desde há Antiguidade, porém até a década de quarenta do século XX não havia o

recurso do gravador à fita, que foi inventado em 1948 e utilizado por alguns pesquisadores, especialmente pelos antropólogos, na realização de entrevistas de história de vida com o objetivo de aproximarem-se do objeto de seu estudo.

No século XVIII a História transforma-se em disciplina acadêmica e prioriza a escrita, deixando a oralidade, em segundo plano e confere às classes dominantes a possibilidade de escrever a “verdadeira” história. Esta predominância da escrita pelos historiadores perdurou até o século XX, quando uma nova perspectiva surge na Escola dos Annales oriunda de historiadores franceses que criticavam a historiografia positivista que ressaltava a importância da narrativa através dos documentos escritos e a história a partir dos relatos das grandes personalidades.

A Escola de Annales trouxe grandes contribuições para a ampliação das fontes históricas, mas a História Oral, somente na década de quarenta, depois da segunda Guerra Mundial¹⁰, surge nos Estados Unidos, quando a Escola de Chicago começa a utilizar “a entrevista, a observação participante e a biografia como meios privilegiados para a análise da realidade social” (Gattaz, 1996: 238).

A modernização na área da História ocasionou o retorno ao uso da metodologia da História Oral que anteriormente era vista como informações distorcidas e imprecisas, pois não forneciam a objetividade das demais ciências, ou seja, o distanciamento dos pesquisadores com o acontecimento em si. A História Contemporânea não tinha tal exigência, visto que os acontecimentos aconteciam durante o tempo de vida do pesquisador. Nos anos 80 ocorreu a revalorização da análise qualitativa, com a retomada aos estudos da História Cultural e com os debates sobre a memória, que impulsionaram assim novas pesquisas históricas e discussões teórico-metodológicas para a área. Este processo possibilitou ao pesquisador entender a importância das fontes orais como um mecanismo de preservar o

¹⁰ Podemos considerar que três fatos marcaram a finalização daquela “*ordem mundial*” existente, dois deles na década enfocada. O primeiro seria o lançamento da *Perestroika* (reestruturação econômica) e a *Glasnost* (abertura política) por Mikhail Gorbachov, que assumia a União Soviética; o segundo, a queda do Muro de Berlim (pela mobilização das massas da Alemanha Oriental) e o terceiro o fim da URSS.

passado, reinterpretado pelo presente. Halbwachs diz que a lembrança não possibilita reviver o passado, mas sim reconstruir no presente as experiências vivenciadas no passado, pois a “lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual” (citação Bosi, 1994: 55).

Porém a História Oral não pode ser definida como um campo restrito das ciências humanas, pois diversas abordagens utilizam suas especificidades. E dentro das Ciências Humanas, Alberti (2004:17) diz que a história oral:

Pode ser empregada em diversas disciplinas das ciências humanas e tem relação estreita com categorias como biografia, tradição oral, memória, linguagem falada, métodos qualitativos etc. Dependendo da orientação do trabalho, pode ser definida como método de investigação científica, como fonte de pesquisa, ou ainda como técnica de produção e tratamento de depoimentos gravados.

Na história oral havia duas tendências (Alberti, 2004): a norte-americana que privilegiava a formação dos bancos de depoimentos orais, sem que a produção se subordinasse necessariamente a um projeto de pesquisa, e de outro, a européia, que privilegiava a lógica da investigação científica, sem que as entrevistas dela resultantes fossem necessariamente colocadas à disposição de um público de pesquisadores.

No Brasil não havia uma tradição em relação ao patrimônio histórico nacional, o que se privilegiava dos anos 30 até fins dos anos 70, pelos setores públicos e privados, estava associado à preservação dos chamados monumentos arquitetônicos e obras de arte erudita associada ao passado do país (MEC-SPHAN/Pró-Memória, 1980 a). Somente a partir dos anos 70 é que houve uma expansão da categoria patrimônio, incluindo para além do oficial, documentos, antigas tecnologias, artesanatos, festas, material etnográfico, várias formas de arquitetura e arte popular, religiões populares, etc. (MEC-SPHAN/Pró-Memória, 1980 a).

Esta expansão da categoria patrimônio contribui também para o crescimento de iniciativas de pesquisa no Brasil com o uso história oral. Entre algumas iniciativas destacamos: no Rio de Janeiro, o Museu da Imagem e do Som (1971); no Paraná, o Museu do Arquivo Histórico da

Universidade Estadual de Londrina (1972); a Universidade Federal de Santa Catarina (1975) e o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), sediado na Fundação Getúlio Vargas no Rio de Janeiro (1975). Thompson (1992:22) relata que:

Antes deste século, o enfoque da história era essencialmente político: uma documentação da luta pelo poder, onde pouca atenção mereciam a vida de pessoas comuns, ou as realizações da economia ou da religião, a não ser em tempos de crise, como a Reforma, a Guerra Civil Inglesa, ou a Revolução Francesa. O tempo histórico dividia-se segundo reinados e dinastias. Até mesmo a história local preocupava-se mais com o governo do distrito ou da freguesia do que com o dia-a-dia da vida da comunidade e das ruas.

1.1 – O trabalho com a memória

A pesquisa em História Oral valoriza as pessoas como testemunhas do passado, valorizando a memória dos sujeitos. Para Bosi (2003:53) a “memória é um trabalho sobre o tempo, mas sobre o tempo vivido, conotado pela cultura e pelo indivíduo” Entendendo o tempo como uma construção social, pois cada sociedade vive o tempo de uma maneira, bem como as classes e conseqüentemente os indivíduos.

Para Thompson (1992:195) o valor histórico do passado tem três pontos fortes: fornecer informações significativas sobre o passado; transmitir a consciência individual e coletiva e possibilitar aos que viveram relatarem suas experiências de vida. Sendo assim o estudo da História oral apresenta uma forte conotação subjetiva, pois a fonte histórica é derivada da percepção humana. Assim, “apenas a fonte oral permite-nos desafiar essa subjetividade: descolar as camadas de memória, cavar fundo em suas sombras, na expectativa de atingir a verdade oculta” (Thompson, idem:197).

A pesquisa não teve como propósito analisar o processo cognitivo de rememoração e esquecimento dos depoentes, porém foi necessário compreender as principais linhas teóricas sobre os estudos da memória. Os estudos dos processos cognitivos contaram com diversos pensadores, desde a Antiguidade, que se dedicaram para compreender o funcionamento da

memória no conjunto das atividades cognitivas. Dentre esses, destaca-se Bérghson, filósofo francês, que investigou a fenomenologia da lembrança, contribuindo para os estudos da psicologia social. Sua obra dedicou-se a compreender a diferença entre esquema-cérebro-percepção e o esquema-cérebro-ação, respectivamente representados como percepção e ação, ou processo perceptivo e processo motor, estando ambas ligadas ao esquema geral corpo-ambiente.

Um dos problemas enfrentados por Bérghson está associado à passagem do tempo para a ação e a percepção, pois ambas transitam entre o passado e o presente, já que acontecem a todo instante. Para resolver esta questão ele opõe a percepção atual à lembrança, ou seja, estabelece a oposição entre perceber e lembrar. Bosi (1994:46) acredita que o esforço de Bérghson “está centrando no princípio da diferença: de um lado o par percepção-ideia, par nascido no coração de um presente corporal contínuo; de outro, o fenômeno da lembrança, cujo aparecimento é descrito e explicado por outros meios”.

Bérghson defende a tese da conservação dos estados psíquicos já vividos. E para tal descreve a figura de um cone invertido com o objetivo de mostrar a diferença entre o espaço profundo e cumulativo da memória e o espaço raso e pontual da percepção imediata (Bosi, 1994:47), apontando que a percepção e a lembrança estão sempre se interpenetrando. Para ele o passado conserva-se e atua no presente quando chamado de lembrança, mas não de forma homogênea, e sim através da memória hábito e da imagem lembrança.

Bosi (1994:48) define que a memória hábito ou memória dos mecanismos motores do esquema bergsonianos são “esquemas de comportamento que o corpo guarda e do qual se vale muitas vezes automaticamente”, incorporando-se as práticas do cotidiano. A imagem-lembrança são lembranças que ocorrem independentemente da existência de qualquer hábito, são lembranças isoladas, singulares, de caráter evocativo, associada a uma situação definida. A lembrança é a sobrevivência do passado, e este, conserva-se no espírito da cada ser humano, aflorando à consciência na forma de imagens-lembrança.

O princípio fundamental para Bérghson postula-se na memória como conservação do passado, sob a forma de lembrança quando evocado pelo presente ou em estado inconsciente quando voltado para si mesmo. O seu esforço concentra-se em diferenciar a memória da percepção, e é esta distinção que Maurice Halbwachs relativiza em sua teoria psicossocial.

Maurice Halbwachs, herdeiro da sociologia francesa, segue os estudos de Emílie Durkheim sobre a precedência do “fato social” e do “sistema social” sobre os fenômenos de ordem psicológica e individual, ou seja, o predomínio do social sobre o individual, passando a tratar a memória como fenômeno social. Bosi lembra que para Durkheim “o eixo de suas investigações sobre a “psique” e o “espírito” desloca-se para as funções que as representações e idéias dos homens exercem no interior do seu grupo e da sociedade em geral (1994: 53)”.

Para Halbwachs a memória é um fenômeno social, pois o sujeito que se recorda está inserido em grupos de referência, ou seja, a memória é constituída pelo grupo e ao mesmo tempo pelo próprio sujeito. Não existe memória puramente individual, visto que as lembranças são construídas dentro de um sentimento de pertencimento a um determinado grupo social. Há um processo de negociação entre memória individual e memória coletiva; ambas passam por processos de reconstrução e nenhuma pode reivindicar a verdade do passado.

O que importa para Halbwachs são os “quadros sociais da memória”, dessa forma ele centra seus estudos nas relações interpessoais das instituições sociais, ou seja, valoriza as instituições que formam os sujeitos no desencadeamento da lembrança no outro. Halbwachs se importa com a construção social da memória, ou seja, como esta se constrói no grupo, identificando que existe uma tendência do grupo na criação de códigos e esquemas de narrativas e de interpretação dos fatos.

Bosi diz que para Halbwachs (1994: 54) “a memória do indivíduo depende do seu relacionamento com a família, com a escola, com a Igreja, com a profissão; enfim, com os grupos de convívio e os grupos de referencia peculiares a esse indivíduo”.

Outra diferença entre os estudos de Bérghson e de Halbwachs consiste no fato de que a lembrança para o primeiro é a conservação do passado, enquanto para o segundo a lembrança quando acionada no presente não retorna da mesma maneira o que aconteceu no passado, com as mesmas representações do passado, e sim associa a sua memória, a memória do grupo e conseqüentemente a memória coletiva de cada sociedade.

Outros autores enfrentam o problema da memória e suas relações com o contexto para a psicologia social. Frederic Charles Bartlett aproximou-se das formulações de Halbwachs, quando utilizou o conceito de “convencionalização” para associar “o processo cultural de um dado momento histórico ao trabalho da memória”, onde postula que a “matéria prima” da recordação não aflora em estado puro na linguagem do falante que lembra. Ela é tratada às vezes estilizada, pelo ponto de vista cultural e ideológico do grupo em que o sujeito está inserido (apud Bosi, 1994:64).

Michael Pollack, no artigo “Memória, esquecimento, silêncio” propõe uma inversão na proposta defendida por Halbwachs em relação à memória coletiva, entendida como “fato social” e reforçada pela idéia de pertencimento ao grupo. Pollak busca entender como os fatos sociais se tornaram coisas, ou seja, como a memória coletiva se efetivou como um fato positivo.

Não se tratando mais de lidar com os fatos sociais como coisas, mas de analisar como os fatos sociais se tornam coisas, como e por quem eles são solidificados e dotados de duração e estabilidade. Aplicado à memória coletiva, essa abordagem irá se interessar pelos processos e atores que intervêm no trabalho de constituição e de formulações das memórias (Pollack, 1989).

O importante é investigar a memória como ação, como acontecimento, pois, para Pollak (1992), a memória está em disputa uma vez que existe um trabalho de enquadramento da memória e da própria memória em si que, por vezes, privilegia acontecimentos, datas, personagens dentro de uma determinada perspectiva. A especificidade da História oral consiste em mostrar a partir das memórias individuais, os limites do trabalho de enquadramento da memória (1989: 8).

Para Alberti é importante evitar polarizações do tipo ‘memória subterrânea “versus “memória organizada”, história ou memória “oficial” versus história ou memória “popular”, pois a História Oral pode parecer querer contrapor memórias “dominadas” versus memórias “dominantes” (2004: 38)¹¹. Para Alberti (2004: 40) “tornar a memória como fato permite entender como determinadas concepções do passado se tornaram coisas, sem o que as explicações do presente permanecem insuficientes”.

Esse pensamento é prosseguido por Alessandro Portelli que procura entender como os fatos sociais se tornaram coisas, mas especificamente, como as “representações” se tornam “fatos”.¹² Sua análise ressalta o fato das sociedades complexas proporcionarem aos indivíduos a vivência em diversos grupos e sendo assim extraírem diferentes memórias, ou seja, “estamos lidando com uma multiplicidade de memórias fragmentadas e internamente divididas, todas, de uma forma ou de outra, ideológica e culturalmente mediada” (Portelli, 1996:106). Por este motivo entende que fatos e representações devem ser analisados juntos para podermos compreender a história da memória.

A memória oral também apresenta inúmeras lacunas, por isso é importante interpretar a lembrança, bem como o esquecimento, as omissões, os trechos inconclusos, pois estes podem refletir também como o fato histórico incidiu na época e no depoente. Para Bosi (2003: 56) “se a memória não é passividade, mas forma organizadora, é importante respeitar os caminhos que os recordadores vão abrindo na sua evocação porque são o mapa afetivo da sua experiência e da experiência do grupo”.

A pesquisa procurou analisar as fontes orais, entendendo as mudanças forjadas pelas memórias, dentro da perspectiva da re-significação que o sujeito faz do seu passado. A especificidade da História Oral está associada ao “estudo da subjetividade e das representações do passado” tomadas como dados objetivos, capazes de incidir (de agir, portanto) sobre a realidade e sobre nossos entendimentos do passado (Bosi: 2004: 42).

¹¹ Ver mais em Pollak, 1989, p.10 e 12

¹² Ver mais Portelli, 1996.

1.2 - A Entrevista

A entrevista funciona para a história oral como um documento que revela como o passado é apreendido e interpretado pelo depoente, ou seja, não retrata o passado *stricto sensu*, mas uma versão do passado. Desta forma, a história oral, para Alberti (2004) ampliou “o conhecimento sobre os acontecimentos e conjunturas do passado através do estudo aprofundado de experiências e versões particulares” ressaltando a versão dos indivíduos que estavam inseridos naquele contexto. Bosi complementa que “a história, que se apóia unicamente em documentos oficiais, não pode dar conta das paixões individuais que se escondem atrás dos episódios” (2003: 15).

A aproximação com o indivíduo contribui para a realização de uma análise dos acontecimentos e conjunturas, valorizando as particularidades dos diferentes sujeitos em contraponto com a versão oficial, levando em consideração que as formas como cada indivíduo ou grupo interpreta determinado acontecimento pode abrir caminhos para entendermos suas ações. Isto não quer dizer que a História oral tem como pressuposto se contrapor à história oficial, mas sim sinalizar a importância que a história oral pode exercer na reconstrução “mais realista do passado” (Thompson, 1992), uma vez que permite o relato de diferentes pontos de vista.

Isto também não significa que a coleta de informações seja capaz de reconstruir um determinado acontecimento. Para Bosi “o depoimento oral ou escrito necessita esforço de sistematização e claras coordenadoras interpretativas” (2003: 49), ou seja, os depoimentos não são portadores por si só da interpretação de um determinado acontecimento ou conjuntura histórica.

A história oral tem apresentado tendências diferenciadas através das entrevistas de história de vida e da entrevista temática. Estas são estudadas por diferentes autores, tais como Tosh (1984), Thompson (1992), Passerini (1987), Samuel (1989/1990), Vansina (1985), Bosi (1983) entre outros.

A entrevista de história de vida tem como foco a trajetória de vida e acaba por abordar diversas temáticas da história do sujeito, desde sua

infância até o tempo presente, necessitando um tempo maior para sua realização. Para Chizzotti (1995: 95-96) este instrumento de pesquisa valoriza:

A obtenção de informações contidas na vida de uma ou de várias pessoas e pode ter forma literária tradicional como memórias, crônicas ou relatos de homens ilustres que, por si mesmos ou por encomenda própria ou de terceiros, relatam os feitos vividos pela pessoa. As formas novas valorizam a oralidade, as vidas ocultas, o testemunho vivo das épocas ou períodos históricos. [...] Podem ter forma autobiográfica, onde o autor relata suas percepções pessoais, os sentimentos íntimos que marcaram a sua experiência ou os acontecimentos vividos no contexto de sua trajetória de vida. Pode ser um discurso livre de percepções subjetivas ou recorrer a fontes documentais para fundamentar as afirmações e relatos pessoais.

A entrevista temática consiste em entrevistas que retratam apenas a participação do entrevistado no tema em questão, tendo uma duração menor. A metodologia da entrevista temática é orientada pelos estudos de Queirós que aponta para o pesquisador que é preciso “ter claro o problema a ser pesquisado, para que possa obter do informante, do narrador, aquilo que é essencial para o seu trabalho. O pesquisador deve conduzir a entrevista, evitando digressões, o supérfluo e o desnecessário. Para o pesquisador que utiliza essa técnica de “depoimentos pessoais” da vida de seu informante, só lhe interessam os acontecimentos que venham se inserir diretamente no trabalho” (1988: 21). Para Alberti “apesar dessas diferenças, ambos os tipos de entrevistas de história oral pressupõem a relação com o método biográfico: seja concentrando-se sobre um tema, seja debruçando-se sobre um indivíduo e os cortes temáticos efetuados em sua trajetória, a entrevista terá como eixo a biografia do entrevistado, sua vivência, sua experiência”. (2004: 38)

De acordo com os objetivos e com o tempo da pesquisa, definimos que utilizaríamos durante a pesquisa a entrevista do tipo temática, em função do período da pesquisa estar cronologicamente definido pelo acontecimento datado pela criação do projeto de Lei do Passe Livre, bem como pelo período das mobilizações dos estudantes e da participação da entidade estudantil secundarista no final de 1989 e início de 1990.

Esta técnica procura recuperar experiências vivenciadas por um ator social na forma de lembranças. Porém, essas não devem ser analisadas como a única versão da história, e sim, como mais uma fonte histórica, pois

as narrativas constituem o modo de representação de mundo que o ator social envolvido tem sobre o passado. E as diferentes representações dos atores envolvidos em uma mesma ação coletiva, somadas a coleta de dados de outras fontes históricas, permitem que a pesquisa possa formular uma interpretação que se aproxime do que ocorreu no passado, mesmo que seja uma interpretação de um determinado grupo que compartilha as mesmas representações de mundo.

A pesquisa não teve por base critérios quantitativos, não consolidou uma amostragem probabilística referida ao universo dos estudantes participantes do movimento, mas sim, privilegiou os atores que compunham a estrutura institucional que caracterizava a entidade dos estudantes secundaristas. E nesta estrutura priorizou-se a secretária executiva e os diretores das vices zonais, ou seja, das micro-regiões da cidade do Rio de Janeiro, acreditando que os mesmos vivenciaram os processos que constituíram o projeto de Lei do Passe Livre no Município do Rio de Janeiro e que, portanto, prestariam depoimentos que contribuiriam para a análise do objeto em questão.

Anteriormente a realização das entrevistas realizou-se uma busca por informações básicas, através de leituras e de manuscritos, de jornais fornecidos por integrantes da Associação Municipal de Estudantes Secundaristas. Foram realizadas duas entrevistas exploratórias com o presidente e com o vice-presidente da AMES da gestão de 1989 com o intuito de identificar o campo e a começar colher idéias e informações. Também entrevistamos Marco Antonio Miranda dirigente da Convergência Socialista. Para Thompson “quanto mais se sabe, mais provável é que se obtenham informações históricas importantes de uma entrevista” (1992:255). Este procedimento contribuiu para a definição do problema e a identificação de fontes secundárias. Estas também foram coletadas com o objetivo de conhecer o contexto em que estavam inseridos os estudantes e para obter informações que contribuíssem para ativar as recordações durante a realização das entrevistas.

As perguntas das entrevistas foram elaboradas de forma simples e direta, transformando-se em um roteiro preliminar, com o intuito de conferir à

entrevista uma orientação prévia. O roteiro foi utilizado em segundo plano, pois optamos por deixar que o entrevistado relatasse a experiência vivenciada em meados de 1989 e início de 1990. Conforme a necessidade e o momento oportuno, as questões relevantes eram inseridas, deixando assim o entrevistado com possibilidade de discorrer sobre suas lembranças em relação ao determinado período.

Nas entrevistas utilizamos como recursos de registro gravador e filmadora. Este último com o intuito de contribuir para a memória visual das lutas do movimento estudantil. Os dois tipos de registros constituem material que poderá ser revisitado para gerar novas análises dos depoimentos fornecidos.

Ao final das entrevistas apareceu a pergunta: Qual versão é a verdadeira? Bosi diz que “não temos, pois, o direito de refutar um fato contado pelo memorialista, como se ele estivesse no banco dos réus para dizer a verdade, somente a verdade. Ele, como todos nós, conta a sua verdade” (2003: 65). Portanto, devemos considerar que a entrevista de história oral, em função das condições de sua produção, conforme sinaliza Alberti (2004: 24), “trata-se de um diálogo entre entrevistado e entrevistador, de uma construção e interpretação do passado atualizado através da linguagem falada. Esta compreensão permite entender porque o depoente “distorce” a realidade, ou comete “falhas” de memória ou “erra” em seu relato. Neste sentido, Alberti (idem: 23) diz:

O que importa agora é incluir tais ocorrências em uma reflexão mais ampla, perguntando-se por que razão o entrevista concebe o passado de uma forma e não de outra e por que razão e em que medida sua concepção difere (ou não) das de outros depoentes e que jamais poderemos apreender o real tal como ele é; apesar disso, insistimos em obter uma aproximação cada vez mais acurada dele, para aumentar qualitativa e quantitativamente nosso conhecimento.

Para avaliar a fidedignidade da evidência das entrevistas de história oral analisamos a consistência interna, inter cruzando as informações coletadas, confirmando as informações com outras fontes, identificando no discurso dos depoentes a existência de uma mobilidade espacial vinculada ao campo afetivo dos mesmos, bem como, defasagens na ordenação interna do discurso e na seqüência dos acontecimentos.

Neste processo valorizou-se a análise das questões da memória e do uso de fontes orais para encontrar pistas sobre os eventos passados. Os depoimentos orais constituíram-se como um diferencial, pois a subjetividade do narrador foi analisada dentro do contexto dos acontecimentos históricos da época em questão. E o êxito da utilização da história oral ocorreu em função do objeto de pesquisa ter podido utilizar fontes orais ainda vivas, pois este acontecimento ocorreu há 17 anos atrás. Esse acervo se constitui como fonte de consulta para posteriores pesquisas, pois na história oral produzimos fontes de consulta, ou seja, documentos históricos. Para Alberti (2004: 23):

A principal característica do documento de história oral não consiste no ineditismo de alguma informação, tampouco no preenchimento de lacunas de que se ressentem os arquivos de documentos escritos ou iconográficos, por exemplo. Sua peculiaridade – e da história oral como um todo – decorre de toda uma postura com relação à história e às configurações socioculturais, que privilegia a recuperação do vivido conforme concebido por quem viveu.

A pesquisa foi empreendida tendo consciência o entrevistador da responsabilidade perante a criação do documento de história oral. Neste momento, ambas partes, entrevistador e entrevistado, construíram conforme identifica Alberti (idem) “uma abordagem sobre o passado, condicionada pela relação da entrevista, que se estabelece em função das peculiaridades de cada uma delas”.

A etapa da interpretação das fontes orais e das outras fontes foi fundamental para a pesquisa em história oral, pois conforme diz Alberti (2004) “conceber o passado não é apenas selá-lo sob determinado significado, construir para ele uma interpretação; conceber o passado é também negociar e disputar significados e desencadear ações”.

A escolha pela metodologia da história oral ocorreu em função da pesquisa ter privilegiado a entrevista e a análise. Portanto, o interesse concentrou-se em encontrar nos discursos dos entrevistados as relações que possibilitaram naquele contexto a participação deles no processo de institucionalização do passe livre no Município do Rio de Janeiro. Para tal, a

pesquisa entrevistou seis representantes¹³ da Associação Municipal de Estudantes Secundarista do Rio de Janeiro (AMES) que participaram da gestão de 1989 e 1990, a saber: Carlos Matos da Silva, Cláudio Marcio Paolino, Marcelo Morel, Flavio Mello, Guilherme Marques e Guilhermina Luzia da Rocha. Também entrevistou Marco Antonio Miranda, dirigente político da Convergência Socialista e o Vereador Guilherme Haeser, autor do projeto de Lei n° 215/89¹⁴ do Passe Livre no Município do Rio de Janeiro.

Flávio Silva Corrêa Melo, tinha 17 anos (nasceu em 03/07/1972), morava no bairro da Tijuca e cursava o ensino médio no Colégio Souza Aguiar que ficava no centro da cidade. Ele morava com os avós que eram aposentados. Inicia sua trajetória no movimento estudantil em 1988 com 16 anos sendo eleito representante de turma no Colégio Estadual Souza Aguiar. Neste mesmo ano filia-se ao PT e em 1989 e 1990 participa das gestões da AMES, ocupando respectivamente o cargo de Vice-Centro e de Diretor de Patrimônio. Em 1990 participa do Grêmio do Souza Aguiar. Neste período não tinha emprego formal e participava somente do Movimento Estudantil. Participou na UERJ onde fez Faculdade de Letras das atividades do CA e em 1993 integrou o DCE pela chapa Fala UERJ. Em 2004, publicou o livro Poemas Suíços, editora Íbis Libris. Atualmente trabalha como gerente na Livraria da Travessa, ministra aulas de português, e é coordenador editorial da Revista Bagatelas.

Guilhermina Luiza da Rocha tinha 19 anos (23/01/1970), morava com a família em Bento Ribeiro, zona norte do Rio de Janeiro e em 1989 cursava o adicional no Colégio Estadual Carmela Dutra em Madureira e em 1990 fazia o adicional no Instituto de Educação. Em ambas as escolas ela participou do grêmio. Em 1988 filiou-se ao PT e nos anos de 1988, 89 e 90 fez parte da diretoria da AMES, ocupando nos dois primeiros anos o cargo de Vice zonal Madureira e em seguida de Diretora de Escolas Normais. Seu pai trabalhava no comércio e sua mãe era doméstica e ela nesse período não trabalhava. Atualmente é professora da rede pública de ensino e coordenadora geral do SEPE.

¹³ A pesquisa manterá os nomes verdadeiros dos entrevistados, pois obtive a concordância dos mesmos.

¹⁴ Diário Oficial, 30 de maio de 1989.

Carlos André Mattos tinha 19 anos (01/02/1970), morava em São Cristóvão e cursava o 2º ano do 2º Grau no Colégio Estadual Gomes Freire de Andrade, situado no bairro da Penha, zona norte da cidade. No ano seguinte foi para o Colégio Clóvis Monteiro. Em 1986 filia-se ao PT e inicia sua participação política nos grêmios, inicialmente no grêmio do Colégio Pedro II em 1987 e posteriormente no Grêmio do Colégio Estadual Gomes Freire de Andrade em 1989. Neste período participa de três gestões da AMES, da gestão de 1987 ocupando a função de vice-presidente da Baixada Fluminense, da gestão de 1988 como Secretário Geral da AMES e da gestão de 1989 como presidente da entidade. E em 1990 ocupa o cargo de Diretor da UBES. Nessa época seu pai já havia falecido e sua mãe trabalhava como artesã e ele trabalhava no Sindicato dos Bancários. Atualmente trabalha no Sindicato Estadual de Profissionais da Educação (SEPE).

Marcelo Morel tinha 21 anos (29/08/1968), morava em Laranjeiras e fazia o supletivo no Colégio Wakigawa de onde foi expulso em 1989. Em 1990 retornou os estudos no 1ª ano no supletivo do Colégio Estadual José de Alencar, mas não concluiu o 2º grau. Em 1986 filia-se semi-clandestinamente ao PC do B, com quem rompe em 1988 para participar da fundação da Organização da Juventude para Liberdade. Em 2003 faz sua filiação na setorial do meio ambiente do PT e em 2005 filia-se ao Partido Verde. Sua trajetória no movimento estudantil começou em 1986 no grêmio do Anglo Americano e prosseguiu em todas as escolas que fez passagem: Wakigawa (1989) e CE José de Alencar (1990). Participou de quatro gestões da AMES, 1985, 1986, 1989 e 1990, ocupando respectivamente os cargos de Vice Zona sul, articulador juvenil, 2º Vice Presidente e Presidente. Seu pai trabalhava como jornalista e sua mãe era dona de camping e pousada. Nessa época ele não trabalhava, apenas era voluntário na Coordenação da Frente Brasil Popular Juvenil. Atualmente é analista político e assessor parlamentar na Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ).

Cláudio Paolino tinha 21 anos (02/07/1968), morava no bairro Maracanã com a mãe e o irmão, pois o pai havia falecido no ano anterior no trágico acidente do Bateau Mouche, barco que afundou na Baía de

Guanabara. Estava cursando o 3ª ano do 2º grau no Instituto de Educação do Rio de Janeiro (ISERJ) onde concluía a formação de professor de 1ª a 4ª série do ensino fundamental. Iniciou sua trajetória no movimento estudantil participando do Congresso da UBES em 1984, ainda no ensino fundamental. Em 1987 reabre o grêmio do Colégio Estadual João Alfredo onde estudava no momento. Em 1989 já no ISERJ reabriu também o grêmio da referida escola que há uns três anos encontrava-se sempre em comissões pró-grêmio. Em 1988 filia-se ao Partido dos Trabalhadores, integrando a corrente da Convergência Socialista e rompe com a referida tendência em 1990, permanecendo no PT. Participou de duas gestões da AMES, a primeira em 1989, como primeiro vice-presidente e em 1990, como primeiro vice-presidente. Nessa época não trabalhava, apenas estudava. Fez movimento estudantil inicialmente na Faculdade de Ciências Sociais da UFF e depois na Faculdade de Educação Artística da UERJ, nesta última participou da gestão “FALA UERJ”. Atualmente é professor do Estado, sindicalizado no SEPE e ministra aulas de educação artística e fotografia para o ensino fundamental. Coordena o Sobrado Cultural, espaço educativo de comunicação e cultural, onde realiza atividades de comunicação, política e cultura voltadas para o público jovem.

Guilherme Marques, conhecido como Soninho, tinha 17 anos e estava na sua segunda gestão na AMES (89-90) ocupando o cargo de Vice-Presidente Zonal Sul. Entrou para o grêmio do colégio Santo Agostinho em 86-87, participando inicialmente da diretoria esportiva. Depois se engajou nas passeatas contra mensalidades e atos abusivos dos colégios. Foi eleito presidente do grêmio no final de 87, mas foi expulso neste mesmo período. Cursou o primeiro semestre de 88 no colégio Impacto, mas também foi expulso por conta de suas mobilizações. Iniciou sua primeira gestão como Vice-Presidente Zonal Sul da AMES (88-89) no colégio Rio de Janeiro. Formou-se em agosto de 88, com um grupo de amigos militantes, a UJL que durou até meados de 95. Neste mesmo ano filiou-se ao PT. Fez sua tese de Mestrado sobre a relação do movimento sindical e a participação dos trabalhadores nas lutas e conflitos urbanos.

Capítulo 2:

Ação Coletiva: Qual foi a nossa?

O movimento do passe livre registra a interferência do movimento social, compreendido na presente pesquisa como um tipo de ação coletiva, na política institucionalizada da cidade. Diversos estudos realizados nestas últimas décadas procuram explicar as transformações que ocorrem nas sociedades contemporâneas. Utilizando-se de diferentes enfoques os referidos estudos sinalizam que os paradigmas utilizados na sociedade industrial clássica não explicam os acontecimentos da sociedade contemporânea, conforme aponta Melucci (1999:10):

Será necessário investir muito tempo e muito esforço antes que se possa elaborar um marco teórico satisfatório capaz de definir as mudanças que ocorrem na sociedade contemporânea, e é possível que ele exija uma verdadeira mudança de paradigma.

O conceito de movimentos sociais no início do século XX esteve associado apenas às organizações sindicais, somente a partir da década de 60, o campo das Ciências Sociais, na obra de Alan Touraine, tornou o conceito do movimento social objeto da sociologia. Porém, o significado sobre movimento social ainda apresenta-se bastante diversificado, para autores como Alberto Melucci, este conceito torna-se reducionista, na medida que vem sendo utilizado para caracterizar diferentes ações da sociedade civil. Melucci (2001: 10), ao falar dos movimentos sociais alerta que: “a nossa dificuldade está, portanto, ter que colocar no interior de categorias, hoje obsoletas, fenômenos que não podem ser interpretados por meio delas”.

O entendimento dos conflitos sociais, até finais da década de 1970, esteve associado à análise da posição do sujeito coletivo na estrutura do sistema capitalista. Esta visão começou a ser modificada, quando a análise da realidade social, considerou também questões da microestrutura, ampliou a análise para além do econômico, e percebeu o movimento da sociedade

política para a sociedade civil e da luta de classes para os movimentos sociais. Isso possibilitou o debate acerca da posição única em relação à posição do sujeito no processo de produção, tais como se apresentou os movimentos de mulheres, que sinalizava a existência de sujeitos vivenciarem uma mesma condição de classe.

A teoria sociológica começou a repensar a problemática do sujeito quando a sociedade tornou-se lugar da política. E o aparecimento destes movimentos centrados em questões identitárias contribuiu com o rompimento das três características que predominavam na análise das teorias clássicas: o lugar do sujeito nas relações de produção não determina suas demais posições; o conflito entendido como evolucionário e a ampliação dos espaços dos conflitos para além da esfera institucional, ou seja, presente em toda prática social.

A participação dos jovens na conquista do passe livre não foi apenas consequência das condições estruturais, mas sim, a transformação das condições colocadas, onde os estudantes criaram possibilidades de interagir dentro das condições estruturais, conforme descreve Melucci, os movimentos sociais são construções sociais, ou seja, "são sistemas de ação no sentido de que suas estruturas são construídas por objetivos, crenças, decisões e intercâmbios, todos eles operando em um campo sistêmico" (2001: 38).

A pesquisa analisou a condição de estudante como mais uma possibilidade do sujeito tornar-se ator social, analisando a dimensão política nas relações microsociais e culturais, ou seja, a dimensão pessoal da vida social. Julieta Miro (apud Abad, 2004: 93) define atores sociais como:

Aqueles indivíduos ou grupos que ocupam uma posição estratégica no sistema de decisões e que respondem ao processo de formação de políticas, pelas funções de articulação do campo cognitivo e do campo de poder. São quem definem os temas de debate e o marco conceitual no qual se desenvolvem as negociações, alianças e conflitos que sustentam uma tomada de decisões.

O estudante, especificamente as lideranças que estavam na direção da entidade estudantil secundarista foram analisados como atores de uma ação coletiva, marcada por uma identidade coletiva, não homogênea, criada

no interior da ação e que orientou as ações do grupo. Foracchi (1972: 110) descreve que:

O paradoxo que revela a duplicidade de significados do movimento estudantil e da sua vulnerabilidade à manipulação permite afirmar que se o movimento subsiste é porque a problemática que lhe dá origem ainda persiste como situação não enfrentada pela sociedade, como alternativa não integrada à ordem normativa e que esta problemática não é específica do estudante como tal, e sim do estudante como *jovem*. Por distanciados que estejam o movimento estudantil e o movimento de juventude, ambos expressam uma idêntica realidade crítica, contida na condição de jovem. O problema do estudante, não individualmente, mas traduzido sob a forma de movimento social, é uma particularização do problema do jovem. E este é muito mais radical porque decorre de uma crise social e se propõe, não com crise de juventude, mas como mediação de crise social.

A participação política contribuiu para o desenvolvimento individual dos jovens como sujeitos sociais, como sujeito de direitos. Abramo (2004: 09) analisa que o “indivíduo só pode se desenvolver integralmente se se constrói como sujeito e só pode assumir plenamente sua condição de sujeito e ator social se alcança um desenvolvimento pessoal integral. A juventude é a fase em que se estrutura o desenvolvimento do indivíduo como sujeito social e esse processo será inteiramente marcado pelo modo como se dá seu desenvolvimento pessoal”¹⁵. Melucci (2001: 102) diz

Os jovens podem, portanto, tornarem-se atores, atores de conflitos porque falam a língua do possível, fundam-se na incompletude que lhes define para chamar a atenção da sociedade inteira para produzir sua própria existência, ao invés de submetê-la; fazem exigência de decidir por eles próprios, mas com isto mesmo reivindicam para todos este direito.

A ação coletiva desencadeada por esses atores articulou a dimensão do conflito, da solidariedade e do rompimento dos limites do sistema, dimensões analíticas, que constitui uma ação coletiva para Melucci (1989). O conflito entendido como a relação entre atores opostos, que valorizam e buscam os mesmos recursos. A solidariedade entendida como a capacidade dos atores compartilharem uma mesma identidade coletiva e o rompimento dos limites do sistema onde ocorre à ação.¹⁶

Essa ação coletiva permitiu, mesmo no contexto da transitoriedade da condição juvenil, bem como da própria condição de estudante, reconhecer o jovem como agentes sociais e entender que o universo de possibilidades

¹⁵ Para mais informações ver TOURAINE, Alain – Juventud e sociedad en Chile. RICS, 1993.

¹⁶ Para aprofundamento ver MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais. Revista de Cultura e Política, n 17, 1989.

como aponta Miguel Abad (2004: 102) das expressões e manifestações juvenis:

Passa por reconhecê-los como um grupo populacional, com características particulares, com potencialidades para aportar a transformação social, como sujeitos de direitos e deveres de uma condição social, que requer uma atenção particular, donde seus interesses, expectativas e necessidades, se tenham em conta e a garantia das mesmas, permita seu desenvolvimento e articulação com o contexto e sua participação nas decisões que os afetam.

Foracchi diz que o movimento estudantil tem suas características mais freqüentes associadas “a identificação política com correntes radicais de esquerda, empresta-se conteúdo “revolucionário” às suas reivindicações e se avalia, com pessimismo, a consistência das suas proposições políticas”. (1972: 109) E algumas análises do movimento estudantil analisam a condição de estudante como sendo socialmente autônoma e caracterizada como um período de passagem. Quando associam o estudante à condição de jovem acabam por vincular a análise das determinações psicossociais. Para Foracchi (1977: 124)

O processo de transformação do jovem em estudante pode atender tanto ao propósito de preservação do status quo e de manutenção dos canais tradicionais de influência defendidos pelas camadas dominantes, quanto aos anseios de participação social ampliada, vitalmente emposados pelas camadas em ascensão.

Os jovens vivem a cobrança pelo futuro da sociedade, Abramo (2007) verifica que “o apelo à participação dos jovens vem muitas vezes acompanhado de um ceticismo e uma espécie de desvalorização do potencial de participação dos jovens na atual conjuntura”. Mas quando os jovens são perguntados em relação ao interesse em participar de estruturas organizadas, as respostas positivas são altas “o que demonstra que muitos rejeitam as práticas dessas organizações, mas não necessariamente seus propósitos ou objetivos concretos. Isso é muito relevante: os jovens querem participar, e o fazem muito ativamente em certas ocasiões, mas valorizam sua autonomia” (UNESCO,2005:69).

Capítulo 3:

Anos 80: cenário de intensas transformações

O contexto histórico dos estudantes da AMES na gestão de 1989 esteve profundamente marcado pelas transformações mundiais e pela transição do regime militar para um regime liberal democrático, conforme depoimento de Guilhermina Luzia da Rocha, vice zonal Madureira na gestão de 1989 da AMES:

Então, conforme o processo da democratização, onde de 87, inclusive fruto da própria greve dos Professores Estaduais, da rede Pública, nós nos engajamos neste movimento, fomos solidários com os professores, quando eles tiveram o primeiro corte de ponto participamos e fizemos uma primeira assembléia sem uma organização efetiva do processo, dentro da própria Carmela Dutra com mais de quinhentos alunos e tivemos ali todo um empenho. Toda uma Solidariedade. Então o movimento, de certa forma, iniciou muito espontâneo, mas tinha a consciência de que era por uma causa, que era da solidariedade aos trabalhadores, ao fato de que a precarização já era identificada naquele período na Educação Estadual e também ao mesmo tempo do próprio do processo da democratização do País. E a gente tava obviamente numa segunda tentativa pós Tancredo, tentando eleger um Presidente da República.

Os estudantes secundaristas estavam envolvidos na dinâmica da redemocratização do país, que reiniciava a (re)construção das instituições e esferas de participação societária. O que fica evidente neste relato é a aproximação com os movimentos de trabalhadores, neste caso, com o movimento dos professores da escola pública, que realizavam neste período greve por melhores condições de trabalho, conforme apontamentos de Julio Bango (2003: p.40)

As aberturas democráticas tiveram os jovens como principais protagonistas. Por meio de suas participações em revitalizados movimentos estudantis, partidos políticos e movimentos sociais, os jovens desempenharam um papel importante em prol do retorno da democracia.

Sendo assim, a pesquisa optou por descrever eventos políticos e aspectos econômicos que marcaram a década de 80, abrangendo o cenário internacional e nacional, na tentativa de contextualizar o período histórico no qual se processava a socialização e a participação política dos jovens que estavam na direção da AMES na gestão de 1989.

3.1 – Contexto Internacional

A década de 80, no contexto internacional, esteve, na sua maior parte, marcada pela Guerra Fria e posteriormente pela desintegração do Bloco Socialista que culminou no término do Mundo Bipolar existente desde o fim da Segunda Guerra Mundial¹⁷. Ao mesmo tempo em que havia a crise do “socialismo real”, também ocorria à propagação do neoliberalismo pelos que se convencionou chamar de Consenso de Washington, cujo impacto torna-se uma realidade nos anos 90. Este Consenso, criado em 1989, descrevia uma série de recomendações aos países que estavam dispostos a reformar sua economia, tais como diminuir ou eliminar as barreiras alfandegárias, diminuir as barreiras contra investimentos estrangeiros e transações de moeda estrangeira, implementar uma disciplina fiscal, reforma tributária, liberação das taxas de juros, revisão das prioridades, entre outros.

A Guerra Fria, após a II Guerra Mundial (1939-1945), foi caracterizada pela disputa entre Estados Unidos e URSS pela hegemonia mundial, acarretando a divisão do mundo em dois blocos, o capitalista e o comunista, provocando durante 40 anos uma corrida armamentista marcada pela ameaça de uma guerra nuclear, com a criação de armas com potência suficiente para destruir o mundo inteiro. A Guerra Fria era denominada como uma guerra econômica, diplomática e ideológica travada pela conquista de zonas de influência.

Com o término da II Guerra Mundial, os soviéticos, sob comando do líder Josef Stalin (1879 – 1953) tinham sob sua área de influência os países da Europa Oriental, com exceção da Iugoslávia e Albânia, que seguiam as diretrizes do Partido Comunista da União Soviética. E os norte-americanos, com o presidente Harry Truman (1884 – 1972) influenciavam o restante da Europa, sob respaldo da Doutrina Truman que tinha como objetivo conter o avanço do comunismo para preservar o capitalismo. Neste sentido os EUA

¹⁷ Podemos considerar que três fatos marcaram a finalização daquela “*ordem mundial*” existente, dois deles na década enfocada. O primeiro seria o lançamento da *Perestroika* (reestruturação econômica) e a *Glasnost* (abertura política) por Mikhail Gorbachov, que assumia a União Soviética; o segundo, a queda do Muro de Berlim (pela mobilização das massas da Alemanha Oriental) e o terceiro o fim da URSS.

apoiaram com ajuda militar e econômica os países contrários ao comunismo e auxiliaram a instalação de ditaduras militares na América Latina.

Em 1985, Mikhail Gorbachov assume o governo da URSS e implementa a Perestroika¹⁸ e a Glasnost¹⁹, diminuindo a polarização entre as superpotências. Em 1987, o presidente norte-americano, Ronald Reagan, assina o primeiro tratado de redução de armas nucleares. O símbolo do fim da Guerra Fria acontece com a destruição em 1989 do Muro de Berlim e a posterior reunificação da Alemanha. O Muro de Berlin havia sido construído em 1961, durante a Guerra Fria, para separar a parte oriental da cidade alemã, sob influência da URSS, da parte ocidental, sob influência norte-americana.

Este cenário contribuiu com a dissolução de diversos regimes comunistas do Leste Europeu, tais como Polônia, Hungria, Tchecoslováquia, Bulgária, Romênia, Alemanha Oriental e com a desintegração da URSS, em 1991. Essas transformações simbolizaram a crise no mundo socialista e a redefinição do poder no mundo.

Um fato marcante que aconteceu em 1989 foi o *Massacre da Praça da Paz Celestial* em Pequim que reuniu cerca de cem mil pessoas, entre estudantes, trabalhadores e intelectuais, exigindo reformas democráticas, a consolidação dos princípios de liberdade e igualdade e para denunciar e protestar em relação à corrupção do governo. Este movimento foi duramente reprimido pelos militares que com tropas e tanques tentaram desmobilizar os protestos, que ficaram conhecidos em virtude da marcha ter sido paralisada por um estudante que ficou parado diante de um dos tanques.

¹⁸ Perestroika- Plano econômico criado no governo Gorbachov que reinicia a introdução do capitalismo na URSS.

¹⁹ Glasnost- Plano que visava um democratização do socialismo soviético.

3.2 – Contexto Nacional

No Brasil, a década de 1980 representou a transição entre o período de ditadura militar (1964 - 1985) e o sistema político-institucional que predomina até os dias de hoje. Esta década esteve marcada pelo modelo econômico pós-64 que edificou na aliança entre militares, tecnocratas e o grande capital, marcou o fracasso do modelo adotado pelo regime militar. O país encontrava-se com uma das maiores crises econômicas de sua história, verificada nas altas taxas de inflação, no endividamento externo, e no déficit público das empresas estatais. Setores da burguesia e das classes médias, descontentes com a crise econômica, em virtude do arrocho salarial e da falta de financiamento, deixavam de apoiar o regime.

No início dos anos de 1980, o governo brasileiro encontrava-se em situação bastante adversa. Sofria, ao mesmo tempo, pressões externas para conduzir o país em direção à ortodoxa econômica e as novas condições políticas internas estimulavam a prosseguir na direção oposta. A estratégia escolhida começou por dissociar o governo da base de sustentação sociopolítica do Estado varguista. O "ajuste externo" opôs-se ao receituário econômico da coalizão desenvolvimentista, que via no crescimento econômico nacional o valor básico a ser alcançado e fazia das empresas estatais seu pilar central de sustentação.

A política governamental foi considerada recessiva, inflacionária e "injusta", pois transferia todos os custos do "ajuste" para os agentes econômicos domésticos, principalmente para os assalariados e para as empresas estatais, evitando onerar os credores externos. Assim, as políticas de governo não só se dissociaram dos interesses imediatos da base de sustentação do Estado como passaram a serem consideradas ilegítimas, ou seja, contrárias aos valores básicos da aliança desenvolvimentista. Um dos resultados disso foi que parte da velha coalizão desenvolvimentista passou a se opor ao governo. As reações dos dirigentes das empresas estatais, duramente atingidas pela política de "ajuste" escolhida, foram pouco explícitas, em função mesmo do caráter autoritário do regime. Sua oposição manifestou-se indiretamente, pela resistência intra-burocrática aos comandos

governamentais e pela atuação de parlamentares sintonizados com as estatais no Congresso. Os empregados das empresas estatais, pelo contrário, manifestaram-se pública e claramente contra a política do governo, seja com demonstrações de rua, seja pela greve de protesto.

Essas reações surgidas no interior da elite empresarial e no sistema de empresas estatais favoreceram a atuação da oposição político-partidária no Congresso e seus esforços para mobilizar as classes médias e populares na luta contra a perpetuação do regime militar. Essa mobilização de massa resultou, entre janeiro e março de 1984, na mais importante demonstração pública ocorrida no Brasil em favor da democratização política: a campanha das "Diretas Já".

A entrada da população na luta política em favor da superação rápida do regime autoritário produziu uma inovação substancial na vida política brasileira: obrigou o governo a tolerá-la, os meios de comunicação de massa fiéis ao regime a noticiá-la e as elites políticas a rejeitar as costumeiras condicionalidades interpostas à vigência da democracia no Brasil. De fato, a idéia de que não há democracia sem participação popular e de que não há participação popular sem a liberdade plena de associar-se e de manifestar demandas coletivas fortaleceu-se social e politicamente pelo amplo apoio das classes médias e das massas populares. A Campanha das Diretas redefiniu o espaço legítimo da política no Brasil.

Diversos setores da sociedade, partidos políticos, igreja, associações científicas, imprensa, empresariado, universidades, sindicatos profissionais, ampliaram seus questionamentos ao regime militar e reivindicavam mudanças de rumos para o país. Esta insatisfação esteve expressa na Campanha pelas "Diretas Já" para presidência da República, acontecimento político que representava o anseio da população para que fossem realizadas eleições em 1985.

A direção do PMDB lançou a campanha pelas Diretas Já, através da emenda constitucional, apresentada pelo Deputado Dante de Oliveira. O PT, PDT, PSB, PCB, entre outros partidos apoiaram a campanha que teve caráter de frente política suprapartidária. Neste período houve grandes comícios populares nas cidades mais importantes do Brasil. Os principais

líderes da campanha eram o presidente do PMDB, Ulisses Guimarães, o senador Teotônio Vilela, ex-arenistas que haviam passado para o PMDB. A campanha pelas Diretas representou um dos maiores movimentos populares da história do Brasil.

A emenda foi derrotada, pois o PDS (Partido Democrático Social), a antiga ARENA (Aliança Renovadora Nacional), possuía o controle do Colégio Eleitoral, mas as mobilizações pelas diretas contribuíram para impedir que houvesse um retrocesso político e para que a oposição elegeesse no colégio eleitoral o novo presidente.

Os três principais pré-candidatos do PDS para a presidência no Colégio Eleitoral eram: o vice-presidente Aureliano Chaves, o ministro do interior, Mario Andreazza, e o deputado e ex-governador paulista Paulo Maluf. Os candidatos da oposição eram o governador de Minas do PSDB, Tancredo Neves, que contava com o apoio dos políticos dissidentes do PDS, que haviam formado o Partido da Frente Liberal (PFL). Este apoio se consolidou no acordo que criou a Aliança Democrática, onde o PFL indicaria a vice-presidência, que baseado na legislação vigente, restringia a candidatura ao senador José Sarney, ex-presidente do PDS e que havia liderado a derrota da emenda das Diretas Já.

O colégio eleitoral elegeu Tancredo Neves que apresentou como proposta realizar um governo de transição democrática. Esta candidatura era reconhecida como aquela que viabilizaria o fim do regime militar e que seria a última candidatura indireta. A população estava confiante no novo presidente, pois em sua plataforma de governo constava a reforma agrária, combate à inflação, posição soberana em relação à dívida externa, a retomada do crescimento econômico e do nível de emprego, melhoria dos salários e convocação de uma Assembléia Constituinte para modificar a constituição do país. Porém, Tancredo foi atingido por uma enfermidade e veio a falecer em 21 de abril de 1985, assumindo o vice-presidente Jose Sarney com uma trajetória política associada ao passado que a sociedade queria transformar.

A Nova República herdou do governo Figueiredo uma série de medidas implementadas por Delfin Neto, na época Ministro da Fazenda, tais

como “incentivos fiscais, subsídios às exportações, maxidesvalorização do cruzeiro em 1983”. (Silva, 1992: 321). Estas medidas tiveram como resultado o superávit da balança comercial proporcionando um aumento nas exportações.

Porém, a situação econômica do país apresentava em 1985 a maior dívida externa do mundo, cerca de 100 bilhões de dólares e a renegociação da dívida estava condicionada ao aval do FMI. Durante o governo de Figueiredo, foram escritas sete cartas de intenção com metas de estabilização econômica para saldar a dívida com o FMI. Em 1984, as negociações foram interrompidas e apenas em 1988 estas voltaram a ser negociadas. Portanto, não entrava dinheiro novo no Brasil, e conseqüentemente o superávit da balança de pagamento era remanejado para saldar os juros da dívida o que acarretava poucos investimentos sociais. Para Silva (1996: 322) esse quadro “resultou na supervalorização do mercado financeiro em detrimento do setor produtivo, daí a inibição dos investimentos privados, pois os empresários procuravam garantir o fluxo de renda real”.

Ao mesmo tempo, o Congresso aprovava medidas que ratificavam o consenso de que era preciso continuar com o processo de reabertura política, tais como: “o restabelecimento das eleições diretas para presidente e vice, e conseqüentemente eliminação do colégio eleitoral; a restauração das eleições diretas para prefeitos das capitais, das áreas consideradas de segurança nacional e das estâncias hidrominerais; a liberalização das atividades sindicais; o direito de voto aos analfabetos; a liberdade dos partidos que viviam na clandestinidade, como o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Comunista do Brasil (PC do B)”. (Silva, 1992: 319)

Vivia-se no início de 1986 com a possibilidade de uma hiperinflação, e o Ministro da Fazenda Dílson Funaro apresentou um Plano de Estabilização Econômica, o Plano Cruzado que previa o congelamento dos preços, hipotecas, aluguéis e salários. Estes últimos foram congelados pela média dos seis últimos e corrigidos através do dispositivo conhecido como “gatilho salarial” que previa a correção automática do salário sempre que a inflação chegasse ao patamar de 20%.

O Plano de Estabilização possibilitou uma elevação no consumo das pessoas, em decorrência do aumento real da renda, mas o desabastecimento era grande e faltavam muitos produtos, o que ocasionava a implementação do comércio ilegal, através do ágio, em quase todos os setores da economia. O governo precisou cobrar empréstimos compulsórios sobre os negócios com o objetivo de evitar o desabastecimento. Essas medidas contribuíram para a baixa na popularidade do presidente José Sarney entre as classes médias, a mais atingida pelas novas medidas. Durante a Nova República outros planos econômicos foram adotados, como o Plano Bresser, em 1987, e o Plano Verão, em 1989, que adotou uma moeda nova, o cruzado novo.

Desde o final do governo Figueiredo haviam grupos e partidos de esquerda e centristas que defendiam a idéia de uma constituição livre e soberana. Nas discussões da Constituinte alguns temas seriam debatidos: a duração do mandato de José Sarney, o papel dos militares no país, a reforma agrária, os monopólios das estatais, a duração da jornada de trabalho, os direitos sociais dos trabalhadores, a política de concessões de emissoras de rádio e tv, a definição do sistema financeiro, entre outras.

A Assembléia Nacional Constituinte foi constituída em 1986 pelos congressistas eleitos, pois não foi aprovada a eleição para a Assembléia pelo Congresso Nacional. Para Silva (1992: 325) “a demora na elaboração da nova Carta Magna, a maneira conservadora como a maioria dos constituintes encarava e decidia sobre assuntos de vital importância para a sociedade, bem como os conflitos político-ideológicos, geravam um desencanto e descrédito quanto à real afirmação da democracia no país”.

Havia, contudo, por parte da sociedade brasileira, uma expectativa grande para que ocorressem as transformações democráticas e os grupos organizados articulavam-se nos debates para pressionar e influenciar as decisões dos constituintes. Em contrapartida parlamentares de direita e centro-direita também se organizava para garantir que propostas progressistas não fossem transformadas em lei.

Neste contexto, a Constituição – logo denominada Constituição Cidadã – foi promulgada em 5 de outubro de 1988 trazendo contribuições

significativas para os movimentos sociais, assegurando princípios fundamentais, conformados em direitos fundamentais constitucionais, tais como: o direito ao Estado Nacional soberano, o direito ao trabalho e ao empreendimento e o direito à liberdade política e de organização partidária, dentre outros. Silva (1992: 326) afirma que “o regime democrático, garante as conquistas das classes trabalhadoras rurais e urbanas, reafirma certos direitos do cidadão, dá sustentação jurídica ao Estado de Direito, garante as liberdades individuais etc”.

O ano eleitoral de 1989 foi especialmente significativo, pois, após 29 anos a população elegeria, através do voto direto, o novo presidente do país. Este ano, último do governo Sarney, terminava com um grande número de mobilizações sociais, em decorrência da relação desgastada entre sociedade e governo. Para Silva (1992: 326) “a massa trabalhadora, mais bem organizada e mobilizada por suas centrais sindicais, respondia aos descabros econômicos e políticos com greves. Há quem calcule em aproximadamente 10.000 o número de greves ocorridas na chamada Nova República”. Este contexto fica evidente no depoimento de Guilherme Soninho, diretor da AMES em 1989:

Você estava dentro das escolas todos os dias discutindo democratização dos meios de comunicação, discutindo a questão salarial no Brasil, a desigualdade. Uma coisa que ia para muito além do movimento estudantil, fazendo debate ali. Era aquela coisa, era a primeira eleição, ninguém votou, nem eu nem meu pai. Meu pai tinha votado, mas uma vez só. Mas muita gente nas escolas não. Os professores também nunca tinha votado para Presidente. Teve aquele momento todo assim e eu acho que isso marcou muito o ano de 89.

A campanha eleitoral marcada pelas posições ideológicas esteve polarizada entre correntes de direita e de esquerda e contou com a participação de políticos como: Ulisses Guimarães, presidente do PMDB; Paulo Maluf, do PDS; Mario Covas, do PSDB; Leonel Brizola, do PDT; Luís Inácio Lula da Silva, do PT, Roberto Freire, do PCB; Aureliano Chaves, do PFL e de Fernando Collor de Melo, do PRN. Para Cárceres (1993: 368):

Os candidatos que tinham a preferência do eleitorado eram Leonel Brizola, ex-governador carioca, político populista e reformista do PDT, e Luís Inácio Lula da Silva, líder sindical e dirigente do PT. Essas duas candidaturas assustavam os setores conservadores dos grandes proprietários rurais, da

poderosa Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), dos militares e de setores da classe média”²⁰.

Cárceres relata que o candidato Collor contava com o apoio de vários setores: a maior parte do empresariado; os setores mais conservadores das classes médias; o PDS, o PFL e o PTB; alguns setores mais à direita do PSDB e do PMDB; os líderes sindicais da Confederação Geral do Trabalho (CGT) e do “sindicalismo de resultado”, e a maior parte da grande imprensa. A candidatura Lula era apoiada pelo PT, PSB e PC do B, que formavam a Frente Brasil Popular; PCB; a esquerda do PMDB e do PSDB; setores das classes médias mais intelectualizados e com maior grau de instrução; setores da Igreja ligados à Central Única dos Trabalhadores (CUT). A grande adesão eleitoral à candidatura do PT veio do PDT de Leonel Brizola, que conseguiu transferir os votos que obtivera no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul (1993: 370).

A vitória foi de Collor de Mello com 42,75% contra os 37,86% votos obtidos por Lula, o que representava uma margem de diferença muito pequena no número de votos. Para Cárceres (1993: 371) temos que considerar na derrota de Lula alguns fatores exteriores, tais como:

Um deles era a crise do Leste europeu, onde o regime socialista burocrático estava sendo desmantelado por populações enraivecidas com vários anos de totalitarismo e privação das liberdades democráticas. Outro fator era um certo vício bacharelesco e preconceituoso da vida política nacional. A política brasileira sempre foi considerada coisa de letrados. Nos setores de classe média e mesmo os setores populares, sempre houve preconceito contra a participação política de trabalhadores, considerados despreparados para altos cargos políticos.

Em 1992 o presidente Collor sofre um impeachment e é afastado do governo em decorrência das denúncias feitas pelo seu irmão, o empresário Pedro Collor, sobre ações ilícitas realizadas pelo Paulo César Farias, o PC, que havia sido tesoureiro de campanha e homem chave no esquema de corrupção montado no Palácio do Planalto.

²⁰ Os resultados levaram Collor, do Partido da Reconstrução Nacional, membro de uma tradicional oligarquia de Alagoas, prefeito nomeado de Maceió durante os governos do regime militar, ex-governador de Alagoas, com 26,11% dos votos e Lula, do Partido dos Trabalhadores, com 14,16% dos votos, para o segundo turno das eleições.

3.3 – Dinâmica eleitoral no Rio de Janeiro

Na década de 80 estiveram na administração do Município do Rio de Janeiro os seguintes prefeitos municipais:

PERÍODO	PREFEITOS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO	
1980-1983	Júlio de Moraes Coutinho	PDS
1983	Jamil Haddad	PDT
1983-1985	Marcello Nunes de Alencar	PDT
1986-1988	Roberto Saturnino Braga (1º prefeito eleito diretamente)	PDT
1989-1992	Marcello Nunes de Alencar	PDT

(Fonte: Arquivo da Cidade em <http://www.rio.rj.gov.br>)

Julio Coutinho assume a prefeitura do Rio de Janeiro em 1980 representando o Partido Democrático Social, a antiga ARENA²¹. Entre as principais lideranças do PDS encontrava-se João Figueiredo, Aureliano Chaves, Paulo Maluf, Marco Maciel e Esperidião Amin. Em 1983, Coutinho entrega o cargo, afastando-se da política em decorrência dos problemas enfrentados com a corrente política liderada pelo então governador do Estado do Rio de Janeiro Chagas Freitas.

Jamil Haddad na época do bipartidarismo filia-se ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), fazendo oposição ao regime militar. Em 1979 participa da reestruturação partidária fundando o Partido Democrático Trabalhista (PDT) liderado por Leonel Brizola. Em 1983 o governador Leonel Brizola convida-o para assumir a prefeitura da cidade, porém entrega o cargo em função de discordar da condução política do partido. Depois contribuiu para a reorganização do Partido Socialista Brasileiro (PSB) e em 1986 ocupa no Senado a vaga disponibilizada por Saturnino Braga. Em 1990 elege-se

²¹ Durante o Regime Militar, a instalação do Ato Institucional no 2, em 1965, define a existência de apenas dois partidos no país, a saber: ARENA (Aliança Renovadora Nacional), partido que apoiava o governo militar e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) que fazia oposição.

Deputado Federal e no Governo Itamar Franco (1992-1995) assume o cargo de Ministro da Saúde.

Marcelo Alencar teve seu mandato cassado como suplente no Senado Federal e seus direitos políticos foram suspensos durante o Ato Institucional nº 5. Em função da entrega do cargo por Jamil Haddad, o Governador Leonel Brizola, convidou Marcelo Alencar para ocupar a prefeitura do Rio de Janeiro na gestão de 1983-1985. Antes do convite para substituir Jamil Haddad, estava na presidência do Banerj. Sua segunda gestão acontece em 1988, através da eleição pelo voto popular, torna-se novamente prefeito do Rio de Janeiro pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT). Na segunda gestão do Marcelo Alencar, no ano de 1989, é importante frisar a greve do magistério municipal que desencadeou um clima de tensão na Câmara Municipal do Rio de Janeiro²². Neste período, 24 diretores de escolas, que foram eleitos pela comunidade composta por pais, professores, alunos e membros de associações de moradores, foram exonerados.

Em 1993, Marcelo Alencar, após 13 anos, rompe com o governador Leonel Brizola, filiando-se ao Partido Social Democrático Brasileiro (PSDB), tornando-se o novo presidente regional do partido no Rio de Janeiro. Em 1994 é eleito governador do Rio de Janeiro.

Saturnino Braga havia sido deputado federal pelo Rio em 1962 pela coligação liderada pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB). Em função da instauração pela ditadura militar do bipartidarismo, filia-se ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Em 1979 com o fim do bipartidarismo, contribui para a criação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e ingressa no Partido Democrático Trabalhista (PDT), na época em que o Partido Popular (PP) é absorvido pelo PMDB. Em 1982 é reeleito senador pelo Rio de Janeiro através do PDT. Em 1986 assume a prefeitura do Rio através do voto direto, sendo o primeiro prefeito eleito desta forma na cidade. A série de problemas financeiros enfrentados pela Prefeitura faz com em 1997 ele se desligue do PDT para filiar-se ao Partido Socialista

²² O Diário da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, quinta-feira, 23 de fevereiro de 1989, Ano XIII, nº.23, registra uma das audiências públicas que retrata os conflitos em relação a greve dos servidores.

Brasileiro (PSB). Em 1988 acaba por decretar falência da prefeitura e sua administração fica marcada pelas greves dos servidores públicos, o que corrobora para o seu afastamento do cargo em 1989. Em 1992 elegeu-se vereador pela cidade do Rio de Janeiro.

Os anos 80, entre o período compreendido entre 1983 e 1992, a prefeitura do Rio de Janeiro foi administrada pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), fundado em 1980 por um grupo de políticos de esquerda liderados por Leonel Brizola²³, que mantinha como legado político o nacionalismo e o populismo de Getúlio Vargas²⁴.

O Partido Democrático Trabalhista teve sua origem no Encontro dos Trabalhistas no Brasil com os Trabalhistas no exílio que aconteceu na capital de Portugal, Lisboa, no ano de 1979. Este encontro teve como objetivo reacender o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) que havia sido criado por Getúlio Vargas e expatriado durante a Ditadura Militar. Definiu-se neste encontro o “novo trabalhismo”²⁵ através da Carta de Lisboa, que tinha como objetivo prosseguir com as lutas sociais e políticas de Jango Goulart²⁶.

Leonel Brizola e outros trabalhistas acreditavam que as condições fundamentais para a democracia estavam associadas à existência dos partidos e a organização do povo. Entre os compromissos firmados na carta estavam: reconduzir o Brasil a uma institucionalidade democrática através das eleições livres, levantar as bandeiras do Trabalho, elaboração de uma nova legislação do trabalho, reverter às diretrizes da política econômica.

No retorno ao Brasil, tentaram obter da Justiça Eleitoral a sigla do PTB, mas esta foi conferida para Cândida Ivete Vargas Tatsch, sobrinha de

²³ Sobre o “Brizolismo”, ver João Trajano, co-edição da Espaço e Tempo e a Editora FGV, que aborda a saga brizolista, a trajetória política do líder gaúcho e sua incansável candidatura à presidência da República e analisa várias décadas até a de 80.

²⁴ Sobre a “Era Vargas” ver José Augusto Ribeiro, editado pela Casa Jorge Editorial. Coleção com três volumes que retrata o período (1930-1945 e 1951-1954).

²⁵ Maiores informações em GOMES, Ângela Maria de Castro. Trabalho e democracia: o PTB sem Vargas. In: Vargas e a crise dos anos 50/Ângela de Castro Gomes (Org.). Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. p.133-160.

²⁶ Maiores informações em FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil militar de 1964. In: O Brasil Republicano: v.3. O tempo da experiência democrática - da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. / Org. Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. E em MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

Getúlio Vargas, em 1980. Por conta deste acontecimento adotaram a sigla PDT, aprovando o seu programa e os estatutos em maio de 1980. Em 1982, na primeira eleição democrática, Leonel Brizola é eleito governador do Rio de Janeiro e o partido consegue também dois senadores e 24 deputados federais.

No período compreendido entre 1983 a 1987, Leonel Brizola²⁷ esteve à frente da administração do Estado do Rio de Janeiro, seguido por Moreira Franco pelo PMDB em 1987 a 1991, mas retornando em 1992. Este período foi marcado pela presença de quatro forças políticas no cenário carioca: o PDT, o PMDB, o PDS e o renascido PTB. O predomínio do PDT, com a vitória de Leonel Brizola, não significou a hegemonia partidária, conforme José Dias (2000:172) relata:

A vitória de Leonel Brizola, contudo, não significou o nascimento de um processo de hegemonia partidária similar ao ocorrido nos estados de São Paulo, Paraná, Minas Gerais ou Espírito Santo, conduzido pelo PMDB ou por grupos politicamente próximos. Ao contrário, marcou o início de um ciclo de grande instabilidade partidária. A vida política do estado ficou marcada pelo conflito político entre o partido de Leonel Brizola e demais forças conservadoras, tendo suas fases determinadas pela coesão das forças políticas à direita do PDT no espectro político e pelas sucessivas divisões do principal partido de esquerda.

Em 1982 a eleição para o governo do Estado do Rio de Janeiro do Brizola contou com a divisão entre o PMDB e o PDS, ou seja, Miro Teixeira e Moreira Franco, que se somados teriam 48% dos votos contra 34% dos votos válidos da esquerda²⁸. De qualquer forma, foram o PDT e a figura política de Leonel Brizola, que se afirmam com um “estilo” de atuação política que ficou conhecido como brizolismo²⁹, contribuiu para a reorganização do cenário político no Estado do Rio de Janeiro e principalmente na cidade do Rio de Janeiro, onde o predomínio eleitoral confirmava o controle de Brizola sobre o Estado. Para José Trajano há no discurso daqueles que aderem a Brizola “um entendimento sobre o lugar que o Estado do Rio de Janeiro e, principalmente, a sua capital ocupam no pacto federativo brasileiro, tanto do ponto de vista político quanto do cultural” (2000: 154).

²⁷ Brizola começou sua carreira política no antigo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) ao lado de Getúlio Vargas. Em 1961 governou o Estado do Rio Grande do Sul e em 1962 elegeu-se deputado federal pela Guanabara. Durante a ditadura exilou-se no Uruguai, posteriormente nos Estados Unidos e por último em Lisboa.

²⁸ Em 1982 o PT teve 3% dos votos e o PDT 31%.

²⁹ Sobre a história do movimento da brizolândia, ver Trajano (2000: 151 – 166)

Em 1986³⁰ a soma dos votos da esquerda foi superior aos votos das eleições do ano 1982, mas o apoio popular ao Plano Cruzado colaborou para a criação da candidatura de Moreira Franco pelo PMDB. A candidatura de Moreira para o Governo do Estado começou em 1985 quando foi indicado pela convenção estadual e sua campanha eleitoral foi marcada pela coalizão de doze partidos que formaram a Aliança Popular e Democrática e pelo apoio de José Sarney e do plano cruzado. Porém, o fracasso das políticas públicas voltadas para a segurança, tema que utilizou durante a campanha eleitoral em virtude das críticas que Brizola recebia por causa dos altos índices de violência urbana e o fracasso do Plano Cruzado contribuíram para a ascensão do PDT, conforme apontamentos de José Dias (idem):

A decepção com o fracasso do Plano Cruzado e com o desempenho do governador Moreira Franco, contudo, voltou a abrir possibilidades de ascensão para o PDT, que reafirmaria o controle eleitoral da cidade do Rio de Janeiro elegendo novamente o prefeito Marcelo Alencar, nas eleições de 1988.

Em 1990, Leonel Brizola elege-se pela segunda vez governador do Estado do Rio de Janeiro, com um número expressivo de votos, 47% dos votos válidos, que se somados com os votos do PT, que apresentou a candidatura de Jorge Bittar, totalizaria em 61%. Essa vitória está associada à gestão de Marcelo Alencar na prefeitura do Rio e a derrota nas eleições de 1989 de Luís Inácio Lula da Silva. Porém, esta segunda candidatura também não tornou o PDT o partido hegemônico, conforme descreve José Dias (idem):

Mais uma vez, a vitória de Leonel Brizola não inaugurou um período de hegemonia no Estado. Ao contrário, a artificialidade deste resultado foi revelada rapidamente. Sem conseguir traduzir sua vantagem eleitoral em uma sólida posição na Assembleia Legislativa, Leonel Brizola iniciou um processo de alianças com partidos conservadores e deputados do interior do estado, que teve altos custos em termos de imagem e desempenho de governo. Por outro lado, os grupos mais ligados ao governador, temerosos do prestígio do prefeito Marcelo Alencar, que, sustentado pela bonança fiscal da Constituição de 1988, mantinha elevados índices de aprovação, deram início a um processo de desgaste das relações entre as duas lideranças, que atingiria o ponto culminante das eleições para a prefeitura da cidade do Rio de Janeiro em 1992.

Esse cenário de divisões internas do PDT contribuiu para o rompimento de Marcelo Alencar e sua transferência para o PSDB. Nas eleições de 1994 o PDT desgastado com o governo Brizola, o apoio a Collor

³⁰ Darcy Ribeiro (PDT) e Fernando Gabeira (PT-PV) somavam 41% dos votos válidos.

em 1992, aliança com o deputado José Nader na ALERJ e os problemas na área de violência urbana, acabam por corroborar com a eleição de Marcelo Alencar no primeiro turno com 32% dos votos contra 26% de Anthony Garotinho, candidatado vindo do interior do Estado e, então, filiado ao PDT.

O contexto da redemocratização apesar de não ser a da cultura democrática, também não pode ser caracterizado como sendo uma cultura tradicional³¹. Para Schmidt (2001: 176) “trata-se de uma cultura política híbrida ou dualista, que mescla atitudes democráticas, autoritárias e atitudes de apatia e distanciamento das instituições políticas”. E os jovens estão inseridos neste contexto de diminuição da mobilização e da política, bem como toda a sociedade, pois deve se levar em consideração que no Brasil, a redemocratização não proporcionou o conjunto de direitos sociais básicos para a população, conforme análise de Abramo (2004:17)

A percepção de falência e corrupção em várias instituições sociais, vinculada às dificuldades e incertezas quanto às chances de inserção no mundo econômico e social e à possibilidade de um exercício significativo de cidadania, acentuam o sentimento de perplexidade, de falta de confiança no futuro, que atingem duramente a capacidade de estruturar projetos de futuro, tanto no plano pessoal como no plano social. Esse elemento central é que estaria vinculado à falta de sonhos, de propostas de transformação, de uma “energia utópica”, identificada nessa geração juvenil.

A participação dos estudantes estava associada à construção de um futuro melhor e ao apoio que os mesmos queriam dar ao regime democrático. Para Krischke (2005, p. 323) “a importância dos estudos sobre cultura política está nas evidências que eles podem proporcionar a respeito da disposição política das pessoas apoiarem o regime democrático”. O regime democrático pressupõe a criação de possibilidades de participação para a sociedade civil nos recursos culturais e nos processos decisórios, conforme aponta diversas pesquisas que sinalizam a aderência do segmento juvenil ao regime democrático. Krischke analisou a pesquisa de Moíses³² e constatou que há aproximadamente dez anos, com variações circunstanciais

³¹ A cultura política tradicional esteve presente até a década de 70 e tinha como características o autoritarismo, elitismo, antiliberalismo, patrimonialismo, corporativismo, estatismo, personalismo, populismo, apatia, antipartidarismo e antiinstitucionalismo.

³² Ver mais em Os Brasileiros e a democracia: bases sociais da legitimidade democrática, 1995. SP, Ática.

“cerca da metade dos jovens brasileiros prefere a democracia a qualquer outro regime de governo”.

Os estudos de Moisés concluíram que há adesão à democracia estava associada à “modernização” que garantia para alguns jovens o acesso aos bens culturais e a inserção ao mercado de trabalho. Também apontava que o grau de escolaridade e a renda familiar eram fatores importantes para a escolha democrática, concluindo então a existência de um tripé da participação política: escolaridade, renda familiar e ocupação. Autores como Rodrigo Banõ e Enzo Faletto faziam aposta contrária, pois não achavam que modernização era sinônimo de adesão à democracia. Rodrigo Banõ (apud MOISES: 2005, p.171 -173) dizia “que os jovens tanto retratam como respondem a sociedade em que vivem”.

Na presente pesquisa verifica-se que a participação política dos jovens estava associada ao estabelecimento da democracia no país, mas não possibilitou levantar dados para corroborar com a conclusão de Moisés em relação à existência de um tripé que sustentasse a participação, pois os dados sugerem não existir esse automatismo condicionado aos efeitos da modernização, vide que os estudantes das escolas públicas, que foram entrevistados, por estarem inseridos no ensino médio, e ainda não sofrerem pressões familiares ou da própria sociedade, não colocavam em pauta, pelo menos não naquele momento, questões relacionadas a sua inserção no mundo do trabalho, apesar de solidarizarem com as causas dos trabalhadores.

Além da constatação da adesão ao regime democrático, também se faz necessário frisar a dinâmica estabelecida entre o Estado e os estudantes secundaristas, que não visualizavam como nos anos 90, a possibilidade de um Estado privatizado, pois a visão que tinham do Estado estava associado ao papel de indutor do desenvolvimento, dos três poderes republicanos, incluindo toda a esfera pública ligada ao executivo (estatais, serviços etc), e em seus três níveis de poder (federal, estadual e municipal). Compreendiam de forma superficial as críticas às visões exacerbadamente estatistas de socialismo, pois pensavam o Estado desprivatizado, ou seja, tirado da burguesia e entregue à classe operária.

Capítulo 4: Espaços de Socialização Política

Neste capítulo optamos por apresentar os espaços de socialização política onde os diretores da AMES estavam inseridos. Entendo que estes espaços foram importantes para a consolidação da ação coletiva que possibilitou a participação dos estudantes secundaristas na conquista do passe livre.

Os diferentes aspectos do ambiente social, onde estão inseridos os jovens, favoreceram para o processo permanente de socialização política, tendo por vezes a capacidade de consolidar atitudes anteriores ou de modificá-las. Conforme assiná-la Schmidt (2001:123):

A socialização política é um processo complexo que inclui a vivência nos diversos ambientes (familiar, escolar, grupos de pares, de trabalho), a educação intencional e não intencional, a mídia, os eventos políticos e os condicionantes estruturais (a cultura política, as condições socioeconômicas, as relações sociais). A partir destes fatores, com uma margem de liberdade para a inovação pessoal, o indivíduo forma sua orientação e atitudes acerca do mundo da política e da sua posição neste mundo.

Essa participação política pode ser analisada sob o prisma da socialização dos referidos entrevistados, entendida como “processo de transmissão de normas, valores e costumes, tem, entre os seus objetivos, assegurar a reprodução social, através de “agentes socializadores”, entre os quais se destacam a família, a escola, os grupos de jovem e a mídia”. (UNESCO, 1995: 30)

Aqui pudemos comprovar que a socialização teve na família e/ou na escola e principalmente nos grupos de jovens que atuavam no interior dos grêmios estudantis e das lideranças partidárias, os primeiros passos da socialização política para estes jovens, possibilitando à inserção no cotidiano da vida pública, comunitária e globalizada. Os diferentes relatos sinalizaram a influência que tiveram de irmãos que já militavam no movimento estudantil, a participação no movimento de base da igreja, dos relatos dos familiares que haviam vivido sob o regime da ditadura.

4.1. A organização dos grêmios e o fortalecimento do Movimento Estudantil Secundarista

A marca do movimento estudantil aconteceu após a fundação da UNE, União Nacional dos Estudantes, em 1937. Dentro da UNE existia um departamento voltado para o movimento secundarista, mas em 1948 opta-se pela fundação da UBES, União Brasileira de Estudantes Secundaristas. E, em 1946, funda-se a Associação Metropolitana de Estudantes Secundaristas (AMES).

No primeiro dia do golpe militar, em 01/04/1964, integrantes do movimento 1º de abril, incendiaram e saquearam a sede da UNE, porém, a repressão ao movimento estudantil não era tão acirrada como com o movimento sindical. Isso possibilitou ao movimento estudantil ser o principal porta-voz dos descontentamentos em relação à ditadura e em contrapartida a sofrer, posteriormente, uma violenta reação do governo militar, que a partir de 1968, considera ilegal as entidades estudantis, os grêmios e inicia a perseguição aos dirigentes estudantis e aos estudantes que tentarem infringir a ordem. A partir deste momento, os Congressos da UBES e da UNE, passam a acontecer clandestinamente, mas com a intensificação das prisões, processos e assassinatos de estudantes, o movimento secundarista, praticamente desaparece nos primeiros anos da década de 70.

Durante a ditadura militar as entidades estudantis sofreram as repressões impostas pelo regime autoritário. Em 1968 o movimento estudantil, principalmente o universitário, composto em sua maioria por jovens de classe média, tornou-se o principal porta-voz dos descontentamentos da sociedade em relação ao regime militar. Os estudantes secundaristas, de 1º e 2º graus³³, organizados nos grêmios, diretórios e na UBES, também marcaram presença no processo de luta pela democracia do país, sendo presos, torturados e mortos, a exemplo do estudante secundarista Edson Luíz, morto pela Polícia Militar durante

³³A participação do secundarista pode ser vista em GHANEM, E. O Papel do grêmio estudantil e a qualidade do ensino no curso noturno. *Idéias*, São Paulo: FDE, n.25, p.61-70, 1995.

protesto contra o fechamento do restaurante estudantil Calabouço, zona sul do Rio de Janeiro, no dia 28 de março de 1968. Outro marco importante para o movimento estudantil foi a Passeata dos Cem Mil, em 26 de julho, a mais conhecida passeata contra a ditadura. Segundo Poerner (1979: 286):

Nas passeatas se registravam novidades [...] uma delas a participação maciça e mesmo majoritária de estudantes secundaristas, que formavam uma verdadeira "linha dura" do movimento estudantil, com um radicalismo e uma disposição que chegavam a assustar os universitários [...] A crescente participação política secundarista era, sob esse prisma, bastante promissora, pois indicava que um número cada vez maior de jovens tendia a se integrar na luta do povo brasileiro pela sua emancipação nacional e social.

Nos anos 60 com a implementação da lei Suplicy, Lei N° 4.464, de outubro de 1964, chamada Lei Suplicy de Lacerda, o movimento estudantil tem sua representação estudantil limitada ao âmbito de cada universidade, destituindo assim a representação nacional da UNE. Para o segmento secundarista a lei dispõe:

Art. 14 – É vedada aos órgãos de representação estudantil qualquer manifestação de caráter político-partidário, bem como incitar, promover ou apoiar ausências coletivas aos trabalhos escolares [...] Art. 18 – Parágrafo Único – Nos estabelecimentos de ensino de grau médio somente poderão constituir-se grêmios com finalidades cívicas, culturais, sociais e desportivas, cuja atividade se restringirá aos limites estabelecidos no regime escolar, devendo ser sempre assumida por um professor.

Isto acarretou a destruição da autonomia e a organicidade do movimento, como afirma Poerner (1979). O Ato Institucional N° 5 (AI - 5), em dezembro de 1968, retira do cidadão brasileiro todas as garantias individuais, públicas ou privadas, e institui plenos poderes ao Presidente da República para atuar como Executivo e Legislativo, considerando subversiva qualquer forma de manifestação. Estas medidas fizeram com que a militância estudantil³⁴ opta-se por atuar em algumas organizações clandestinas de esquerda, conforme cita Alburqueque (1977: 37):

Privados de seus dois modos privilegiados de ação-mobilização ideológica das bases e ação na cúpula enquanto grupo de pressão – o movimento estudantil, se tivesse que continuar a reclamar um papel na transformação da sociedade, estava condenado a desaparecer no seio da oposição legal ou clandestina.

Nesse período a política educacional voltada para o mercado era utilizada para garantir a modernização do capitalismo. E em 1967 o

³⁴ Os Congressos da UBES e da UNE eram realizados de forma clandestina e os grêmios-livres foram proibidos nas escolas no ano de 1968

movimento estudantil funcionava na ilegalidade, levantando bandeiras contra a ditadura e os acordos entre o MEC e USAID, que objetivavam privatizar o ensino. Outras lutas foram travadas nesses anos: mais verba para educação e mais vagas nas universidades públicas.

No contexto da redemocratização os estudantes em conjunto com outros setores da sociedade civil, na segunda metade da década de 70 e início dos anos 80, começaram a se reorganizar através de partidos, sindicatos, associações, movimentos estudantis. Conforme Pereira (1991):

Na esfera estudantil, militantes começam a tarefa árdua de reconstruir seu Movimento e suas respectivas entidades. A UNE é reconstruída em 1979... o movimento secundarista começa também a se reorganizar, através dos grêmios escolares, que produzem jornais, promovem atividades culturais de diversas naturezas. A UBES é recriada, em 1981, assim como são reconstruídas AMES em diversas regiões do país.

O movimento estudantil secundarista ressurgiu nos anos 80, época da reconstrução da União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES) e da Associação Metropolitana de Estudantes Secundaristas (AMES) em 1981, conforme citação de Pereira (1991:87):

No Rio de Janeiro, a reconstrução da AMES, vai apresentar, a partir de 1980, um ritmo imposto pelos Encontros Nacionais e o encontro realizado para discutir o processo de reconstrução foi convocado em comum acordo entre as forças majoritárias do Movimento Secundarista do Rio de Janeiro na época.

Entre as origens da reconstrução da AMES em 1985 tem-se a Lei do Grêmios Livres³⁵ que permitia aos estudantes dos estabelecimentos de 1º e 2º graus organizarem os grêmios estudantis como entidades autônomas e representativas dos interesses dos estudantes secundaristas, sendo suas finalidades educacionais, culturais, cívicas, desportivas e sociais. A lei garantia ao grêmios-livres que: a coordenação e a implantação do grêmios seriam dos próprios estudantes; não haveria fiscalização por parte dos professores; os estudantes estariam responsáveis pela elaboração e a aprovação; as chapas concorrentes à diretoria do grêmios seriam formadas pelos estudantes e que qualquer estudante poderia candidatar-se para ocupar cargo no grêmios estudantil; e somente os estudantes poderiam associar-se ao grêmios estudantil.

³⁵ Lei nº 7.398 projeto do Deputado Aldo Arantes (ex-presidente da UNE, sancionada pelo Presidente José Sarney no dia 4 de novembro de 1985).

Com a aprovação da lei do Grêmio Livre a AMES desenvolve diversas atividades voltadas para a formação de grêmios nas escolas que ainda não tinham representação estudantil. E este período que coincide com o momento da reabertura política possibilitou para a gestão da AMES de 1989 instrumentalizar suas ações junto aos estudantes de base, conforme relatos de Flavio Melo, vice zonal centro da AMES de 1989:

Nós vínhamos naquele período de 88 e 89 redescobrimos os grêmios. Porque os grêmios eles estavam até então, até 86 até o processo de transição política, saindo de um governo Figueiredo. Com a entrada do governo Sarney, você tinha um movimento em torno de instituições democráticas. Então o grêmio que até então era proibido surgiu como uma grande possibilidade de organização dos alunos. Nós, os jovens, os colégios nos quais a gente não tinha o grêmio, esse movimento de organização veio como um boom. Ele veio como um reflexo desse processo de transição política desse espírito de democracia e de organização da sociedade civil. E isso as correntes se organizavam em torno do partido dos trabalhadores e do PC do B a partir da OJS. Eles capitalizaram esse momento e lançaram uma campanha pelo grêmio livre que era uma bandeira histórica.

Na análise das entrevistas verificou-se que todos os entrevistados envolvidos na gestão da AMES de 89/90, participavam de grêmios ou estavam mobilizando comissões pró-grêmios nas escolas. Guilhermina Rocha revela a percepção de que participar dos grêmios foi fator que contribuiu para a sua socialização política:

Então, inclusive na época, nós montamos várias chapas e fizemos vários debates. E eu participei de uma chapa onde nós em 1988 fomos eleitos e fui eleita Presidente do Grêmio da Carmela Dutra para a gestão de 1989. Obviamente aí nós começamos a nos tornar pessoas mais orgânicas, mais organizadas de alguma coisa.

Carlos André entrou no grêmio do Colégio Pedro II em 1986, um ano depois da formação da 1ª gestão do grêmio neste colégio; Cláudio Paolino dirigiu o grêmio da Escola Estadual João Alfredo e reabriu o grêmio do Instituto de Educação em 1989 depois de dois anos e meio fechado; Guilhermina entrou pela primeira vez na chapa do grêmio da Carmela Dutra em 1988/1989; Flávio Melo participou do movimento de criação do grêmio no Colégio Souza Aguiar que foi instituído quando este terminou o ensino médio; Soninho envolveu-se com o Grêmio do Colégio Santo Agostinho inicialmente na diretoria esportiva em 1986.

Entre os fatores que contribuíram para a progressão e o crescimento do movimento estudantil nos anos 80 destaca-se a mobilização em torno da

ampliação de grêmios nas escolas. Na gestão de 1987 da AMES foi eleita a bandeira pela construção de grêmios livres com a chamada “Grêmio Livre Já”. Esse movimento pela organização de grêmios contribuiu para que os estudantes redescobrissem os grêmios e para fortalecer o movimento em torno das instituições no contexto da transição democrática iniciada em 1986 na passagem do Governo Figueiredo para o governo José Sarney. Conforme relato de Flavio Mello:

A gente fazia campanha pelo Passe livre o tempo inteiro. A gente ia para as escolas fazer campanha pelo passe livre e pela Gremiação. A Zonal Central era uma Zonal que carecia de Grêmios Livres. Os únicos que tinham Grêmios livres eram o Júlia Kubitschek e o Pedro II. O Liceu não tinha e o Souza Aguiar, onde eu estudava não tinha, não tinha comissão Pró-Grêmio.

Os grêmios são a base da AMES, pois esta se organiza através dos conselhos de entidade de base, ou seja, os conselhos de grêmios. Na maioria das vezes a constituição de grêmios ocorre com a aglutinação de alunos que possuem um interesse comum, ou seja, melhoria da escola, ampliação de espaços físicos para atividades esportivas, realização de atividades culturais, necessidade de debate sobre questões pedagógicas, questões relacionadas com mensalidades escolares, questões globais entre outros motivos, conforme relatos de Guilherme Soninho “As pessoas acabam se envolvendo no grêmio porque tocam violão e passam a participar da diretoria da cultura e daqui a pouco você está peitando o Colégio e discutindo Democracia, mensalidades e sei lá o quê. Pelo menos foi assim no meu caso”.

Esses grupos formam comissões pró-grêmio, onde se discute a importância da criação do grêmio e montam uma comissão de alunos que ficam responsáveis por divulgar no interior da escola os propósitos do grêmio. Posteriormente elaboram o estatuto³⁶ para estabelecer as regras de funcionamento do grêmio, abordando questões relativas ao número de membros da diretoria, o tempo do mandato, procedimentos de eleição, entre outros. Em seguida, convoca-se uma Assembléia Geral dos estudantes da escola para aprovação do Estatuto e para definição do calendário eleitoral. É definida depois a comissão eleitoral para acompanhar o processo de

³⁶ Para obter mais informações acessar a cartilha da UBES sobre estatuto de grêmios no endereço eletrônico www.une.org.br

inscrição de chapas e candidatos, bem como o processo eleitoral: apurando votos e organizando o ato de posse.

A composição das chapas apresenta-se bastante diversa, umas têm em seu interior estudantes que possuem vínculo com alguma corrente política e outras não. Essas diferenças acabam por desencadear grêmios com características distintas, uns voltados para atividades recreativas, intitulados como grêmios recreativos, com um caráter apenas cultural e outros com uma perspectiva mais voltada para a participação na gestão da escola, utilizando as atividades culturais e esportivas como mais uma atividade entre as ações do grêmio.

As descrições apresentadas pelos estudantes entrevistados apontam para a compreensão de um grêmio que devia lutar pela melhoria do ensino, por mais verba, pela cobrança de mensalidades coerentes com os gastos da escola, por mais democracia na escola e pela participação em lutas relacionadas com os movimentos sociais. As atividades recreativas e culturais eram importantes, mas inseridas no contexto das lutas gerais.

Os grêmios precisavam viabilizar a formação do Conselho de Representantes de Turma para participar junto à diretoria eleita e aos departamentos da gestão do grêmio estudantil. E também precisavam realizar o credenciamento na AMES para serem reconhecidos como entidade de base. Para tal, dois ou três diretores da AMES precisavam atestar verbalmente essa existência. Às vezes esse atestado era fornecido através de carta do diretor da escola que legitimava a existência do grêmio no interior da mesma.

O conselho de grêmios participava da gestão da AMES através de reuniões que aconteciam em média duas vezes por mês, dependia das atividades do movimento estudantil e das resoluções tiradas em assembléia. Esse espaço apresentava-se como um dos mais importantes para as disputas políticas da AMES. Conforme explicita Cláudio Paolino: “quem tinha mais grêmios influenciados pelas suas propostas era quem dirigia a entidade, às vezes, havia influência, mas não havia quadro da organização política em todos os grêmios”.

A organização dos estudantes encontrou muitas dificuldades para criação dos grêmios, tendo em vista a predominância de uma visão autoritária de educação, conseqüência dos resquícios de uma visão conservadora da escola perante os estudantes, pois durante a ditadura os grêmios haviam sido substituídos pelos CCE – Centro Cívicos Escolares, que obrigavam os estudantes a passarem pela orientação do SOE – Serviços de Orientação Educacional, mecanismo que vinculava o espaço de articulação juvenil à direção da escola, responsável até pelo processo eleitoral e os tutelavam ao professor orientador.

Flavio Mello relata que a diretora do Colégio Estadual Souza Aguiar não deixava os alunos passarem em sala para convocar os estudantes para as eleições do grêmio e que as reuniões aconteciam no pátio da escola, pois a direção, apesar da lei do grêmio livre garantir a existência de um espaço para os estudantes, não disponibilizava espaço para os alunos. Como bem exemplifica Flavio Melo:

Tinha o problema da direção do colégio que atrasava para caramba, de uma maneira bem acintosa, a formação do Grêmio. O Souza Aguiar não conseguiu formar um, o processo de desorganização não era só dos estudantes. Nós não tínhamos um núcleo de professores que nos incentivassem dentro do colégio. A formação do grêmio existia numa perspectiva: “Nós não damos força!” Mas os professores também não tinham entrada de uma ação combinada como existia no instituto de Educação, no João Alfredo, na ação combinada do SEPE com a organização estudantil, discutindo com os professores para nos dar força, para nos apoiar. E a Direção (a Diretora na minha época era a Isabel) fazia de tudo para boicotar o processo eleitoral do Grêmio.

Apesar dos anos 80 serem identificados como o período da transição democrática, percebe-se pelas narrativas dos estudantes a existência no interior das escolas de muita resistência em relação à criação de grêmios, em função deste espaço propiciar a participação dos alunos na gestão da escola, onde, em geral, prevalecia uma relação conservadora e de tutela. Em alguns casos verificou-se que havia em seus quadros servidores do antigo regime, como no caso do Colégio Pedro II que ainda tinha na direção um coronel, ou ainda os Centros Cívicos como único espaço voltado para a participação do estudante.

Esta resistência não acontecia de forma igual para os estudantes, em alguns momentos as dificuldades impostas pela direção podiam ser

identificadas pelas tentativas de inviabilizar a organização dos alunos, a formalização dos grêmios e a atuação destes espaços no interior da escola. Essa resistência, às vezes, aparecia de forma velada e em outras não e apresentavam motivos diferenciados, tais como: não liberação de espaços físicos ou a cessão de espaços inabitáveis, manutenção de uma relação hierarquizada entre direção e professores perante os estudantes, perseguição e até a expulsão de estudantes envolvidos com as atividades do grêmio. A AMES recebia muitas denúncias de repressão nas escolas contra os alunos, estas oscilavam entre expulsões e até agressões físicas por parte dos seguranças. O Jornal O DIA de 31/08/1989 registra a organização dos estudantes do Colégio Luso Carioca, em Bonsucesso e a AMES, contra a repressão da direção da escola:

Numa reunião realizada ontem de manhã na sala do diretório acadêmico da Sociedade Unificada Augusto Mota (Suam), à qual o (Colégio) Luso Carioca é vinculado, um grupo de alunos que está organizando o grêmio estudantil – já houve três tentativas de formação de um grêmio, mas eles afirmaram que todas foram reprimidas pela direção do colégio – denunciou as várias formas de repressão. “Eles nos ameaçam de expulsão, dão pontos aos alunos que não comparecem à passeata, prendem as cadernetas e o Thundertanque, um segurança da escola, ameaçam e até agredem os alunos”, disse Francisco Eudes Sousa Vasconcelos, 19 anos, que cursa a 2ª série do 2º grau. “Na passeata de terça-feira o Thundertanque tentou me espremer na parede, mas os estudantes me ajudaram”, afirmou Rogério Henrique, 20 anos, secretário-geral da Ames.

No meio da reunião, marcada pelo medo a todo instante os estudantes nos pediam para que a porta fosse fechada – Thundertanque chegou para pedir que os alunos se retirassem. Identificando-se como Cláudio Lima, inspetor que coopera com a parte de apoio, retirando as pessoas estranhas que não podem ter acesso ao colégio, Thundertanque pediu aos alunos que “se organizem, mas sem baderna para evitar problemas”, e disse que iria providenciar outra sala para a reunião.

Um outro exemplo que explicita a tensão existente entre movimento estudantil e as direções de escolas pode ser diagnosticado no relato de Carlos André e Cláudio Paolino sobre a prisão ocorrida no início de 89, na porta do Colégio Estadual João Alfredo, situada na rua 28 de Setembro, no bairro de Vila Isabel. A referida escola estava dificultando a retirada de delegados para o Congresso da Ames. Na época, Carlos André e Cláudio Paolino, representando respectivamente a presidência e a primeira vice-presidência da AMES e o Gilberto Evangelista que estudava na escola, foram ao local para negociar com a direção a participação de estudantes no Congresso, mas foram impedidos de entrar no colégio pelos policiais

militares que faziam a segurança³⁷, o que desencadeou o início de um conflito, conforme relata Carlos Mattos:

Ficamos barrados no portão. Eu, Cláudio e Gilberto e impossibilitados de tirar os Delegados para o Congresso. Então, o que eu falei para quem tava me atendendo...alguma coisa do tipo a Direção da Escola tava tendo uma atitude errada e que todos nós estávamos lutando pela Educação Pública. Não sei o quê. Nisso o Policial um tal de Pitta, o Sargento Pitta tava perto. Aí ele tomou as dores da Direção e disse que a gente tava fazendo ameaça à Direção. Aí a gente entrou num carro de Polícia³⁸ e fomos para aquela Delegacia na Visconde de Santa Isabel, depois para a Polícia Federal da Praça Mauá.

Na delegacia o sargento apresentou como argumento que os jovens estavam panfletando na porta da escola, fazendo propaganda política na escola, pois utilizavam o verso dos cartazes do Sindicato dos Bancários para fazerem suas campanhas. O delegado entendeu que o caso era crime eleitoral e que os cartazes, portanto, eram prova do crime cometido por eles, resolveu, então encaminhá-los para a Polícia Federal. Carlos relata: “Primeiro veio um Coronel da PM fazer a lavagem cerebral. A intimidação: “Quem é seu pai? Sua mãe? Eles sabem que você está aqui... e não sei o quê, não sei o que lá”. E Cláudio Paolino continua:

Na Polícia Federal o Delegado disse que panfletar não era crime e que no máximo o que podia-se tentar era dizer que isso era distúrbio civil, ou seja, que havíamos promovido uma desordem pública. A advogada da CUT foi para lá nos defender e já chegou dando bronca no capitão pelas condições em que nós nos encontrávamos. Nessa hora já estava rolando lá fora, ato público para nos libertar. Os estudantes estavam na porta da PF gritando “soltem nos presos”. A gente via pela janela os prédios jogando papel picado, como se tivessem nos avisando que a galera estava chegando em passeata. Isso acontecia muito nessa época. Quando fazíamos passeatas pelo centro, as pessoas jogavam papel picado pelas janelas.

Nessa confusão, acabaram mandando a gente voltar para a Delegacia de Polícia Civil mais próxima da escola. Voltamos para a 20º DP. Nesse retorno o policial que nos deteve já estava mudando o discurso, tentando fazer uma conciliação com a gente, pois já via que isso não iria dar em nada e que ele ainda poderia ser alegado abuso de autoridade.

O movimento pela criação de grêmios nas escolas também estava vinculado à necessidade de formação de novas lideranças e com a afirmação destes estudantes como lideranças do movimento estudantil secundarista, conforme explicita Guilhermina Rocha:

³⁷ O Colégio João Alfredo havia vivenciado em abril de 1989 casos de estupro na ladeira de acesso a escola e por este motivo passou a ter policiamento. Existe referência aos casos de estupro ocorridos nesta escola no jornal UHGERAL de 13 de abril de 1989. A matéria registra a realização de protestos contra a omissão das autoridades em relação aos estupros.

³⁸ Cláudio Paolino complementou depois que cinco carros de polícia foram prendê-los.

Existia um processo contínuo de inserção nas escolas para ampliar os contatos. Você via visivelmente quando a gente sentava para fazer o mapeamento de quais eram as escolas que a gente trabalhava e tal. Você via que quase todas as escolas tinham grêmios e isso era muito importante, inclusive não só na organização interna do estado na escola, que é essa coisa da organização local, mas principalmente na formação destes novos quadros, de você propiciar e criar uma possibilidade inclusive de interlocução, de dar conta da sua referência naquele espaço. Essa era uma das tarefas que eu cumpria, não só essa, mas as das relações afetivas, das nossas festas, pois também todos os jovens tinham uma preocupação.

A inserção nas escolas e a criação dos grêmios, ao mesmo tempo, que contribuía para o processo democrático no interior das escolas também legitimava a atuação dos estudantes que buscavam sensibilizar outros alunos para as questões relacionadas com a escola, bem como para as concepções de mundo dos partidos que as referidas lideranças estavam associadas. Porém, é importante frisar que os estudantes tinham uma preocupação em possibilitar que os alunos vivenciassem todo o processo de discussão democrática no interior dos fóruns e entidades estudantis. Conforme explica Cláudio Paolino:

O primeiro contato sempre era voltado para a luta mais imediata da escola, de garantia da educação, da cultura, da meia entrada, participação política, voto aos 16 anos. Ninguém falava entrar para a convergência socialista. Nesta época já existia a discussão partidária do movimento. Existia o movimento anarquista que criticava muito os partidos. Os estudantes independentes. Existia tudo isso. Então aproveitávamos os congressos estudantis para defendermos nossas teses. Existiam as disputas entre as diferentes correntes políticas do movimento estudantil. Nem todo mundo que votava numa tese era filiado a uma organização política. No caso da convergência fazíamos o convite depois de uma reunião em que avaliávamos a participação daquela pessoa. Você que defendeu a tese, que defendeu nossas idéias quer fazer parte deste grupo político. Convidávamos as pessoas para participarem de todos os fóruns estudantis, do movimento estudantil, até chegarmos ao congresso, escrevíamos teses, e nos congressos tinham as disputas ideológicas, com as teses de cada corrente política.

De forma geral a experiência com organização de grêmios favoreceu aos estudantes o estabelecimento do diálogo com outros alunos e com a comunidade escolar, a participação nas decisões da escola, a socialização das informações, vivenciar o processo de escolha de representatividade, o exercício da construção de atividades coletivas, o surgimento de novas lideranças e a participação em organismos políticos. A experiência das lideranças da AMES nos grêmios permitiu aos estudantes desenvolver o senso crítico e participativo, favorecer o engajamento dos alunos nas

atividades escolares e da comunidade, dotando-os de conhecimentos fundamentais para uma atuação coletiva e organizada na sociedade.

4.2. Trajetórias de Inserção na Entidade Estudantil

Neste tópico abordaremos como os estudantes entrevistados envolveram-se com a Associação Municipal de Estudantes Secundaristas e em qual contexto ocorreu essa participação. A relação com a entidade estudantil não esteve sempre mediada pela inserção em correntes políticas, pois identificamos que alguns estudantes aproximaram-se do movimento estudantil em função da dinâmica das mobilizações de rua, da possibilidade de lutar por direito no espaço público, cenário de diversas manifestações culturais, conforme explicita Carlos André:

Naqueles primeiros meses de 86 ainda tava meio...Aí quando o movimento passou a ter passeata, mobilização de rua pela meia passagem, eu passei a fazer parte, mas ainda não era militante do PT quando eu fui eleito Vice baixada da AMES.

A Associação Municipal dos Estudantes Secundaristas do Rio de Janeiro é uma entidade de representação estudantil associativa. Sua organização acontece através dos grêmios estudantis, por este motivo, uma de suas atividades está relacionada ao fomento dos grêmios nas escolas, conhecidas como entidades de bases, pois estão ligadas diretamente aos alunos na escola, portanto abrange o município do Rio de Janeiro, representando estudantes das escolas públicas e particulares do ensino fundamental e médio.

A escolha pela participação em organizações estudantis e o envolvimento com as correntes partidárias ocorre, na maioria das vezes, posteriormente ao envolvimento com as atividades de base, tendo como desdobramento a opção política, conforme aponta Guilherme Soninho:

Em 1988, até aí, eu não tinha nenhuma veiculação, estava conhecendo assim a AMES, as primeiras coisas, ouvindo falar naquela época e não tinha nenhuma veiculação partidária, nada disso, assim, projeto político, nada dessas coisas assim.

Os estudantes que estavam na diretoria da AMES na gestão de 1989 foram contactados através de alguns representantes estudantis de gestões anteriores da AMES, ou seja, que haviam sido eleitos em outros anos para compor a diretoria da entidade. Utilizava-se como estratégia identificar estudantes que possuíam características de liderança ou que haviam se aproximado do movimento, através de passeatas ou de atividades nas escolas, com o objetivo de aproximá-los para o quadro da entidade estudantil, bem como para iniciar um diálogo sobre as correntes políticas nas quais estavam inseridos. Dois relatos expressam essa relação, o primeiro do Carlos André:

Os primeiros meses de 86 eu estava distante, embora eu fosse procurado. Uma pessoa que me procurava muito e que acabou se tornando meu amigo foi o Marco Antônio Miranda³⁹. Ele era secretário geral do turno da noite. Ele era militante do PT e ele passava a me procurar muito.

E o segundo relato de Guilhermina Rocha:

Era segundo ano. Tinha 17 anos, 17 pra 18 anos. Apareceram lá os colegas Marco Antônio que era o Presidente da Ames e apareceu... eu esqueci o nome da Diretora que também era da AMES, mas era do Méier. Isso em 1987. Então o Marco Antônio veio e perguntou quem era a pessoa que lá na Carmela era a líder ou a Direção daquele movimento. E uma coisa até engraçada é que os alunos e as alunas resolveram dizer que era eu. E até então a gente não tinha nenhuma organicidade, não existia grêmio, não tinha nada.

Verificou-se que outros motivos também levaram os estudantes a serem contatados pelas entidades estudantis, pois em função do contexto de redemocratização existia a necessidade de organizar as pessoas, as entidades estudantis e de ampliar o quadro de lideranças das correntes políticas. Flavio Mello diz:

E com esse processo de transição política e com a eclosão de diversos grêmios livres que começaram a surgir, grêmios livres, o movimento estudantil de 88, na passagem de 88 pra 89 – onde a eleição da gestão de 89 foi em 88, ele cresceu só que ele não tinha quadros maduros que dessem sustentação. Então, exemplo, na diretoria da AMES, eu quando entrei pra diretoria da AMES no primeiro congresso, eu entrei para ocupar uma vaga na chapa, que era a chapa que a Convergência socialista liderava e que a gente ocupou se não me engano, na época acho que foram 11 cargos e a Convergência não tinha jovens preparados, ou então jovens que estavam organicamente fechados com a sua proposta.

Em função desta aproximação com os estudantes que tinham envolvimento partidário, estas novas lideranças acabavam por identificar-se

³⁹ Marco Antonio Miranda foi eleito presidente da AMES no Congresso de 85 e cumpriu seu mandato em 1986. Ele estava vinculado a corrente política da Convergência Socialista.

com alguma destas correntes e passavam a atuar na entidade estudantil secundarista representando a concepção política do partido, conforme relatos de Guilhermina Rocha:

De 87 pra 88 nós tivemos, vamos dizer, uma organicidade em quase todas as Escolas Públicas do Município. Eu vou falar nós enquanto uma corrente política porque até então antes disso eu não estava orgânica, não atuava em uma corrente política. Eu participei, me integrei à corrente do PT que se chamava Convergência Socialista e aí obviamente você passa a ter uma organicidade.

Esse processo de socialização política ocorrida no interior do movimento estudantil, mediado em alguns momentos por lideranças estudantis daquele período, fez com que estes estudantes se tornassem mais orgânicos no movimento estudantil secundarista e que construíssem uma trajetória estudantil marcada pela participação política, nos grêmios, em partidos políticos e na AMES.

Os estudantes que estavam na gestão de 1989 da AMES demonstravam em seus relatos uma preocupação com o processo de reconstrução da entidade estudantil secundarista, conforme contou Cláudio Paolino:

Na luta pela abertura política obtivemos importantes vitórias para o movimento secundarista, mas também para a juventude como um todo. O voto aos 16 não esteve restrito apenas aos estudantes, mas para todos os jovens. Na época falávamos juventude estudantil e trabalhadora. Para nós o que foi importante neste processo era criar grêmios estudantis. Era imaginar que dali sairia outras lideranças que nos ajudaria a dar prosseguimento ao movimento e que contribuiria para a disputa política.

A AMES no início da década de 80 era dirigida pelo Movimento Revolucionário 8 de Outubro, conhecido como MR8⁴⁰ e pelo PCdoB. Um marco na história da reconstrução da entidade foi o Congresso da AMES de 1985, realizado no Teatro Odílio Costa Filho, na UERJ, conhecido como o Congresso que acabou em pancadaria. Nesta ocasião o MR8 não reconheceu a derrota de sua chapa e aclamou-se vencedor do Congresso; a oposição não reconhecendo essa decisão pediu recontagem dos votos e originou briga generalizada provocando o “racha” da entidade.

Essa divisão criou a AMES-paralela dirigida pelo MR8 e que não encontrou legitimidade entre os estudantes e a AMES, esta composta

⁴⁰ Atualmente o MR8 é uma força política que está dentro do PMDB. Maiores considerações ver Dissertação de Mestrado de Isabel Ferreria

paritariamente pelas forças políticas que estavam no Congresso, a saber: PCB⁴¹, independentes e o Alicerce⁴². Dessa forma, esta gestão acabou tendo em sua direção uma coordenação geral com três correntes políticas majoritárias daquele período, a saber: Luís (PCB), Marco Túlio (Alicerce/Convergência Socialista) e Rogério Rocco (Grupo Verde que depois virou independente e posteriormente vinculou-se ao Partido Verde). Essas correntes contavam com 1/3 da estrutura para cada uma. Esta situação ocorrida no interior do movimento secundarista possibilitou que os estudantes vivenciassem a possibilidade de dirigir uma entidade com várias linhas de pensamento do movimento estudantil, garantindo assim a representatividade da entidade em bases pluralistas.

Em 1986 a Convergência Socialista ganha o Congresso da AMES, com Marco Antonio Miranda na presidência. Nesta época a Convergência fica com 35 a 40 % dos cargos da AMES e, em virtude dos aliados, torna-se nesta gestão campo majoritário. Entretanto, é levada a compor com outras forças políticas a direção da entidade, pois neste período foi aprovada a transformação no estatuto da AMES dos procedimentos de eleição dos cargos que deixou de ser majoritária para ser proporcional. Importante ressaltar que esta forma de escolha de direção para entidades gerais contribui para o fortalecimento da entidade, pois a AMES era a primeira entidade do movimento estudantil que defendia a proporcionalidade. Nesta época as entidades estudantis, universitárias ou de nível secundário, eram majoritárias, ou seja, a diretoria era eleita pelo voto majoritário.

A partir de 1986 a presidência das gestões da AMES esteve com as lideranças da Convergência Socialista, anteriormente, conhecida por integrar a corrente de nome Alicerce, uma das correntes internas do Partido dos Trabalhadores. Estes estudantes ficaram na presidência da AMES nas gestões de 1987 sob a direção do Marco Antonio; em 1988, Vladimir; em 1989, Carlos Mattos e vice-presidente Cláudio Paolino. Em 1990, a Convergência Socialista perde a presidência para Organização da Juventude

⁴¹ Pandolfi, Dulce. Camaradas e Companheiros: História e Memória do PCB. São Paulo, Relume-Dumará, 1995

⁴² Corrente interna do PT que atuava prioritariamente na juventude e posteriormente é integrada à Convergência Socialista

pela Liberdade (OJL), elegendo Marcelo Morel, mas permanece na vice-presidente com Cláudio Paolino. Importante registrar que Marcelo Morel era o segundo vice-presidente na gestão de 1989. E em 1991 a Convergência Socialista retorna para a presidência da entidade.

Em 1988 a AMES deixa de ser metropolitana e torna-se uma entidade municipal⁴³, ou seja, deixa de ser Associação Metropolitana de Estudantes Secundaristas e torna-se Associação Municipal de Estudantes Secundaristas, representando estudantes das escolas públicas e particulares do ensino fundamental e médio do município do Rio de Janeiro. Essa mudança foi uma opção organizativa e tinha como objetivo priorizar a capital do Rio de Janeiro, que concentrava o maior contingente de estudantes do Estado do Rio de Janeiro, e também para incentivar as organizações municipais, conforme expressa Cláudio Paolino:

Essa mudança foi organizativa, pois não tínhamos quadros para atuar em âmbito metropolitano. Nunca fizemos um ato em Friburgo ou em Petrópolis. Essa decisão pela mudança para municipal foi um acordo entre as forças políticas da época que entendiam que esses municípios deviam se organizar com o apoio da AMES do Rio.

O Congresso de 1988 da AMES marca o início da disputa entre dois grupos: a Convergência Socialista e a Organização da Juventude pela Liberdade (OJL). Para algumas lideranças da convergência socialista, a OJL não ganhou as eleições neste Congresso em virtude da União da Juventude Socialista (UJS) ter votado na Convergência Socialista. A OJL foi um grupo composto por jovens oriundos da militância UJS, vinculada ao PCdoB.

Neste Congresso elegeu-se a gestão que estaria à frente da AMES em 1989, composta pelo presidente, primeiro vice-presidente, segundo vice-presidente; os cargos do executivo, secretaria geral, primeiro e segundo tesoureiro, além das Vice-regionais. Neste período registramos a existência das vices zonais: Vice Centro, Vice Tijuca, Vice Madureira, Vice Méier, Vice Zona Oeste, Vice Zona Sul e a Vice Leopoldina.

A presença das zonais estava associada à existência de militantes nas localidades, estes estavam associados a forças políticas que disputavam essas zonais, mas na correlação de forças algumas correntes políticas, em

⁴³ Essa passagem acontece no VI Congresso da AMES.

virtude de ter maioria nas zonais, acabavam tendo a maioria nas decisões. As zonais eram divididas pelas forças políticas, na zonal Tijuca, Centro e Madureira prevalecia a Convergência Socialista. Na zonal Méier e na zona Oeste era a Caminhando (corrente interna do PT). Na Zonal Sul era a OJL.

As lideranças entrevistadas estavam na referida gestão: Carlos Matos (CS), presidente; Cláudio Paolino (CS), primeiro vice-presidente; Marcelo Morel (OJL), segundo vice-presidente; Guilhermina Rocha (CS), vice zonal Madureira; Flavio Mello (CS), vice zonal Centro e Guilherme Soninho (OJL), vice zonal Sul. Além da Convergência e da OJL, também estava presente nesta gestão a corrente caminhando do PT.

A duas principais forças, Convergência Socialista e OJL, tinham perfis e propostas políticas diferenciadas. A primeira tinha uma visão trotskista e a segunda vinha de uma formação stalinista do PC do B. A forma de atuação da CS era mais centralizadora, funcionando como um partido político e a OJL estava rompendo com os padrões impostos pelas regras partidárias, utilizando linguagens mais culturais. A ação da CS concentrava nas escolas públicas e a OJL nas *pagas*, conforme analisa Flavio Mello:

A gente não organizava festival de música, a gente não organizava festival de teatro. Quem procurava essas formulações dentro do movimento estudantil era a OJL. A OJL procurava organizar teatro, festival de música fazendo seus boletins. A nossa estrutura não! A Convergência, não! A nossa perspectiva política era a partir das campanhas, nós entrávamos nas escolas. A campanha do passe livre, do ensino público gratuito para todos, esses eram os nossos pulmões. A gente arrecadava fundos a partir da venda de bottons e fazíamos fochas e cartazes em mobilização, passeatas.

Essa polarização entre as escolas particulares e públicas demarcava os campos de atuação das lideranças estudantis, conforme relato de Carlos Andre:

O universo secundarista nessa época tinha uma participação muito pequena de escolas pagas, participação residual. Às vezes de uma pessoa por causa de uma opção qualquer, né? Mas não era uma coisa de movimento interno das escolas. As escolas reprimiam. Eles eram proibidos e etc e tal. Quando saiu, não estou certo, não me lembro bem, mas acho que foi a liberdade vigiada, estourou uma grande mobilização de estudantes, da classe média, classe média alta que passou a ir para passeata. Isso tudo foi por fora da AMES, foi um movimento espontâneo. Naquela época, quem tava localizado aqui, quem tinha trabalho político em alguma coisa da Zona sul, em alguma escola particular, era a OJL.

Esse fato foi noticiado na mídia impressa, o jornal da Tribuna BIS, em 1988, registrou a entrada dos estudantes de escolas particulares no cenário das reivindicações estudantis em função do Decreto nº 95.720 que liberava o reajuste das mensalidades das escolas particulares e que motivou os estudantes dessas escolas a realizarem no referido ano diversas passeatas, mobilizando alunos e pais. A referida notícia mencionava também as manifestações das escolas e universidades públicas que lutavam contra a privatização do ensino. A matéria destaca que:

Passada duas décadas de hibernação, parece que o movimento estudantil brasileiro acordou disposto a lutar com todas as energias que acumulou. As escolas públicas e privadas estão divididas, ou melhor, separadas, uma vez que lutam com bandeiras diferentes.

4.3. Trajetórias em correntes políticas

Em função do cenário exposto acima, abordaremos nesta seção inicial um pouco da história da Convergência Socialista e da OJL, que na gestão de 1989 e 1990 eram as forças políticas que tinham a maioria dos cargos na Associação Municipal de Estudantes Secundarista. Porém, é relevante pontuar que outras forças políticas transitavam no movimento estudantil secundarista, entre elas: PCB⁴⁴ e PC do B. Tinham também três correntes do

⁴⁴ O Partido Comunista Brasileiro (PCB), havia sido fundado em 1922 e era um partido que tinha como referencia ideológica Marx e Engels e sua organização era baseada nas teorias de Lênin. Sua origem está associada à fundação do Partido Comunista do Brasil. Entre seus dirigentes estava Luís Carlos Prestes que comandou no período de 1925 e 1927 a Coluna Prestes, movimento político-militar brasileiro que possuía em seu programa algumas linhas gerais, tais como: insatisfação com a República Velha, exigência do voto secreto e a defesa do ensino público. Em 1935 o partido participa da Aliança Libertadora Nacional (ALN), promovendo a Intentona Comunista, um levante comunista que contou com a participação do Luís Carlos Prestes, Olga Benário, Rodolfo Ghioldi, Arthur Ernest Ewert, Ranieri Gonzales e de outros membros do PCB. A derrota da insurreição, intensifica a repressão aos setores oposicionistas e instaura a Ditadura do Estado Novo em 1937, que consequentemente acarreta a prisão de vários dirigentes e a desarticulação do partido. Em 1941 o partido se reorganiza, mas por poucos anos, em 1945 volta para a legalidade, mas em 1947 tem o registro no governo do marechal Eurico Gaspar Dutra. O impacto do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética em 1956 que denunciou os crimes de Stálin acarretou o surgimento de diversas divergências no interior do partido e o desligamento de algumas pessoas. Em 1960 para garantir a legalidade instaura uma campanha e faz ajustes no campo jurídico, mudando sua denominação de Partido Comunista do Brasil para Partido Comunista Brasileiro, mas continua utilizando a sigla PCB. Porém a ditadura militar impôs ao partido o retorno a ilegalidade e torturou e assassinou

PT, a Caminhando que participou da gestão de 1989, a Articulação e a corrente O TRABALHO.

4.3.1 - Perfil da CS

Os estudantes que participavam da corrente política da Convergência Socialista estavam associados ao próprio perfil político desta corrente. Optamos por descrever brevemente a história da Convergência Socialista para elucidar as opções ideológicas presentes no interior deste agrupamento político, que era um grupo político marxista que possuía aproximação com as idéias de Leon Trotsky⁴⁵.

O mais importante grupo com orientação trotskista foi o Partido Operário Revolucionário, mais conhecido como *Port*, fundado em 1953, sob influência do argentino Homero Cristali, conhecido como J. Posadas. Nos início dos anos 60, Posadas ascendeu politicamente em virtude de sua participação nas mobilizações das Ligas Camponesas, ainda que tenha sido duramente perseguido durante a ditadura. Entre suas posições estava a condenação da luta armada que era sustentada por outros grupos de esquerda e a defesa do modelo adotado no Peru pelo general Alvarado.

Algumas dissidências⁴⁶ marcaram o Port. Em 1968 constituiu-se a Fração Bolchevique Trotskista (FBT) e o grupo conhecido com Primeiro de Maio, que unidos em 1976 sob o nome de Organização Socialista Internacionalista (OSI) teve uma atuação no movimento estudantil chamado Liberdade e Luta.

Em virtude de divergências internas, uma parte da FBT, em 1973, formou a Liga Operária, que posteriormente adotou a designação legal de

militantes, como o jornalista Vladimir Herzog. Somente em 1985 o partido retorna a legalidade, mas com divergências oriundas da crise do leste europeu, ocorreu um racha que forma o Partido Popular Socialista, associado as idéias da social democracia.

⁴⁵ Leon Trostky foi um dos líderes da Revolução Russa em 1917. E no final da década de 20, em virtude do crescimento de Stalin, foi expulso da URSS.

⁴⁶ Ver mais em "Dos Filhos Deste Solo", de Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio, editora Boitempo.

Convergência Socialista.⁴⁷ A formação da Liga Operária contou com a influência do argentino-colombiano de codinome Nahuel Moreno,⁴⁸ (cujo nome era Hugo Miguel Bressano) dirigente histórico do trotskismo na América do Sul.

De volta ao Brasil, em 1974, a Liga Operária prioriza a construção do partido no movimento estudantil e em 1978, com o processo de abertura política em curso, lança o Movimento Convergência Socialista que vislumbrava a construção de um Partido Socialista. A Liga Operária fica conhecida como o Partido Socialista dos Trabalhadores e posteriormente integra-se à CS. A Convergência Socialista participou em 1980 da fundação do Partido dos Trabalhadores, como uma das correntes fundadoras, e entre seus dirigentes estava o líder metalúrgico Zé Maria.

A CS era conhecida no movimento estudantil no início dos anos 80 como Ponto de Partida e em 1983, a CS e o Alicerce da Juventude Socialista, tornam se Alicerce. Em 1984 retomam a ação para os trabalhadores, retornando com o nome de Convergência Socialista⁴⁹ e obtém vitórias em diferentes sindicatos, inclusive no importante Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro. Em 1988 elege sete vereadores, entre eles, Guilherme Haeser no Rio que viria a ser vereador e autor do projeto de lei do passe livre.

Em 1992 a Convergência Socialista rompe com o Partido dos Trabalhadores e convoca a Frente Revolucionária composta por grupos e organizações, entre elas, a Democracia Operária, a Liga e a CS, fundando o Partido Socialista do Trabalhador Unificado.

As entrevistas com os estudantes que estavam associados à corrente política da Convergência Socialista expressaram em suas narrativas a visão que possuíam desta corrente, a importância desta experiência e a opção que

⁴⁷ Sobre as origens e evolução da CS e da esquerda que aderiu ao PT ver: SILVA, Antônio Ozaí da. História das tendências no Brasil (Origens, cisões e propostas). São Paulo: Proposta Editorial, 1987.

⁴⁸ Destacado líder e teórico trotskita argentino. Organizador do Secretariado Latinoamericano de Trotskismo Ortodoxo (SLATO) e da Liga Internacional dos Trabalhadores - Quarta Internacional (LIT-CI). Ver mais <http://www.nahuelmoreno.org>

⁴⁹ Durante 20 anos a organização assumiu distintas denominações: Liga Operária, Partido Socialista dos Trabalhadores, Convergência Socialista, Alicerce da Juventude Socialista e, novamente, Convergência Socialista. Ver mais em www.pstu.org.br

fizeram em continuar no Partido dos Trabalhadores, em vez, de construir o PSTU. Marco Antonio define a Convergência Socialista⁵⁰:

Em relação à influência Trotskista se traduz que Leon Trotsky é aquele que perdeu a luta interna para Stálin. Então, a partir daí o Trotskismo tem uma crítica à Revolução Russa e ao Estado Soviético, ou seja, dizendo que este Estado é um Estado Burocrático, ou seja, Socialista, porém existe uma carga burocrática que usurpou o poder, o poder dos Trabalhadores. Não há democracia na União Soviética, porém a União Soviética tem que ser defendida e é necessária uma revolução democrática e o poder novamente ao proletariado, a classe operária.

A CS estava inserida no Partido dos Trabalhadores e reivindicava um tipo de organização que se chamava na expressão da esquerda de leninista, ou seja, hipercentralizado, conforme relata Marco Antonio Miranda⁵¹, que na época dirigia os estudantes secundaristas que estavam nesta corrente: “Na verdade aqueles que eram da direção tinham um poder muito grande em relação às decisões da organização e as decisões das entidades e associações que a corrente política dirigia”.

A Convergência Socialista não considerava o PT como o partido que faria a Revolução Brasileira. Na concepção desta corrente trotskista para existir uma Revolução Socialista era preciso um Partido Revolucionário, do tipo leninista inspirado na Revolução de 1917, portanto, internamente acreditava-se que o PT cumpriria um papel progressivo no cenário Brasileiro. Com esta concepção vigorando a CS acabava atuando no PT como um partido dentro de um partido, atuando de forma centralizada, ou seja, a partir do centralismo democrático⁵², conforme descreve Guilhermina: “Inclusive essa era uma outra contradição, muitas vezes você falava partido e a Convergência não funcionava como partido funcionava como uma tendência do PT”.

E isso se traduzia também em relação aos Partidos Comunistas tradicionais, ou seja, com o Partido Comunista Brasileiro e o Partido

⁵⁰ Ver mais em CAMPOS, José Roberto. *O que é trotskismo*. São Paulo, Brasiliense, 1987 e em COGGIOLA, Osvaldo. *O trotskismo na América Latina*. São Paulo, Brasiliense, 1984.

⁵¹ Liderança da Convergência Socialista

⁵² Nos partidos comunistas lenistas, chama-se centralismo democrático a um sistema de organização interno no qual, diante de uma determinada questão programática, as bases do partido tem direito à discussão livre da mesma questão, eventualmente podendo até mesmo constituir facções (este direito de facção foi abolido no Partido Comunista Russo em 1920, mas adotado de novo por determinados grupos trotskistas) em torno das teses, quem a produziu a defende e em seguida há a votação das questões debatidas. (Wikipédia, a enciclopédia livre: <http://pt.wikipedia.org>)

Comunista do Brasil, que eram os majoritários nesse momento em que a esquerda estava vivendo, mas que na visão da CS não eram partidos revolucionários. Ao contrário, acreditava-se que eram partidos que com a sua prática política acabavam efetuando uma colaboração de classes, ou seja, eram partidos que tinham práticas stalinistas, que não respeitavam a Democracia Operária. E em relação à política do PP ou do PMDB considerava-se que era um partido ligado principalmente à Burguesia Industrial Paulista e que colaborar com esses partidos era ir contra o projeto revolucionário.

Em 1984, quando a CS direciona suas ações para o movimento sindical e, no Rio de Janeiro, torna-se uma das maiores correntes sindicais, dirigindo o Sindicato dos Bancários, ocorre o surgimento de um novo agrupamento de militantes da Convergência Socialista no movimento estudantil secundarista, com Tulio Paolino, Marco Antonio Miranda, Ricardo, Carlos Mattos e Cláudio Paolino.

Nas entrevistas com os estudantes que faziam parte da Convergência Socialista identificou-se que o movimento estudantil secundarista foi dirigido por militantes da CS que ainda eram “muito novos”, conforme depoimento do Marco Antonio:

Uma nova geração dentro da organização Secundarista e posteriormente Estudantil no Rio de Janeiro. E isso tem a ver com a fatalidade histórica, que na medida em que eles ganham os Sindicatos dos Bancários, na medida em que eles pegam, eu acho, que na época tinham uns 30 militantes, 30,40 por aí no estudantil e deixam só cinco no Secundarista, as pessoas são muito novas e nesse momento havia a organização política em função da vitória dos bancários não tinham condições de botar mais experientes, pra digamos assim, dirigir esse bando de garotos novos. Acho que no início de 85 éramos 6 ou 7. Éramos 6 ou 7 dirigidos oficialmente pelo Túlio que tinha contato esporádico com a direção uma vez por mês, duas horas.

Em 1985 existe uma mudança de conjuntura que permite uma reorganização do movimento secundarista, diferente do período de 79 a 84, onde se militava clandestinamente como forma de subverter a ordem imposta pela ditadura⁵³. A leitura que os estudantes faziam da Convergência Socialista era que o movimento estudantil era um movimento poli - classista,

⁵³ Ver mais em ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e Oposição no Brasil: 1964-1984. Petrópolis, Vozes, 1984; BAHIA, Renato. O Estudante na História Nacional Salvador, Livraria Progresso Editora, 1954; BRITO, Sulamita de "A Crise entre Estudantes e Governo no Brasil" In: Revista Paz e Terra, Rio de Janeiro.

ou seja, existiam todos os segmentos da sociedade presentes, o filho do burguês, da classe média e do proletariado, conforme descreve Marco Antonio:

Então o nosso objetivo não é construir um movimento estudantil propriamente dito, nosso objetivo maior de estar no movimento estudantil era incentivar lutas contra a burguesia e contra a classe dominante, porém o nosso objetivo maior é captar estudantes para o partido revolucionário e o projeto posterior é que esses estudantes seriam partes do partido e que estaria num segundo momento no movimento sindical.

A relação dos partidos com o movimento estudantil era pautada por uma visão instrumental que o partido tem em relação ao movimento. O movimento estudantil funcionava como um meio para alcançar a “verdadeira” luta pela emancipação. Em todas as narrativas esteve muito explícito o empenho destas lideranças na ampliação e propagação dos ideais da CS, conforme declara Guilhermina:

Seria muito ingênuo imaginar que as pessoas faziam o movimento de maneira muito etérea, só por conta da causa da AMES. Não você está ali com um propósito dentro de uma corrente política, você está organizada. Você está não só organizando movimento, mas você também tem o propósito de estar ampliando estes contatos, fazendo com que esta corrente política cresça.

A CS organizava-se através dos Comitês Zonais e, em 1989, existia o Comitê Zonal dos Bancários e o Comitê Zonal Estudantil vinculados ao Comitê Central. Os comitês eram compostos por células, geralmente eram células que estavam associadas às localizações geográficas.

O comitê Zonal Estudantil era dirigido por quadros estudantis sob a supervisão de um membro do Comitê Central. A célula representava um grupo de militantes, cada uma tinha um representante, uma direção regional. A célula dos secundaristas estava vinculada ao Comitê Zonal Estudantil que ficava encarregado de dirigir os estudantes associados a corrente da CS. Nesta época a CS tinha células em torno de diferentes escolas públicas, como por exemplo: do Colégio Pedro II, do João Alfredo, do IERJ, entre outras. Esses comitês Zonais: bancários e estudantis eram dirigidos pelos Conselhos Regionais. Em 1989 o movimento estudantil passou a ter uma direção nacional dentro da Convergência.

Os estudantes da CS que estavam no movimento estudantil tinham na direção política Marco Antonio Miranda que esteve encarregado por elaborar

a linha da CS para a AMES. Existia um sub fórum onde pelo menos dois diretores da AMES participavam das decisões e escolha da linha política que iriam defender no movimento estudantil, mas, às vezes, a decisão era apenas da direção ou precisava passar por um trâmite tão burocrático que inviabilizava o processo, conforme declaração de Flavio Mello:

Se eu tivesse qualquer questionamento sobre uma determinada linha política que a gente fosse adotar pro movimento estudantil, esse questionamento pra ele ter uma resposta ele tinha que passar por outras estruturas. Ele tinha que fazer a escadinha de novo, ele tinha que ir para o comitê zonal e ai depois haveria uma plenária para depois ter uma votação sobre a questão com a reunião de todas as células.

Apesar da estrutura centralizadora o grupo descreve em suas narrativas que este agrupamento político de jovens estudantes, oriundo do movimento estudantil secundarista ou inserido no mesmo, também pautou suas bandeiras e lutas no movimento e em muitas vezes não contou com a direção da CS, conforme declara Carlos Matos:

Para alguém do Comitê Central ir cuidar destes estudantes, era uma coisa meio assim. Mas o movimento Estudantil foi crescendo, foi ganhando as páginas dos jornais e tal. E aí começava a se preocupar mais em ter uma direção partidária acompanhando os congressos, a política dos congressos e etc e tal. Mas o Processo de conquista da AMES, de vitórias, de eleger seguidamente três Presidentes (Marco Antônio, Vladimir e Eu), esse processo se deu muito por conta de uma política cotidiana do movimento estudantil na qual nós não éramos dirigidos a maior parte do tempo. Havia pouca preocupação, inclusive nós éramos muito críticos em relação a isso, as direções partidárias não se preocupavam com o cotidiano da entidade, da AMES. Não tinha carteirinha, não tinha dinheiro. A gente gastava uma fortuna dos nossos bolsos para rodar um panfleto, ficava mendigando nos sindicatos. E nessa época a gente até se ressentia de não ter um acompanhamento maior da Direção Partidária. A gente acabava pensando muito pela nossa cabeça.

As lideranças políticas da Convergência no movimento estudantil possuem uma trajetória de inserção na CS que datam da seguinte forma: Carlos André fez parte da Direção Nacional da Juventude em 1997 dirigindo o movimento secundarista no Rio e posteriormente em Minas Gerais. Cláudio Paolino e Guilhermina também entraram em 1987, ambos tornaram-se dirigentes de regionais, respectivamente da Tijuca e de Madureira. Flavio Mello entrou em 1988 e tornou-se dirigente da célula centro. Os quadros políticos que estavam à frente da direção do movimento secundarista representando a CS eram os jovens na faixa etária de 18 a 20 anos. E a ascensão interna no partido, nas diferentes esferas de participação, estava

associada ao balanço da ação militante e a necessidade de ampliar os órgãos institucionais, conforme declara Cláudio Paolino:

A composição era assim... militante de base, dirigente de célula, comitê zonal e etc...quando algum militante de base conseguia montar uma célula, ou seja, um núcleo de discussão, ou quando o núcleo crescia demais e aí precisava escolher um outro dirigente. Então se discutia quem seria o novo dirigente ou remanejava alguém para ocupar essa direção.

A participação na corrente política significou a efetivação de uma participação orgânica na sociedade, ainda sob uma áurea do período da ditadura, conforme relatos de Guilhermina:

Conhecer uma organização política, fazer esta experiência. Isso foi assim... Aquilo que era um tabu visto como se fosse algo muito clandestino... Imagina eu, em 88 achava que vivia um processo de democratização, mas no ponto de vista da minha família era como se a gente vivesse na Ditadura. Agora ela funcionava de fato como se vivêssemos na Ditadura porque a estrutura da Convergência, a sua estrutura de funcionamento era uma coisa muito Revolução Russa. Você vivia como se estivesse nos Partidos Bolcheviques, desde o Comitê Zonal, as Células, as organizações aqui. Quem eram os caras da Direção (ninguém pode saber), tem que ser algo clandestino, porque pode ser percebido. Então quer dizer também internamente nós vivíamos essas coisas muito estranhas.

A identificação dos estudantes da convergência socialista estava associada à proposta programática da CS e ao tipo de ação empreendida pelo partido, bastante caracterizado pela ação fabril, de fábrica, conforme descreve Guilhermina:

Nós fazíamos uma militância que hoje dá para algumas pessoas até "riem" (sic), porque diziam que a gente era uns ortodoxos. Por que nós enquanto estudantes, enquanto juventude, nós fazíamos panfletagem na porta das fábricas às 5 da manhã. Então são poucos os jovens que possam ter vivenciado isso. Mas isso é uma característica que havia um perfil da corrente. Só que o período era do final da década de 80. Isso você poderia dizer que era uma marca lá do início da organização do movimento social 70-78. Na questão da própria abertura quando o próprio PT surgiu a partir dos movimentos de massa. Mas a Convergência manteve ideologicamente essa visão de 78 até os dias de hoje porque o PSTU na verdade é o que restou de produto da Convergência e mantém uma concepção arcaico-conservadora com relação ao próprio movimento.

A militância na CS também era mediada pelo compromisso que os estudantes deveriam ter com a corrente e isto se expressava a partir da venda de jornais e do envolvimento com campanhas que possibilitassem a divulgação da proposta política da qual representavam. Nem sempre as bandeiras geravam consenso entre os militantes secundaristas; existia um desejo de modificação radical, representado pelas bandeiras históricas do ensino público gratuito e do passe-livre que estavam muito próximas da

realidade de estudante. E havia bandeiras com as quais as lideranças estudantis não se identificavam como, por exemplo, a do serviço militar obrigatório. O Comitê Central acreditava ser necessário que a juventude tivesse contato com o armamento para estarem preparados para a luta armada, para o dia da revolução, que para a CS, seria em breve, conforme relatos de Flavio Mello:

No seio dessa militância da Convergência Socialista que atuava no movimento estudantil, nós tínhamos as nossas dúvidas, uma boa parte da militância não queria votar. Só que nós atuávamos de forma centralizada, nós fomos centralizados a defender essa bandeira, por mais que nós, no seguimento não quiséssemos, mas enquanto revolução nós fazíamos, nós votávamos, nós acatávamos o centralismo..... É obvio naquele momento achávamos que a revolução estaria pra acontecer. Isso era uma bandeira muito difícil de levar pro seio do movimento estudantil.

A CS esteve na direção da AMES no ano de 1986, com o presidente Marco Antonio; em 1987, Vladimir; em 1988, Carlos Mattos (presidente) e Cláudio Paolino (vice-presidente), em 89, Cláudio Paolino na vice-presidência e em 1991 retorna para a presidência com o Delton.

4.3.2 - Perfil da OJL

O grupo que fundou a Organização da Juventude pela Liberdade era oriundo de um “racha” com a União da Juventude Socialista (UJS) que na época estava vivenciando um processo de reflexão, conforme declara Marcelo Morel: “Nós éramos da UJS que na época estava em crise existencial se era viração mirim ou se ia virar uma entidade de juventude mais ampla”.

A União da Juventude Socialista (UJS) era a representação da juventude do PC do B e defendia a implantação do socialismo científico no Brasil. No histórico desta corrente política há o registro da participação e da organização de diferentes campanhas como: Voto aos 16 anos, Fora Collor, Emprego para a juventude, Contra a menor idade penal, Contra a corrupção na política, impeachment de FHC, Reserva de vagas para alunos oriundos de escolas públicas, entre outras.

O surgimento da UJS aconteceu em 1984, época de intensas mobilizações pelas “Diretas Já”. No dia 22 de setembro, jovens oriundos de diferentes estados do Brasil, se reuniram na Assembléia Legislativa de São Paulo, para iniciar a história da União da Juventude Socialista. Neste dia elaboraram um manifesto⁵⁴ que definia "Somos jovens, operários, camponeses, estudantes, artistas, intelectuais, buscamos o futuro e a liberdade, os direitos que nos são negados, a esperança banida, a vontade subjugada...".

Em 1985 acontece o I Congresso Nacional da UJS que aprova a campanha nacional “emprego, esporte e cultura”. Um ano depois acontece o II Congresso que debate as eleições para a Assembléia Nacional Constituinte e temas como emprego, serviço militar, direito de voto aos 16 anos, estavam na pauta dos debates. Ainda em 1986 registra-se o aumento da participação de estudantes de nível secundário nos congressos da UJS.

O III Congresso acontece em 1987 e tem como foco a discussão sobre as eleições do ano anterior e prioriza-se a definição de algumas resoluções, tais como: elaborar um programa da juventude para trabalhar e reorganizar as direções estaduais e núcleos. Neste ano iniciou-se a campanha pelo voto aos 16 anos, da qual a UJS foi grande protagonista, ficando conhecida pelo slogan: “Voto aos 16: conquista da juventude, vitória da UJS”. A proposta de emenda do voto aos 16 anos foi apresentada ao Congresso Nacional pelos deputados Hermes Zanetti (PMDB/RS) e Edmilson Valentim (PCdoB/RJ). No mesmo momento que se apresentava também a emenda do *Serviço Militar Opcional*.

A publicação oficial da Direção Nacional da Juventude Socialista registra que a sensibilização dos constituintes em prol da Campanha pelo voto aos 16 anos começou pelas sub-comissões temáticas que “munidos de estudos, argumentos e apoio de importantes lideranças de todos os partidos, a UJS procura um a um os parlamentares, conversava e tentava ganhar o apoio para suas emendas”. Neste período elabora o documento “Porque

⁵⁴ Para obter na íntegra o manifesto acessar <http://www.ujs.org.br/manifesto.asp>

voto aos 16 anos” que conta com a adesão de diferentes partidos⁵⁵ e sinaliza a viabilidade de sua aprovação.

Em 1988, o IV Congresso Nacional da UJS tira como resoluções a aprovação definitiva do voto aos 16 anos e a participação na campanha pelas diretas já. Nos registros da UJL há as negociações com os parlamentares e a mobilização dos estudantes para a votação decisiva, conforme descreve a publicação oficial da entidade:

A UJS convocou centenas de jovens de Brasília e de outros estados para a votação decisiva, porém, a Coordenação Nacional sabia que a questão fundamental para a aprovação era dividir os setores mais conservadores. Neste sentido, convenceu o senador Afonso Arinos (PSDB/RJ), jurista renomado, a fazer a defesa da proposta em plenário. Para isso, teve que articular a vinda dele do Rio exclusivamente para essa função. No plenário da Constituição, membros da Coordenação faziam, com os deputados apoiadores, os últimos esforços juntos aos parlamentares indecisos. As galerias lotadas por jovens cobravam a aprovação. Aqueles que não conseguiram entrar para as galerias, inundaram os corredores do Congresso Nacional.

A defesa da proposta foi feita pelo senador Afonso Arinos (PSDB/RJ), deputado Maurílio Ferreria Lima (PMDB/PE) e o deputado Bernardo Cabral (PMDB/AM), relator da Constituinte. O resultado de 316 votos a favor e 99 contra foi anunciado pelo presidente do Congresso Nacional Ulisses Guimarães e garantiu a aprovação do voto aos 16 anos.

Em 1989, a UJS lança o documento “Quem é inimigo, quem é você”, que defendia a proposta de uma candidatura à presidência da república que unisse todos os partidos e juventudes de esquerda. E dando continuidade à campanha do “voto aos 16”, convoca amplamente os jovens a alistarem-se para votar nas eleições presidenciais de 89.

A AMES também teve um comprometimento muito intenso com o processo eleitoral de 1989 e realizou uma ação importante no interior do movimento estudantil, a primeira foi a campanha de alistamento eleitoral dos jovens de 16 e 17 anos, que tinham seu voto facultativo, mas que foram

⁵⁵ Senador José Fogaça; Luis Inácio Lula da Silva, líder do PT; Siqueira Campos, líder do PDC; Haroldo Lima, líder do PCdoB; Jamil Haddad, líder do PSB no senado; Brandão Monteiro, líder do PDT; Roberto Freire, líder PCB; deputado Antonio Britto, vice-líder do PMDB; deputada Sandra Cavalcanti, do PFL; senador Albano Franco, do PMDB; Jair Menegheli, presidente da CUT; Altair Lebre, presidente da UBES; João Bosco, presidente da Conam; entre outros.

incentivados a perceber a importância da participação cívica, do voto e da eleição.

As lideranças da OJL que foram entrevistadas relatam que os motivos que levaram o grupo em 1987 a rachar com o PCdoB, com a UJS, foram inúmeras, conforme declara Marcelo Morel:

As disputas com os companheiros de esquerda do PCB e demais passaram a ser secundarizadas e foram priorizadas as lutas contra a CUT e as correntes do PT. Qualquer um que desabonasse a Nova República passou a ser alvo dos comunistas. Para o seletivo grupo de jovens revolucionários e disciplinados da UJS/RJ começamos a questionar isso de forma interna e discreta. Para nós, o inimigo do socialismo eram os capitalistas e não os socialistas revisionistas, somado a isso começamos a conversar com alguns dirigentes nacionais influenciados pelo Igor Grabois e quanto mais a gente estudava, menores eram os chavões na nossa cabeça, isto é trocávamos de chavões.

No final de 1986, o coletivo, basicamente formado por jovens secundaristas, decide iniciar uma luta interna e silenciosa contra os revisionistas⁵⁶ da Ação Popular que estavam no Comitê Central do PC do B. Porém, o rompimento acontece no ano seguinte, em função da direção estadual de SP decidir expulsar um grupo de militantes comunistas que se recusava a participar do Governo Orestes Quércia (PMDB), conforme depoimento de Marcelo Morel:

Para falar a verdade, a nossa saída foi precipitada por um acontecimento em SP. A direção estadual de SP decidiu expulsar um grupo de militantes comunistas históricos sob o pretexto de liquidacionismo e na verdade o motivo era que esse grupo era pequeno, simbólico, ativo e influente e se recusava a fazer as concessões e participar do Governo Quércia. É bom que se diga, na época, o PMDB tinha um tesoureiro chamado PC Farias e que abrigou em várias situações os militantes profissionalizados da UJS Nacional. Para nós, isso foi o basta, entregamos a nossa carta de saída e saímos.

As lideranças entrevistadas relatam que durante um certo período eram chamados como “racho” pelas outras forças políticas, mas se auto-intitulavam como organização, com a formação de um núcleo de dirigentes e que mantinha uma série de pessoas e lideranças sob sua influência. Em 1988, o grupo decidiu pela não formação de um partido político comunista, pois seus integrantes acreditavam que não tinham bagagem intelectual, política e nem social, para construir esta estrutura. Também acataram

⁵⁶ Posição ideológica preconizando a revisão de uma doutrina política dogmaticamente fixada.

que não iriam se associar a nenhum partido político, pois naquele momento não se identificavam ideologicamente com nenhuma proposta em curso. Optaram, então, por formar um coletivo revolucionário, sem partido revolucionário conhecido como OJL, Organização da Juventude pela Liberdade. O nome do coletivo foi escolhido durante um seminário interno do grupo na UFRJ, Praia Vermelha, e as cores da bandeira, iguais a do Vietnã do Norte, foi por acaso, mas declararam que isso teria sido *kármico*.

A organização do grupo também seguia a cartilha dos partidos políticos de esquerda, ou seja, organizavam-se através de células por local de atuação. E em função da formação inicial do PCdoB, o grupo tinha como orientação política o stalinismo⁵⁷, conforme depoimento de Morel:

Como alguns de nós já éramos dirigentes formados na escola do PC do B e até para sobrevivermos intelectualmente no início nós reafirmávamos o leninismo e sua prática stalinista, mas Stálin era muito bem oculto das pessoas, só o ministrávamos para os dirigentes de células, o contraditório, mas acho que era mais ingenuidade mesmo é que praticávamos a proposta da frente ampla da linha iugoslava George Dimitrov, eu pelo menos era adepto confesso dele e usava Lenin "apenas" para reforçar as táticas e a comunicação, nisso ele é imbatível até hoje.

Com o passar dos anos o coletivo buscou novas referências teóricas como Rosa Luxemburgo, Walter Benjamin, Mandela, ampliando sua visão política em relação às entidades estudantis, conforme comenta Soninho:

No início a gente estava muito marcado por essa influência do racha do PC do B. Então, eu acho que em 1988-1989, eu acho que a gente era muito Stalinista, lia essas coisas do PC do B e fomos aos poucos mudando as visões da política, estudando, correndo atrás, relacionando com outras pessoas e mudando isso. Era um grupo de jovens que tinha uma discussão centrada na questão da juventude, inclusive assim uma preocupação muito grande em não ficar reproduzindo só o discurso do movimento Estudantil.

A OJL tinha uma ação bastante estruturada na zona sul, seus dirigentes eram estudantes das escolas particulares desta área da cidade. Entre as bandeiras da organização tinha-se a meia-entrada nos cinemas. Em 1989 organizaram as primeiras manifestações em relação à meia-entrada através do que chamavam fila boba que ocorria em diferentes

⁵⁷ Stalinismo é um termo utilizado para classificar os regimes que possuem características semelhantes na condução da construção do socialismo e em particular na condução da segurança do Estado. Para aprofundamento ver, Montefiore, Simon Serg. Stálin: A corte do Czar Vermelho. Ed. Companhia das Letras, 2006.

cinemas da cidade, em pontos estratégicos como centro da cidade, Saens Peña , Largo do Machado, conforme relata Soninho:

Iam 200, 300, 400 alunos para porta do cinema fazer aquela fila gigantesca e todo mundo indo e chegava lá: “Tem meia entrada para estudante?” “Não!”, “Pô não tem mesmo?” “ Não, não tem!” Então você sai e volta para o fim da fila e fica ali e ninguém entra no cinema porque tem 400 pessoas na fila perguntando se tem meia entrada. Claro que os caras do cinema ficavam horrorizados ali com várias sessões sem ter ninguém e ao mesmo tempo e a gente fazia isso e tinha atividades culturais do lado de fora, chamava as pessoas e dizia: “ Já que você não foi no cinema vem ver aqui o Teatro, não sei o quê”, que a galera estava fazendo do lado de fora. Pra gente ter saco de esperar mais duas horas pra entrar na fila de novo.

Outro marco importante aconteceu no final de 1988 e retornou em 1989 com as mobilizações em torno da portaria 140, conhecido também como movimento das pagas, pois mobilizou estudantes das escolas particulares que estavam indignados com os altos preços das mensalidades e das taxas extras, conforme declara Flavio Mello “quem dava essa dinâmica e essa direção política era a OJL foi o grande momento em que a OJL cresceu no movimento estudantil”.

A portaria 140 estabeleceu o regime de liberdade vigiada para o reajuste das mensalidades. Este episódio contou com a cobertura jornalística da grande mídia⁵⁸, bem como da AMES, que esteve presente nas centenas de passeatas ocorridas, principalmente em agosto de 1989, recusando os índices do MEC para as mensalidades, conforme depoimento de Carlos André:

O movimento de 88 de vagas meio que tinha entrado na Ames né? Porque o Congresso seguinte foi o que me elegeu Presidente e que algumas pessoas que viveram essa mobilização entraram também para a Diretoria da AMES. Então a AMES passou a dirigir em 89, o que não conseguiu em 88. Passou a dirigir todas as mobilizações do movimento de mensalidades.

As passeatas aconteciam em diversos pontos da cidade – da zona norte a zona sul – e contavam com a participação de estudantes na faixa etária de 13 a 18 anos, do ensino fundamental e médio das escolas particulares. Alguns relatos esclarecem que na época não chamavam as mobilizações de passeatas e sim de greves, Soninho relata:

Fui para o Colégio impacto de Copacabana e logo nas primeiras semanas teve um aumento de mensalidade muito grande ali, muito barra pesada e a gente resolveu fazer (a gente nem chamava de manifestação, passeata)

⁵⁸ O jornal O DIA fez registro das mobilizações ocorrida em agosto de 1989 nos dias 17,18,24,25, 27 e 30.

era greve, Greve! Escrevemos em todos os quadros negros “greve, greve” e no dia seguinte cheguei à porta do Colégio e estava todo mundo do lado de fora. Ficamos lá a galera parada, fechamos a rua ali em Copacabana e passamos o dia ali e fazíamos discurso em cima dos Carros (o carro do dono do Colégio é claro que sabíamos que o carro era do cara, óbvio, mas fazíamos que não sabíamos) e ficamos ali parados um dia na rua. Fizemos greve no outro dia de novo e tinha um cara que disputou Olimpíada e tudo (do remo do Flamengo) Periquito que chegou lá e me conheceu (ele tinha estudado no Santo Agostinho também e meu irmão era amigo dele do Flamengo) chegou lá e falou: “Pó você não sabe! Tem um outro pessoal ali embaixo no outro Colégio que está tudo na rua também” (era o pessoal do Centro Educacional da Lagoa de Ipanema) Ai a gente falou: “Então vamos pra lá”.Saímos, fizemos a passeata para encontrar o pessoal do CEL e quando chegamos lá, já tinha uma galera que vinha de uma manifestação no Souza Leão. Tinha um pessoal do Souza Leão, Princesa Isabel e aí tinha um Diretor da AMES que estudava lá em Botafogo e alguém foi lá avisar a gente que eles tavam indo pra lá. E aí fui para o Santo Agostinho (e o pessoal do Impacto ficou lá com o pessoal do CEL), tinha saído de lá, mas conhecia todo mundo lá. Fui agitar o pessoal no Santo Agostinho e o pessoal veio de Botafogo e encontrou a gente em Ipanema. Demos a volta em Ipanema, Leblon e voltamos Gávea, Jardim Botânico e voltamos até o metrô de Botafogo. Na época saiu no Jornal “Passeata dos 30 KM”, o roteiro todo deu 30 km de passeata e terminamos sei lá que horas da tarde.

O ponto final das passeatas era o MEC, no centro, e os estudantes seguiam a pé, contatando outros jovens para a mobilização, ou iam de ônibus e de trem. O comando de protesto espera os diferentes grupos chegarem para organizar a ida ao MEC ou ao Ministério da Fazenda. Os jornais registraram a logística empreendida pelos estudantes para chegarem ao centro da cidade⁵⁹, para Carlos André:

A imprensa se encantou com aquele movimento, bem também não foi qualquer movimento. Veio o Ministro da Educação e derrubou... E eu fui formado em 85 foi à primeira gestão do grêmio com essas pessoas que na verdade eram de 86. Da classe média e de artistas e artistas que foram pra televisão. Eu lembro que nessa época tinha aquele “armação ilimitada” com o Kadu Moliterno e tinha um garotinho na série. Esse garoto foi pra passeata e a mídia gostava de cobrir e tal. De qualquer jeito era classe média alta que tava indo pra rua.

Como apontando anteriormente, a OJL concentrava suas bases nas escolas particulares e a CS nas escolas públicas, porém ambas as forças políticas, estavam na gestão da AMES neste período, então a divisão de esforços para a mobilização ficava associada às áreas geográficas da cidade, onde a zona sul ficava com a OJL e a CS com a zona norte, conforme depoimento de Guilhermina:

Nós tivemos um movimento também muito interessante, chamado movimento das pagas, porque foi à campanha contra os tubarões. E a

⁵⁹ Para visualizar a ocupação da cidade pelos diferentes grupos ver Jornal O DIA, página 6, 25/08/1989.

gente teve toda uma organização não só... até porque tinha...Até muito interessante porque a maioria do nosso trabalho se dava em Escolas Públicas. Até na época do próprio movimento existiam setores e que tinham maiores referências e nesse caso foi a OJL que foi um racha com a UJS (alguém já deve ter falado sobre isso) e essa corrente que tinha mais decisão na Zona Sul e predominantemente nas pagas. Então essa era a nossa dualidade eles tinham mais decisão nas pagas e nós obviamente na rede Pública. Mas não inviabilizava que a gente pudesse atuar, pelo contrário, então nós começamos também a construir um movimento de pagas. E lá em Madureira nós realizamos uma passeata das pagas e por sinal foi no dia da morte do Raul Seixas. Então imagina...

Esses acontecimentos contribuíram para que a OJL ampliasse sua ação nas escolas públicas e a CS nas escolas particulares. Também é importante registrar que a participação na AMES de estudantes de escolas particulares era muito recente, não se tinha uma tradição no movimento estudantil, os grêmios tinham uma perspectiva mais esportiva conforme depoimento de Soninho:

Você tinha uma geração de estudantes de Escola Particular que não tinha uma tradição no movimento Estudantil e uma galera de Escola Pública, de algumas Escolas Públicas, que tinha. Então é diferente você ir para passeata ali: "Meu colégio aqui tá indo para a passeata", pela 1ª vez nunca li no jornal que tinha uma passeata, você nunca ouviu falar na AMES e aquele outro Colégio ali que é um daquelas meia dúzias que todo dia ta lá.

A gestão da AMES de 1989 quebrou alguns paradigmas em relação ao sectarismo imposto pelas correntes políticas, conforme relato de Soninho:

Tinha essa polarização entre o pessoal das Escolas Pagas e Públicas (Em 1988 principalmente foi muito forte essa polarização). Isso antes até da gestão do Carlinhos. Acho que o Carlinhos inclusive foi o fator de distencionamento desta relação. A AMES dessa época (você tem que pensar isso) essa coisa dos grupos políticos ali, nego era muito sectário, dialogava muito pouco e eu lembro que várias vezes teve uma coisa que foi muito maneira assim é que a coisa da mobilização das particulares quem estava bancando mesmo era o pessoal da OJL, a gente tinha principal influência nessa galera e tudo. Mas a gente tinha pouca gente, pouca militância então quer dizer o problema na gestão 88-89, provavelmente em 89, a gente ia fazer mobilização e aí o Morel ia para não sei aonde, o Rodriguinho estudava em Jacarepaguá, (não sei o quê e ia para Jacarepaguá) e a gente não tinha outras pessoas. E aí eu ia e pedia para o Carlinhos vim comigo para a Zona Sul ajudar a parar os colégios e a gente fazer as manifestações e não sei o quê (o Carlinhos era Presidente da AMES), nunca ninguém fazia isso porque você não chamava um cara de outra corrente política para ir com você na sua base pois você não vai levar o seu inimigo na sua base!Entendeu? E a gente fazia isso.

A OJL permanece como grupo até 1985, pois em 1994, durante um seminário interno, abre-se um debate em relação ao que se fazer, pois o coletivo estava deixando de ser secundarista, estavam estudando na universidade e inserindo-se no mercado de trabalho, conforme declara Soninho:

Em 95 alguns de nós já estavam deixando de ser tão jovens. Quem tinha naquela época 18 anos, sete anos depois, oito anos depois, estava com 25-26. Quem tinha 20 naquela época já estava com 28. Alguns já terminando a Universidade, entrando no mercado de trabalho (menos aquela coisa de mercado de trabalho transitório) já era uma coisa mais fixa. Professor não sei o quê ...

Em 95 o coletivo decide entrar para o PT, mas não como um grupo dentro do PT, pois queriam fazer a experiência de vivenciar um partido, visto que nem todos os integrantes da OJL haviam participado da UJS.

Na análise das entrevistas, mas com uma ressalva, para não reduzir o movimento estudantil da época há apenas duas forças políticas, pois existiam outras correntes atuando no movimento estudantil secundarista, verificamos a existência de duas correntes políticas – Convergência Socialista e a OJL – que apresentavam perfis diferentes, que apesar de estarem sob a mesma condição juvenil, possuíam situações juvenis distintas. Então de um lado tínhamos um coletivo de jovens que estudava, não trabalhava, vivia com os pais, militava em escolas públicas, principalmente nas escolas da zona norte, com características de ação referenciada na política tradicional, com teor partidário, centralizador, pautando questões vinculadas ao mundo do trabalho e a organização sindical e de outro lado um grupo de estudantes de escolas particulares, que morava com seus pais, não trabalhava, militava na zona sul da cidade, e que estavam rompendo com os jargões partidários e fundando um coletivo pautado em questões culturais e juvenis.

Ambas as trajetórias possuíam formas de organização social influenciadas pelo passado, tendo como parâmetros o pensamento marxista leninista, ou seja, valorizando o partido político para a resolução dos conflitos (Touraine, 1989). Mas também sofriam interferência das novas redes de participação que ampliavam nos anos 90 as possibilidades de participação juvenil. Essa polarização pode ser analisada considerando a existência, por um lado, da Convergência Socialista representando os movimentos “clássicos” da classe trabalhadores e sindicais, oriundos do século passado e por outro a OJL representando os “novos” movimentos sociais e rompendo com a visão econômica como uma alternativa de transformação e constituía-se como um agrupamento juvenil. De qualquer forma, múltiplos como os são

os tipos de ação coletiva, estes movimentos sociais compartilham de sentimentos comuns como a “força da moralidade e um sentido de (in) justiça na mobilização individual e no poder da mobilização social no desenvolvimento de sua força social”. (Touraine, 1989: 25) E não estavam reduzidos a apenas a condição social onde estavam inseridos estes jovens, pois aqui o relevante é identificar os problemas que estão no centro dos conflitos sociais e analisar os campos sobre o qual está o confronto para o controle dos recursos (Melucci, 2001).

Capítulo 5

A Conquista do Projeto de Lei do Passe Livre

A AMES tinha muitas bandeiras, ou seja, muitas reivindicações, como por exemplo: ser contra a opressão da direção da escola, pela eleição direta para diretor, contra a falta de verbas para as escolas, pelo ensino público gratuito e de qualidade, aumento salarial dos professores, grêmio livre, meia-entrada no cinema e em casas de espetáculo, conforme depoimento de Cláudio Paolino:

Quando nós chegávamos nas escolas com as bandeiras pelas eleições de diretores, contra a falta de verba, grêmio livre, nós chamávamos essas bandeiras de agitativas, bandeiras de agitação, que mobilizavam os estudantes, pois estavam mais próximas das coisas do dia a dia. Também tinham as bandeiras mais políticas que traziam a discussão para fora da escola. A escola não podia ser vista como uma ilha, ela está conectada com as macro-políticas, com a dívida externa, com o FMI, entre outras coisas.

A ação do movimento secundarista tinha como prioridade a mobilização em torno de questões relacionada com o cotidiano da escola e com temas mais gerais ou de amplitude nacional, conforme diz Pereira (1991: 6):

O movimento estudantil, como grupo social que se organiza e se mobiliza, historicamente, em torno de várias demandas, atua nas questões emergidas do cotidiano escolar, assim como nas questões mais amplas ligadas à conjuntura nacional, percebendo a ligação existente entre Educação e sociedade. A atuação dos estudantes, na escola e na sociedade, negando a relação de dominação, é uma prova concreta desses espaços gerados nas contradições da sociedade.

Os noticiários dos jornais da grande mídia sempre realizaram matérias que legitimavam as lutas dos estudantes. O Globo registra em 13/4/1984 “Secundaristas voltam às ruas reclamando ensino melhor. Mais de 500 estudantes secundários voltaram às ruas ontem para pedir melhorias na qualidade do ensino público e para dar apoio às reivindicações de professores estaduais, que hoje fazem paralisação. Desta vez, eram alunos de seis colégios da Tijuca e Centro, e não houve confusão com a polícia Militar, como acontecera anteontem: depois de rodarem toda a Tijuca

gritando slogans de protesto, os estudantes embarcaram e graça num trem do metrô e saltaram na Cinelândia, onde uma comissão foi recebida pelo Subsecretário de Educação, José Raimundo Romeu”.

Os jovens queriam participar da redemocratização da sociedade, participar das decisões em relação à cidade e para otimizar estas ações os dirigentes da AMES determinavam os locais que os estudantes iriam para participar nas greves, quais locais iriam fazer piquetes, conforme declara Carlos Mattos:

Em 89 não foi um ano qualquer. Teve duas ou três greves gerais, quase todas as categorias fazendo greve, muita mobilização. Então tinha uma grande efervescência política e então tinha um pouco disso também de dar vazão à participação política das pessoas. Nós participamos de fóruns para determinar onde que os estudantes iam participar da greve geral, inclusive para fazer piquete, numa determinada categoria e tal. Então o movimento Estudantil teve muito dessa sintonia, mas as suas reivindicações eram mais específicas.

A bandeira do passe livre estava associada à CS, pois o projeto de lei havia sido elaborado pelo vereador Guilherme Haeser⁶⁰, integrante da referida corrente política, mas outros vereadores do Partido dos Trabalhadores, como Chico Alencar e Edson Santos, também estiveram comprometidos com as mobilizações, conforme relatos de integrantes da AMES.

No final de 1987 a direção da Convergência analisa dois fatores importantes na conjuntura, primeiramente o aumento da base estudantil associada ou próxima das lideranças da convergência socialista e o crescimento da própria Convergência, conforme relatos de Marco Antonio Miranda, dirigente dos estudantes secundarista, pela CS:

O problema efetivo é que num determinado momento, e isso acontece no final de 1987, a Direção Regional da Convergência Socialista nota duas coisas: nota que o partido e os secundaristas tinham crescido muito. Eu me lembro que na saída do Congresso da AMES em 1987 (Congresso que eu deixo de ser Presidente e o Vladimir é eleito Presidente) nós tínhamos mais militantes do que bancários, (bancários tinham 50 e poucos e nós tínhamos contado 60 militantes).

Para entender o funcionamento do processo de aprovação do projeto de lei do passe livre é importante conhecer o funcionamento da Câmara de Vereadores e quais são as funções dos vereadores. A Câmara dos

⁶⁰ Guilherme Haeser em 1985 entra para a diretoria do Sindicato dos Bancários e em 1988 é eleito Vereador pelo município do Rio de Janeiro.

Vereadores é o local onde se exerce o Poder Legislativo Municipal, que somado ao Poder Executivo e o Poder Judiciário compõe o Governo Municipal. A Câmara exerce funções: legislativa, ou seja, elabora leis e emendas⁶¹ à Lei Orgânica Municipal; fiscalizadora, ou seja, acompanha as ações administrativas dos agentes políticos; controladora, ou seja, fiscaliza o executivo; julgadora dos processos de cassação de mandato e administrativo.

A palavra vereador vem do verbo verrear, ou seja, administrar. O seu mandato tem duração de quatro anos e o seu exercício acontece através da participação em sessões plenárias e em trabalhos nas Comissões. Entre suas atividades estão incluídas: o atendimento aos eleitores e a grupos organizados, bem como o encaminhamento dos seus pedidos e reivindicações aos órgãos governamentais ou durante o Plenário. Os vereadores exercem duas atividades principais, fiscalizar e legislar. A função fiscalizadora é exercida sobre o poder executivo municipal, ou seja, a prefeitura e também o próprio poder legislativo municipal, a Câmara dos Vereadores. E a função legislativa está associada à apresentação de leis que podem ser emendas à Lei Orgânica do Município, leis complementares, leis ordinárias, resoluções e decretos legislativos.

O Projeto do Passe Livre proposto pelo vereador Guilherme Haeser tinha como referencial o projeto do passe livre para estudantes do ensino fundamental⁶². A direção da Convergência acreditou que o projeto do passe livre seria mais adequado que o projeto da meia passagem, pois o preço da passagem acarretava um ônus no orçamento familiar, inviabilizando muitas vezes a permanência dos estudantes nas escolas, algumas situadas em locais distantes às residências dos estudantes e também por entender que garantir o transporte valorizava a importância da educação no país.

Durante as negociações, várias vezes ocorreram reuniões de Haeser com as lideranças estudantis, conforme descreve Flavio Melo: “porque ele

⁶¹ Emendas são alterações feitas no projeto de lei, podem ser: Aditivas (acrescenta artigo, parágrafo ou inciso ao projeto), Supressiva (suprime em parte ou no todo o artigo, parágrafo ou inciso ao projeto), Modificativa (visa sanar vício de linguagem, incorreção de técnica legislativa), Subemenda (emenda apresentada a outra)

⁶² Esse projeto foi aprovado pelo Governador Leonel Brizola e garantia o acesso a estudantes de escolas públicas do 1º grau.

era militante do nosso organismo, era militante da Convergência Socialista, era vereador da Convergência Socialista que era a corrente do PT”. A relação de aproximação entre o vereador Guilherme Haeser e os estudantes filiados a CS estava mediada pelo partido. A relação existente era em função dos vínculos com a entidade partidária, conforme declara Guilhermina Rocha:

Nós não tínhamos encontros com ele. Nós tínhamos momentos enquanto entidade, os agendamentos de estar discutindo o projeto, de como seria e tal, tal, tal. Inclusive daquilo que nós poderíamos estar contribuindo enquanto com a proposta. Aquilo que a gente continua fazendo, né? Porque se você está discutindo lá um projeto lei que te favorece, que te atende, você abre um canal de diálogo e tenta estabelecer justamente aquilo que pode estar avançando e obviamente ele enquanto parlamentar (e não só ele, mas inclusive os assessores) possa estar nos esclarecendo o ponto de vista jurídico. Quais são as implicações, quais são as costuras que estão sendo desatadas. Lógico, assim esse foi um mandato que propiciou e possibilitou pra que esse diálogo fosse um diálogo extremamente aberto.

Algumas lideranças estudantis que já haviam percorrido uma trajetória na CS, conhecidos como *quadros* da CS, ou seja, futuros líderes políticos do partido tinham uma maior regularidade nos encontros com o vereador. Porém, esse cenário de distanciamento dos estudantes não representava um distanciamento das demandas dos mesmos, conforme relata Guilherme Haeser:

Eu acho que todas as pessoas que pensam política na sociedade estão pensando assim o tempo todo e estão se conectando com a sociedade para ver quais são as demandas da mesma, dos grupos da sociedade e aquilo que a gente considera correto vamos dar um encaminhamento. Acho que isso é o que todos os partidos políticos fazem é da vida deles de estar conectado com a sociedade e procurar representá-los da melhor forma possível.

Para o autor do projeto de lei a gênese de todo o processo que culminou na conquista do passe livre está associada à constituição dos grêmios nas escolas, as reuniões das lideranças estudantis, aos encontros das associações estudantis, dos partidos. Esse processo de organização política, de intervenção no cotidiano da cidade, é que efetivamente empolga os estudantes, que permite a mobilização e a luta por direitos. Guilherme Haeser relata que “se não tivesse tido essa conjunção toda de fatores não seria aprovado”.

De um modo geral, a visão das lideranças estudantis da CS era que o mandato do Guilherme deveria ter compromisso com a agenda do

movimento, com a pauta reivindicatória dos estudantes e identificavam no vereador, o espaço de interlocução com a Câmara dos Vereadores. A pauta pelo passe livre surgiu da direção da Convergência, do entendimento que o partido tinha daquela conjuntura e o Guilherme Haeser foi o “grande articulador”, mas quem garantiu a vitória da aprovação foram os estudantes secundaristas durante as passeatas, na invasão da Câmara dos Vereadores, nos *roletaços* em metros e ônibus. Conforme declara Guilherme Haeser: “Se não tivesse tido essa conjunção toda de fatores onde os quais 90% foi o movimento, a presença deles lá várias vezes em forma de comitivas, se não tivesse sido isso para mim não teria sido aprovado”.

O processo de elaboração de projetos de lei, passa por um procedimento bastante similar, ou seja, o vereador, como representante da sociedade, identifica problemas que devem ser resolvidos para melhorar a qualidade de vida da população. Esses problemas são variados, e muitas vezes, restritos a determinados grupos ou setores da sociedade que de diferentes formas pressionam a Câmara dos Vereadores para que seja aprovada determinada situação. Com o projeto de lei do passe livre o processo foi idêntico. O gabinete do vereador Guilherme observou essa demanda, que somado a outros interesses do próprio gabinete, bem como das forças políticas internas da Câmara culminaram na redação do projeto de lei.

O projeto de lei foi apenas mais um instrumento, para o movimento estudantil secundarista continuar com a pauta de discussão da garantia da utilização do transporte público no acesso a educação. Flavio Mello relata que a partir de então os estudantes começaram a acompanhar o processo de aprovação do projeto e se mobilizaram indo para as ruas, indo nos gabinetes do Chico Alencar, do Carlos Alberto Torres, entre outros, para recolher assinaturas, iam para as escolas promover abaixo assinados, nas Associações de Professores, na Secretaria de Educação. Em seu relato intitula-se um bom agitador, reforçando a importância da participação dos estudantes neste processo de luta por direitos:

Nós éramos agitadores, na verdade essa capacidade de agitação, nós éramos bons agitadores a gente realmente mobilizava a comunidade estudantil... A gente ia às associações de professores, a gente ia à

Secretaria da Educação, a gente partia para o enfrentamento com a Polícia que dizer a gente tinha realmente essa coisa de agitar o movimento estudantil e a forma que a gente encontrava de agitar era indo pra rua.

As lideranças estudantis secundaristas creditam a aprovação do projeto de lei pelo passe livre como resultado da demanda da juventude em diferentes momentos históricos. Existem registros que vão desde os tempos do Brasil-Colônia e do Império pelo episódio da “Revolta do Vintém” conforme relatos de Poerner (1979). Durante o governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) ocorreu uma repressão ao movimento estudantil em virtude dos protestos contra o aumento dos preços das passagens de bondes. Em 1956 o movimento estudantil realizou uma campanha contra o aumento dos preços das passagens dos bondes no Rio de Janeiro. A campanha contou com a participação de outros segmentos do movimento social tais como os sindicatos dos operários⁶³.

O movimento registra muitos processos de luta nos anos de 1985, 1986, 1987 e 1988. O começo da luta pela meia passagem acontece no final de 1985 e depois não pára mais até 1990. Conforme descreve Guilhermina Rocha:

Agora que essa demanda vinha da juventude (não só essas como outras) e teve uma influência muito grande da nossa parte. O mandato teve uma preocupação e uma dedicação para que isso pudesse se realizar. Desde a postura, desde a conjunção, desde os aliados no diálogo, inclusive no próprio plenário. Eu me lembro que na época eu interpelei a gente questionou porque todos os momentos que nós entrávamos na Câmara havia uma linha, uma sabotagem de esvaziamento e a nossa preocupação era justamente isso. Era que não fosse votado, se perdesse o tempo, os prazos e obviamente fosse considerado inconstitucional, não só pela Justiça, mas inclusive pelo próprio executivo e a gente lá naquela coisa que não tinha “quorum”, a gente gritava, eu gritei né? E questionando que ali os Vereadores tinham que ter esse compromisso com a população, com os trabalhadores e tal. Então o Sirkis começou a me berrar lá de baixo me respondendo que era um Vereador do PV dizendo” ah mais isso não pode ser desse jeito” e eu “como não? O seu mandato não é seu o mandato é do povo!”. Então essa era uma consciência que a gente de certa forma empregava naquela hora ali.

Esta percepção de que a conquista do passe livre foi coletiva esteve presente em todos os relatos, unificando as correntes políticas do movimento secundarista, os representantes políticos e os estudantes, as lideranças estudantis dos estudantes, da zona sul a zona oeste. Carlos Mattos relata que a Convergência na passagem de 88 para 89 começou a discutir algumas

⁶³Neste período é criada a União Operária Estudantil

ações que o gabinete do vereador Guilherme Haeser poderia realizar em 1989. Entre as idéias apresentadas surgiu a proposta do projeto pelo passe livre. Ele diz que no início ficou assustado com a idéia, pois o movimento estava muito desgastado em relação à luta pela meia passagem, mas que depois percebeu a importância daquele momento histórico para o partido e para as lideranças estudantis secundaristas.

Naquela época o movimento estudantil tinha um recesso do Congresso da AMES até o mês de março. E até o final de fevereiro a discussão sobre o passe livre estava internamente restrita aos comitês da CS, que apresentou a nova bandeira pelo passe livre no recomeço das aulas em março de 1989. A recepção pelos outros partidos do movimento secundarista em relação à bandeira do passe livre foi inicialmente de certo ceticismo, mas havia concretamente um projeto de lei e um vereador disposto a impulsionar o referido projeto, então isso acabou fazendo a diferença, dando mais concretude à luta.

Para os estudantes essa concretude foi vivenciada com a possibilidade do diálogo com parlamentares, vereadores, com a Câmara dos Vereadores, conforme relatos de Guilhermina:

Então com a possibilidade de ter parlamentares, vereadores nesse caso lá na Câmara que pudessem estar dialogando com o movimento. Nós tivemos a abertura deste canal através do mandato do Vereador Guilherme Haeser. O Guilherme além de ter constituído o Projeto-Lei ele abre uma possibilidade que o próprio Executivo pudesse deliberar um direito aos estudantes. Então todo tensionamento inicia-se em 89 não só pela aprovação do projeto na Câmara, mas inclusive do próprio respaldo. Porque esse Projeto não é um Projeto qualquer é um projeto que ele foi e teve uma explosão. Então vários estudantes, de todos os espaços inclusive de outros municípios engrossaram essas fileiras, ajudaram, contribuíram e fizeram com que a gente não só enchesse diversas vezes as galerias da Câmara, mas inclusive que a gente corresse os gabinetes, pressionasse, cobrássemos aquilo que pra nós era uma reivindicação histórica para o movimento.

A mobilização dos estudantes em relação ao passe livre, o envolvimento das diferentes correntes do movimento, a inserção de novos estudantes querendo participar do movimento, era decorrência da bandeira do passe livre ser uma demanda e uma necessidade dos estudantes secundaristas das escolas públicas.

Durante o ano de 1989 e o início dos anos 90 ocorreram muitas passeatas, as mobilizações tinham como base final a Cinelândia, pois a Câmara dos Vereadores se situa nesta região. Nos dias que antecederam a votação do projeto às passeatas se intensificaram e mobilizaram estudantes de diferentes localidades da cidade do Rio de Janeiro. Os relatos das passeatas empolgam as lideranças estudantis, pois este momento torna visível o poder de articulação das correntes políticas, conforme descreve Carlos Matos:

As passeatas tinham um momento às vezes mais rico, bonito que era “pular junto com essa juventude”, a gente sempre pulava. Geralmente era bastante legal quando vinha o Pedro II vindo de São Cristóvão encontrava com o Instituto de Educação, Prado Júnior indo pra Tijuca, Praça 7, não sei o quê. Todo mundo lá pulando junto. Então em diferentes momentos entrava uma passeata no Metrô.

As lideranças iam de escola em escola articular os estudantes para participarem das mobilizações e ao longo da trajetória conformavam grandes agrupamentos que recortavam a cidade com o objetivo de ocupar a Cinelândia e pressionar a Câmara dos Vereadores para que o projeto do passe livre fosse aprovado. Guilhermina relata:

Então aquela passeata com aquele sol brilhante, a gente ali naquela Domingos Lopes porque a referência era o (curso) GPI, o Santa Mônica, o Lemos de Castro, O Souza Marquês e o Afro Instrução. Lembro-me até das Escolas. A passeata foi uma coisa muito bonita, muito bonita não só pela simbologia, pelo apego porque óbvio que tinha uma pauta que mexe diretamente.

A capacidade de mobilização das lideranças estudantis era relativamente grande. Havia toda uma articulação entre as lideranças de determinada região da cidade para que o maior número de estudantes fosse mobilizado. Eles combinavam roteiros, indicando qual escola sairia primeiro, em que momento encontraria com o outro grupo, quais estratégias seriam utilizadas para mobilizar os estudantes, arrumavam megafone com algum sindicato, movidos pelo movimento de reivindicar suas pautas. Flavio Melo relata:

A gente juntava as estudantes, as normalistas do Julia Kubitschek que estavam no Campo de Santana e a gente pegava a presidente Vargas, mas não conseguia fechar a presidente Vargas, porque não se tinha estrutura pra fechar a Presidente Vargas, então a gente vinha só por uma pista, era ônibus e etc... A gente passava pela calçada mesmo porque o Centro é complicado você fechar a presidente Vargas principal via de acesso da cidade pra zona norte com duzentos alunos. Então, a gente ia pro Pedro II e quando a gente chegava no Pedro II eles já estavam

saindo... então o Pedro II já saía aí incorporava a zonal Centro e a Zonal Centro ia em direção à Candelária. Aí a gente já ia fechando, a gente fechava uma facha, a gente tinha problema demais para fechar, mas a gente fechava a pista do canto e ia até a Candelária onde a gente se encontrava com a concentração dos outros lugares e o fluxo ia aumentando. Chegava à Candelária a gente parava ali duas horas e a passeata saía três horas da tarde e a gente descia em direção a Cinelândia.

Além das passeatas os estudantes também realizavam os roletaços. O que eram os roletaços? Eram mobilizações de mais ou menos 20 estudantes, que em grupos de 10 entravam nos ônibus em direção à Cinelândia, pulavam as roletas e discursavam para os passageiros, conforme depoimento de Flavio Melo:

A gente pegava um ônibus, a gente caminhava até um ponto da Rio Branco pegava um ônibus na Rio Branco lá em cima próximo a Sete de Setembro. Ai entrava no ônibus e roletava o ônibus. Pulava cinco ou seis alunos gritando é passe-livre! É passe-livre! E fazia um discurso: vai ser votado o projeto de lei do passe-livre... E pra gente é muito importante, e aí conclamava a comunidade: porque vocês são pais, vocês têm filhos que estudam em escolas públicas. Nós estamos chamando aqui vocês a fazerem parte desse projeto de passe-livre. Estudantes não têm que pagar passagem! Fica muito caro no orçamento de uma família!

Depois descia do ônibus e concentrava de novo para sair mais outro grupo que fazia isso tudo de novo e depois voltava para ocupar a Cinelândia. Para Flavio Melo o roletaço surgiu no primeiro semestre de 90, era uma política da Convergência Socialista, do Carlos Matos, presidente da AMES, que havia sugerido essa proposta e implementado durante uma concentração de passeata: “gente vamos agora fazer o roletaço vai ser isso vai ser aquilo e aí todo mundo se organizou e fez”.

Os estudantes em virtude das tentativas de esvaziar o plenário⁶⁴ discutiam quais estratégias deveriam implementar para contornar essa situação. Em alguns diálogos fica marcado a percepção dos estudantes do quanto a questão do transporte era importante e envolvia grandes empresários. A opção das lideranças estudantis era radicalizar o movimento e a opção desta radicalidade estava na invasão do plenário.

Entre os dias narrados pelas lideranças estudantis e pelo vereador Guilherme Haeser estão às invasões da Câmara dos Vereadores. Durante três semanas mais ou menos os estudantes invadiram a Câmara em virtude

⁶⁴ Plenário é o órgão deliberativo e soberano da Câmara, constituído pela reunião dos Vereadores em exercício, detentor de atribuições deliberativas e legislativas.

das tentativas de esvaziar o plenário para que o projeto fosse votado com poucas pessoas e que conseqüentemente fosse vetado, conforme depoimento do Guilherme Soninho:

O processo de mobilização de rua. Todo dia. Acho que durante duas a três semanas *nêgo* invadia a Câmara dos Vereadores um dia a galera de um lugar, o outro dia a galera do outro, um dia a galera da Zona Sul, no outro dia a galera da Zona Oeste, outro dia a galera do Centro da Cidade. Acho que foi um dos processos mais ricos nesse sentido assim.

A imprensa⁶⁵ divulgou no dia 29 de março de 1990 que o transporte gratuito havia sido ganho na base dos gritos e que soldados da PM haviam fechado as portas da Câmara para tentar impedir o acesso dos estudantes às galerias:

A votação das emendas supressivas ao artigo da Lei Orgânica do Município que assegura transporte gratuito nos ônibus para alunos uniformizados da rede pública de ensino levou ontem à tarde cerca de 2 mil estudantes a Câmara dos Vereadores. Eles queriam garantir o direito à condução, mas foram impedidos de entrar nas galerias, por determinação dos Presidentes da Mesa Diretora ⁶⁶da Casa, Roberto Cid (PDT), e da mesa da Lei Orgânica, Francisco Milani (PCB). Um fato inédito, segundo os vereadores, já que o Regulamento Interno determina que todas as sessões da Lei Orgânica sejam públicas. Mesmo assim, os estudantes acabaram vitoriosos e as emendas que tratavam do assunto foram retiradas por seus autores.

O tumulto tomou conta tanto das escadarias da Câmara quanto do lado de dentro, onde os Vereadores Eliomar Coelho, Guilherme Haeser e Chico Alencar, do PT, e Edson Santos (PC do B), procurando defender a entrada dos estudantes para assistir a votação, foram empurrados por seguranças da Casa e quase agredidos...

Das emendas supressivas ao artigo que trata do transporte gratuito, a do Vereador Guilherme Haeser garantia o passe a todos os estudantes, inclusive aos da rede particular, e a do Vereador Jorge Pereira suprimia o passe para os estudantes de segundo grau da rede pública. Os dois vereadores entraram em acordo e retiraram suas emendas. Em seguida, os estudantes foram embora.

Os estudantes ocupavam as galerias da Câmara municipal e ficavam assistindo as votações da Lei Orgânica com o intuito de pressionar o plenário para que o projeto fosse votado. A Diretoria da AMES fazia reuniões na sede do Sindicato dos Engenheiros, que ficava em frente a Câmara, para

⁶⁵ Jornal O Globo – Grande Rio – 29 de março de 1999.

⁶⁶ Mesa Diretora é o órgão diretivo da Câmara, com atribuições administrativas e executivas. Cada membro da Mesa tem atribuições próprias e também pratica atos de direção, administração e execução das deliberações aprovadas pelo Plenário, na forma regimental. São Componentes da Mesa com mandato de dois anos: Presidente, Vice-presidente, 1º e 2º Secretários.

elaborar estratégias de intervenção e de diálogo com os vereadores, conforme declara Guilherme Soninho:

Mas essa coisa da Câmara dos Vereadores ali todo dia ocupar, tinha dias que eu tava lá e não era pra ocupar a câmara eu não tava mobilizando ninguém. Eu fui lá para discutir processo com o Guilherme Haeser, com outro Vereador e conversar com o Chico, pra falar com não sei quem. Não era todo dia que era a tua região que estava mobilizando, mas todo dia a câmara tava ocupada.

Os depoimentos das lideranças registram que o dia anterior à aprovação do projeto de lei, ou seja, que no dia 27 de março, havia-se convocado uma passeata, pois as informações que os mesmos tinham era que o projeto seria votado neste dia, porém as tentativas de manobras para que o projeto não fosse votado fizeram com que os estudantes convocassem nova passeata para o dia seguinte. Neste período as escolas ficaram a mercê da agenda das mobilizações que as lideranças organizavam, conforme relato de Carlos Mattos:

Dois dias seguidos sem ter aula nas escolas grandes que participavam. A gente fechava as escolas, não tinha aula. Um dos vices-presidentes da época (porque eram dois) o Cláudio era dirigente do Instituto de Educação e de vez em quando, a direção ia perguntar pra ele: "Cláudio vai ter aula hoje?". Foi essa participação da juventude, esse protagonismo que fez com que fosse aprovado numa conjuntura na câmara de vereadores e tal, muito adversa, de muito poder político nesse setor de donos de empresas de ônibus.

Neste dia também registramos o embate entre o vereador Guilherme Haeser e o presidente da mesa da Lei Orgânica Francisco Milani (PCB). O vereador Guilherme Haeser tentava impedir a votação de um requerimento do Vereador Jorge Pereira pedindo a prorrogação da sessão extraordinária numa tentativa de realizar a votação em horário onde o plenário, que é o órgão deliberativo e soberano da Câmara, constituído pela reunião dos Vereadores em exercício, detentor de atribuições deliberativas e legislativas, não tivesse quorum, ou seja, não tivesse o número de vereadores necessário para a votação na sessão⁶⁷.

Esta sessão extraordinária já havia prorrogado o horário e em virtude do adiamento da hora, quase 4 horas da manhã, muitos estudantes haviam ido embora. O Vereador Guilherme Haeser entendia que esta

⁶⁷Este número está definido na Lei Orgânica e no Regimento Interno, conforme o caso.

prorrogação fazia parte de uma manobra da Câmara para não aprovar o projeto de lei do passe livre. Conforme declara Guilherme Haeser:

E aí eu fiz assim: nós estávamos votando mais ou menos o artigo 100,100 e poucos e o artigo do passe livre era 400 e no ritmo que estava indo as votações fiz um cálculo de que não haveria como chegar ao artigo 400. Tem muita coisa para votar antes e não vai ter como e então voes podem ir embora para casa e voltar amanhã e ficar acompanhando aqui de novo. E aí os estudantes foram embora e enfim a sessão continuou e quando chegou a Meia noite quando eles normalmente encerravam porque quando a gente estava fazendo a lei orgânica continuou tendo as sessões nos finais para votar os demais assuntos da pauta que funcionava de 4 até às 6 da tarde e a gente começava uma sessão especial para fazer a lei orgânica e ia até meia noite. Só que nesse dia estranhamente eles pediram a votação de uma nova sessão a partir da meia noite até 4 horas da manhã. Ai eu achei aquilo muito estranho, mas... Comecei a sentir um cheiro de manobra no ar no sentido de estender a sessão e votar o artigo relativo ao Passe livre. Obviamente por que fazer isso? Para fazer isso no meio da noite sem nenhum estudante lá acompanhando e no dia seguinte o pessoal ia voltar e já tinha sido votado na ausência deles e o resultado daquela votação você imagina que para fazer isso seria parar derrotar o resultado, para derrotar a proposta do passe livre. Bom, mas mesmo assim eu fiz o cálculo e achei que mesmo assim não daria para chegar ao artigo 400 e foi uma sessão vergonhosa porque imagina uma sessão varando madrugada adentro, as pessoas dormiam, nem sabiam o que estava se votando foi uma sessão patética... Enfim a sessão avançando e quando chegou 4 horas da manhã eu disse: "Vamos encerrar não tem mais como continuar e já está vergonhoso, as pessoas dormindo e na hora que chegava a vez de votar tinha de sacudir o Vereador lá que provavelmente voltava dormir mais tarde. E aí quando chegou às 4 horas da manhã veio um novo requerimento para continuar a sessão e aí eu tive a certeza de que havia um golpe e ai eu comecei a berrar lá: "Que aquilo era absurdo e não tinha sentido e eu não concordava" Enfim o Milani determinou que o Vereador Celso Macedo como secretário lá da sessão fizesse a chamada nominal da votação e então eu apelei né? Eu achei um absurdo e apelei. Ai eu arranquei o microfone do Vereador Celso Macedo e ai foi uma sessão extremamente tumultuada até que por fim houve um tumulto tão grande lá com a segurança e o Milani acabou encerrando a sessão.

O dia 28 de março de 1990, dia da aprovação do projeto de lei do passe livre foi um dia muito movimentado na Câmara dos Vereadores⁶⁸ e em todas as narrativas constitui-se como um lugar de memória coletiva. Guilherme Haeser relata:

Normalmente a Câmara é um lugar muito parado. Enfim o poder legislativo não tem muito desse negócio do Plenário ser o local do embate, sabe? Da argumentação, da oratória, de você apresentar uma idéia e argumentar, de você... Tudo é meio que fechado e você atua no que interessa e só vai à votação do plenário na hora em que já está tudo certo. O plenário não é um lugar de discutir é principalmente um lugar em que se vai homologar aquilo que já foi devidamente debatido entre quem eles consideram os atores. E é óbvio que não é sempre assim, mas muitas vezes eu tinha essa percepção e esse dia foi um dia excepcional porque a questão do passe

⁶⁸ Para entender o funcionamento da Câmara dos Vereadores ver, O VEREADOR e a câmara municipal. Organização de Jamil Reston ; Marcos Flávio R. Gonçalves ; Alcides Redondo Rodrigues. Rio de Janeiro : IBAM, 1977.

livre já era uma questão que estava mobilizando a cidade, a Câmara e obviamente para mim foi um dia muito elétrico até porque eu também era um dos tantos protagonistas dessas histórias.

O embate no plenário ficou mais ameno quando foi negociado entre os vereadores que representavam os empresários de transporte coletivo e as lideranças estudantis que o projeto de lei teria que ser destinado apenas aos estudantes das escolas públicas do ensino médio, que deveriam estar uniformizados e em dia útil escolar, e retirava os estudantes de escolas particulares e o do ensino superior. O projeto original do passe livre previa o passe livre para estudantes de escolas públicas e privadas, do ensino médio e superior.

A negociação envolveu os estudantes que neste dia ocupavam as galerias e as escadarias da Câmara Municipal. O vereador Guilherme Haeser apresentou a proposta dos representantes de transporte coletivo que propunha a retirada do passe livre para estudantes de escolas particulares e do ensino superior. A aceitação desta supressão foi realizada durante uma rápida plenária com os estudantes que estavam na Cinelândia que decidiram pela referida supressão em virtude da importância para o movimento da referida conquista e por acharem que os estudantes das escolas públicas estavam mobilizados para esta luta, conforme depoimento de Carlos Mattos:

A luta pela meia passagem foi uma luta das públicas que bancaram essa luta, os estudantes das pagas não se mobilizaram e a gente acha que é fundamental aceitar esse acordo. A gente volta para a manifestação e o Guilherme desce tendo essa orientação e diz para o público o seguinte: "Olha o projeto não é o meu, mas existe essa proposta de acordo que é..." e vem o Vereador que representa os patrões dos transportes e diz "eu estou propondo isso" e o Guilherme: "Eu não vou decidir nada. Vocês que decidem o que vocês decidirem é isso!" Aí tem uma assembléia e nela é aprovada porque esses estudantes que estão lá, a gente vai aceitar o acordo...

Para as lideranças das escolas particulares a conquista do passe livre foi uma grande vitória, apesar de não ter sido tão completa, pois somente seria completa se o passe livre tivesse sido garantido para todos os estudantes, inclusive das particulares, onde na visão deles encontram-se muitos jovens de classes populares, com poucas condições financeiras.

De forma geral as lideranças do movimento estudantil secundarista creditam a conquista do passe livre, em especial à corrente política da Convergência Socialista, que apresentou o projeto de lei do passe livre, mas

ressaltam a importância da participação de todas as forças políticas daquele período do movimento secundarista. Guilherme Soninho relata:

Quer dizer, o processo do passe livre foi talvez um daqueles momentos ali que você teve uma luta em que nenhum grupo pode dizer assim: “Eu fiz isso sozinho”. Ninguém poderia ter feito aquilo sem o outro fazer também, seja na articulação, na câmara com Guilherme Haeser, na época Vereador da Convergência do PT. A gente tinha ali uma relação de proximidade até com os outros vereadores que depois tiveram que participar do processo ali para efetivar a conquista do passe livre.

Existia uma polarização entre as bandeiras do passe livre e da meia entrada, mas a conjuntura e o contexto histórico apresentado naquele momento unificaram todas as correntes em prol das mobilizações pelo passe livre, conforme declara Guilherme Soninho:

Tinha essa diferença e foi uma diferença que era histórica das posições políticas que você levanta a mão num Congresso, né? Mas que na hora em si que você estava fazendo uma manifestação, quem levantava a mão para a meia entrada tava junto. Estava na porrada com a mesma polícia, estava junto ali em frente à Prefeitura jogando a mesma pedra, fazendo muita diferença e na hora que teve a manifestação pelo passe livre também todo mundo que no Congresso votava (quantas coisas no Congresso a gente vota e faz totalmente diferente no dia seguinte) na meia entrada tava ali junto na coisa do passe livre.

As correntes majoritárias da gestão da AMES de 1989 e 1990 eram a Convergência Socialista e a OJL conforme explicitado no capítulo anterior, mas a conjuntura do movimento estudantil era muito mais ampla que as correntes que dirigiam a entidade secundarista. Nesta época o PC do B e o PCB não estavam na diretoria da AMES, mas participaram das mobilizações pelo passe livre. Essa unificação não acontecia nos Congressos da AMES, conforme depoimento do Guilherme Soninho:

Por exemplo, a gente costumava ver movimento secundarista principalmente ter sempre a coisa da polarização grande dos diferentes grupos que participam do movimento, os diferentes partidos e tudo. E eu acho que a luta do passe livre assim foi uma coisa diferente das outras lutas que a gente teve naquele período foi uma luta que, por exemplo, todos os grupos, que todos os partidos: PC do B, Convergência, passando pela galera do PT e o grupo que eu fazia parte que era a OJL (Organização da Juventude pela Liberdade), ao pessoal do PCB. Todos os grupos de partidários participavam do movimento Secundarista no Rio, todo mundo mobilizou para o Passe livre, todo mundo botou gente na rua. Diferente de outras mobilizações que várias vezes eram mobilizações do Pedro II que quem tava ali mobilizando era a galera do PC do B.

A conquista do passe livre foi eleita pelo conjunto dos entrevistados como uma das principais conquistas da AMES, do movimento secundarista nos últimos anos e que fez com que diferentes correntes políticas fizessem

um processo de mobilização coletiva. Tendo em vista que os relatos apontam para um processo de mobilização que contou com o somatório dos esforços dos diferentes grupos políticos para realizar passeatas, roletaços, invasão da Câmara, em dias alternados para não esvaziar a força política da mobilização. Essa articulação permitiu a esta mobilização em especial, uma força política diferente das outras bandeiras do movimento e contribuiu para que em outros espaços, outros lugares, outros estudantes pudessem discutir e travar também está luta.

As lideranças relatam que naquela época a AMES tornou-se mais conhecida que a UBES. (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas) e que em diversas vezes no Congresso da UBES os mesmos eram aplaudidos em decorrência da importância que a conquista do passe livre no Município do Rio de Janeiro ter se tornado uma referência para o movimento estudantil secundarista.

Depois que o projeto de lei foi discutido, votado e aprovado pelo plenário, a Câmara dos Vereadores encaminhou para o Executivo⁶⁹ que promulgou em 5 de abril de 1990, finalizando o processo de elaboração com a publicação no Diário Oficial. Vale destacar que aconteceu uma audiência do vereador Guilherme Haeser e dirigentes da AMES com o Prefeito Marcelo Alencar onde negociaram a agilidade do andamento do projeto de lei.

Porém os estudantes encontraram muitas dificuldades para usufruir o direito ao passe livre, pois os motoristas dos ônibus não recebiam orientação das companhias de transporte urbano para cumprir a referida lei e conseqüentemente muitos ônibus impediam que os estudantes utilizassem o direito ao passe livre.

A presença do movimento estudantil secundarista foi fundamental neste período de implementação da Lei do passe livre, pois muitos estudantes eram impedidos de subirem nos ônibus ou os ônibus não paravam nos pontos. Alguns relatos contam situações de motoristas que acabavam parando na Delegacia para resolver o caso e também a utilização

⁶⁹O processo legislativo é composto por fases: a iniciativa, a discussão, a deliberação, a sanção, a promulgação e a publicação.

pelos estudantes de estratégias como andar com uma cópia da lei para apresentar no ônibus.

A grande mídia⁷⁰ noticiou várias vezes a situação que se encontravam os estudantes que impedidos de utilizarem o transporte público acabavam por perder aula ou sofriam algum constrangimento no trajeto do ônibus. Têm-se relatos de jovens que sofreram agressões de trocadores e motoristas para garantir que os mesmos não utilizassem o referido transporte.

A Superintendência Municipal de Transportes Urbanos (SMTU) neste período colocou fiscais nas ruas para fazer com que os motoristas e as empresas de transportes cumprissem o dispositivo da nova Lei Orgânica do Município. Inicialmente distribuiu cartas de advertência e esclarecimento, mas depois os motoristas e as empresas que não cumprissem com o referido dispositivo eram multados, conforme estabelecia o Artigo 6º do Código Disciplinar⁷¹.

Para algumas lideranças a vitória não se consumou na aprovação formal do projeto de lei, mas durante os meses seguintes, onde os estudantes entravam em conflito com motoristas e trocadores, em diferentes lugares da cidade para garantir o direito de utilizar ao passe livre. Durante meses foram realizados atos de protestos contra a recusa dos empresários em aceitar a utilização do transporte coletivo, entre as manifestações⁷² registra-se a do dia 24 de maio de 1990, que mobilizou cerca de 300 alunos do Colégio Pedro II do Centro para ocuparam a Avenida Presidente Vargas, impedindo durante uns 15 minutos o deslocamento dos carros. O comandante do 5º Batalhão da Polícia Militar chamou uma tropa de choque para organizar a retirada dos jovens.

Neste momento não adiantava manifestação na Câmara dos Vereadores, o importante era as mobilizações localizadas, era a articulação entre os estudantes de base, pois a estrutura da AMES não conseguia estar

⁷⁰ Foram publicadas no ano de 1990 matérias no Jornal do Brasil nos dias 22 e 24 de maio. No jornal O Globo nos dias 20 e 24 de maio e no jornal O Dia na data de 24 de maio.

⁷¹ Conforme divulgação do Jornal O Globo em 20 de maio de 1990.

⁷² No dia 24 de maio de 1990 o Jornal O Globo, Brasil e O Dia registraram a referida manifestação.

em todos os lugares da cidade para garantir os direitos dos estudantes, conforme relato de Guilherme Soninho:

Qualquer estudante de Escola Pública uniformizado de 1º e 2º grau poderia ter acesso ao passe livre e entrar pela porta da frente dos ônibus. Então a gente ia com a lei na mão e era porrada na porta dos Colégios todo dia. Você vem ali o ônibus não pára aí você fecha a rua. Aí nego vai entrar no ônibus e o ônibus não param aí você joga um paralelepípedo no vidro quebra um. Aí o ônibus de trás já pensa duas vezes se vai tentar jogar o carro em cima ou não. Aí você entra e tem um trocador que aceita já o outro desce para sair na porrada.

Esta segunda etapa da garantia ao direito ao passe livre foi analisada pelas lideranças estudantis como uma etapa totalmente descentralizada, que fortaleceu o movimento de base, onde a AMES tinha um peso menor e a base, os estudantes, os grêmios, os grupos, o colégio, tinham um peso maior. Guilherme Soninho relata:

A gente lembra da AMES na conquista do passe livre. A conquista depois foi dos grêmios entendeu? Não era mais da AMES, não era a nossa capacidade de organizar isso. A base atuando na mente e saindo na porrada todo dia com motorista. É isso quebrar ônibus todo dia se não tinha passe livre na prática, tanto que várias vezes nesses anos todos têm essas idas e vindas, essas repressões sempre temendo retrocessos.

No caso do passe livre municipal o que identificamos foi que para o estabelecimento desta enquanto política pública tornou-se necessário realizar uma série de ações, que se iniciou nos ambientes de socialização juvenil, na criação de grêmios, nas escolhas partidárias, nas mobilizações de ruas, nos roletos, nas invasões na Câmara dos Vereadores. Rua (1998:71) diz que

Políticas públicas são conjuntos de ações destinados à resolução de problemas políticos. Essas decisões e ações envolvem a atividade política compreendida como um conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e se destinam à solução pacífica de conflitos relacionados com bens públicos.

Sendo assim, podemos afirmar que essas manifestações juvenis lideradas pelo movimento estudantil secundarista durante os anos 80 contribuíram para que a luta do passe livre deixasse de ser um “estado de coisas” e se transformasse num “problema político”, inserido na agenda governamental⁷³, ainda segundo Rua.(1998:.731)

Para que o estado de coisas se transforme num problema político e passe a figurar na agenda governamental faz-se necessário que apresente pelo

⁷³Rua identifica a existência de três processos na constituição de políticas públicas: a formação da agenda, a implementação e a avaliação. (1998, 731-733)

menos uma das seguintes características: mobilize uma ação política de grandes ou pequenos grupos ou de atores individuais estrategicamente situados; constitua uma situação de crise, calamidade ou catástrofe e constitua uma situação de oportunidade para atores politicamente relevantes.

O movimento do passe livre ocorrido na história recente da cidade do Rio de Janeiro aponta a importância dos jovens e de suas expressões coletivas no processo da construção de políticas, mas não na perspectiva das políticas públicas direcionadas para este segmento, que historicamente no contexto Latino Americano foram implementadas para atender “um conjunto focalizado de jovens que compartilham determinada condição” (Leon, 2000: 78) e na maioria das vezes funcionaram como programas sociais e não como políticas⁷⁴.

No caso específico do Brasil, a década de 50 esteve marcada pela incorporação do modelo de modernização que através da política de educação buscou inserir no sistema educativo os jovens, criando condições de mobilidade, ao mesmo tempo, que oferecia atividades de esporte para ocupar o tempo livre daqueles que não estavam sendo beneficiados pelas benesses da educação. Os anos 60 e 70 são identificados com o modelo de controle social, em decorrência da oposição estudantil à ditadura militar e em virtude da ampliação das desigualdades sociais que colocou um expressivo número de jovens à margem das ações oferecidas. A década de 80 foi marcada pela preocupação da prevenção do delito e com a oferta de políticas compensatórias para combater à pobreza. Atualmente, o modelo que predomina é a do “capital humano” e mais recentemente a dos “sujeitos de direitos”.

Cabe ressaltar a participação destes atores nas etapas de elaboração do projeto de lei, definição, implantação e acompanhamento, pois verificamos que a direção da Convergência Socialista decidiu pela apresentação do referido projeto de lei no decorrer do diálogo com as lideranças do movimento estudantil que estiveram presentes em reuniões da direção, pois representavam os estudantes na estrutura da corrente. Em relação à definição do projeto verifica-se que o mesmo foi definido durante a

⁷⁴ Para ABAD (2002) o oferecimento de programas sociais destinados aos jovens, até o presente momento, não podem ser caracterizados como políticas públicas de juventude.

audiência pública na Câmara dos Vereadores, nas negociações com os vereadores e na decisão por restringir o direito ao passe somente para os alunos das escolas públicas. A implantação do projeto também contou com a participação dos estudantes que seguidas vezes entraram em conflitos com os motoristas e trocadores de ônibus e por fim o acompanhamento que pode ser verificado até os dias atuais nas diversas manifestações ocorridas em torno do passe livre. Pedro Pontual relata que “na maioria das vezes a participação fica restrita aos momentos de consulta e de escuta, mas não alcançam os momentos de deliberação”.

O contexto que se insere a nossa análise pode concluir que as mobilizações foram conduzidas entre o campo político polarizado entre o Estado (questionado pelas concessões às companhias de transporte e pelas altas tarifas do transporte público) e os estudantes secundaristas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A utilização da metodologia da história oral proporcionou às lideranças estudantis entrevistadas revisitar o passado e relembrar a experiência vivida durante os anos 80. Nesse processo de pesquisa e análise sobre a participação dos estudantes secundaristas na conquista do passe livre no município do Rio de Janeiro verificou-se que os jovens, na condição de estudantes, tiveram importante papel na aprovação do projeto de lei que instituiu o passe livre e na posterior legitimação e manutenção do mesmo. Este episódio comprova que os jovens foram sujeitos e atores da ação, desencadeada em virtude dos espaços de socialização política que foram construídos no percurso das trajetórias de algumas lideranças estudantis e pelo envolvimento dos estudantes, que por diversos motivos foram às ruas participar das mobilizações pelo passe livre.

A relevância desta pesquisa está em dar visibilidade para a referida conquista do passe livre municipal no Rio de Janeiro na passagem de 1989 para 1990, mostrando que estes jovens, apesar das disputas políticas no interior do próprio movimento estudantil, estiveram coletivamente elaborando estratégias para pressionar o Estado a garantir o direito ao transporte público na cidade.

Diferente do que sugere a bibliografia da participação política dos jovens no final da década de 80, onde, de um modo geral, estes foram inscritos sob a ótica da apatia e da alienação, conforme apresentado na introdução deste trabalho, percebemos que o movimento pelo passe livre acabou gerando as condições para que os estudantes participassem da luta pelo direito à cidade e interviessem na ampliação das instituições democráticas através da pressão que exerceram sobre o Estado e os agentes privados do setor de transporte. Diante deste cenário cabe ressaltar a invisibilidade que a história deu para este acontecimento de mobilização de estudantes secundaristas que – diferente do movimento estudantil

universitário, majoritariamente constituído pelas classes médias e superiores – envolveu jovens de diferentes classes sociais, com culturas juvenis e práticas sociais diferenciadas.

A virada do século marcou a introdução mais contundente da política neoliberal que disseminava que os problemas oriundos das desigualdades sociais somente seriam resolvidos com a transferência das funções do Estado Social para a iniciativa privada. A bibliografia sobre a participação juvenil acabou homogeneizando o cenário de desencantamento com as instituições e com os modos tradicionais de participação política. E valorizou os movimentos identitários, acabando por tornar o espaço de atuação do movimento estudantil secundarizado. Para Marialice Foracchi nos anos 80 surge no cenário movimentos sociais, que até então não tinham tanto destaque, acarretando assim uma visão minimalista do movimento estudantil e conseqüentemente de sua contribuição para a transformação social.

A presente pesquisa não pretendeu fazer uma distinção entre a identidade estudantil dos anos 60 e a dos anos 80, mas achamos importante ressaltar que a invisibilidade da mobilização pelo passe livre somente colabora para a manutenção de uma idealização sobre a participação estudantil, negando assim, o importante papel dos estudantes em outros períodos históricos, principalmente no período da redemocratização.

Na pesquisa optamos pelo significado de participação que pressupõe a existência de um sujeito, ator social, que através de ações coletivas influencia e interfere na criação ou manutenção de direitos. Envolvendo-se com a luta pela efetivação dos direitos sociais, conquistados e inscritos nas leis, mas também de novos direitos necessários para a plena democracia. Sendo assim, podemos afirmar que os estudantes secundaristas participaram da efetivação de novos direitos para a população, em especial, para aqueles que vivenciam a condição de estudante, pois participaram do aspecto decisório, ou seja, do processo público de tomada de decisão, tanto no caso da conquista do passe livre, como também na Lei do Grêmio Livre, no voto aos 16 anos, na meia entrada nos cinemas, na revogação da portaria 140, entre outros processos.

Pode-se perceber pela trajetória das lideranças que o processo de participação esteve caracterizado como um ato educativo, pois na medida em que crescia seu envolvimento com a criação dos grêmios, com as mobilizações de rua, envolvimento com partidos ou forças políticas, associativismos, inserção nas entidades estudantis secundaristas, aumentava a compreensão dos canais de participação política, tornando esses atores sujeitos ativos. Isso foi possível constatar nas trajetórias posteriores à participação dos entrevistados no movimento estudantil secundarista, visto que todos os entrevistados permaneceram até os dias atuais exercendo o direito de participar, pois fizeram movimento estudantil universitário, inseriram-se em sindicatos e filiaram-se ou estão próximos de partidos políticos.

Neste momento das considerações optamos por retornar a alguns tópicos que foram identificados na análise das entrevistas e dos materiais coletados. O primeiro tópico estabelecido pode ser definido pela relação entre grêmios e escolas, visto que a trajetória do coletivo pesquisado apontou para a importância do espaço dos grêmios como lugar de formação de lideranças e de atores sociais.

A vivência promovida pela dinâmica na formação dos grêmios, na implementação deste agrupamento nas escolas, nos conflitos com as direções escolares, na aproximação dos estudantes no interior do grêmio, na constituição de bandeiras cotidianas dos alunos, na mobilização e ocupação dos estudantes na cidade, possibilita conhecer e se reconhecer na dinâmica da democracia, identificando os canais de participação da sociedade civil, da importância dos movimentos sociais, das lutas dos trabalhadores, da garantia dos direitos e o funcionamento das forças políticas com suas dinâmicas internas, funcionamento e disputas, bem como da máquina do estado.

Verifica-se que no período da redemocratização os jovens, filhos de pais que viveram sob o regime da ditadura, estavam movidos pela determinação da importância da construção da democracia no Brasil e percebiam o grêmio, a AMES, o partido, as mobilizações de rua, como espaços de socialização política que produzem redes que estimulam à

participação dos estudantes. Inicialmente as questões estavam relacionadas à escola, mas com o tempo de atuação no movimento estudantil as suas reivindicações se ampliavam e conseqüentemente suas bandeiras também englobavam preocupações com a cidade e com a sociedade em geral. Além de desenvolver o senso crítico e participativo, favorecer o aparecimento de lideranças, o engajamento dos alunos nas atividades escolares e da comunidade, esses espaços assumem caráter educativo ao promoverem a aprendizagem de processos administrativos, inerentes a toda organização, dotando jovens de conhecimentos fundamentais para uma atuação coletiva e organizada na sociedade, constituindo assim ambientes propícios para o desenvolvimento de redes de intervenção na escola e na cidade.

O estabelecimento destas redes possibilitava as lideranças estudantis conduzir o movimento estudantil para determinadas bandeiras, sem necessariamente tornar os estudantes massa de manobra, mas sim com o intuito de sensibilizá-los para inserirem-se também no campo de idéias que determinada força política acreditava ser melhor para o processo democrático. Para a engrenagem do movimento estudantil secundarista estes espaços de socialização política tornaram-se campo de atuação fundamental para a consolidação dos ideais de sociedade. Os embates e as disputas políticas que ocorriam no interior destes espaços contribuíram para a percepção das concepções de mundo das forças políticas.

Um dado que chamou a atenção na pesquisa diz respeito a poder das mobilizações de rua sob os estudantes. O espaço da rua, palco de muitas das suas manifestações culturais e políticas, funcionava como espaço de reivindicação, como megafone das questões cotidianas, escolares, mas também como estratégia de tornar sua voz, sua forma de perceber o “estado de coisas”, visível para a sociedade. A ocupação da cidade ocorrida pelas passeatas e pelos roletaços demonstra a capilariedade que o movimento estudantil secundarista desencadeou neste processo de participação política e necessidade da ocupação da cidade como território de disputas e enfrentamentos.

A aproximação com as correntes políticas ou com grupos organizados tornou-se condição no movimento estudantil. Entretanto, a escolha por

determinado grupo político estava condicionada à trajetória particular de cada envolvido e também à capacidade de determinadas lideranças em identificar novos quadros estudantis e de aproximá-los das correntes partidárias. As forças políticas estavam disseminadas no interior do movimento e expressavam as orientações dos partidos com os quais os estudantes estavam filiados ou associados. Com o término da ditadura restabeleceu-se o pluripartidarismo e conseqüentemente algumas correntes políticas foram reorganizadas e outras foram fundadas. Era, então, necessário disseminar o pensamento político de determinados agrupamentos da sociedade civil que organizados em torno de determinados partidos representavam diferentes concepções de democracia.

Importante destacar a relação conflituosa entre partido e os jovens, expressa pela relação de tutela das correntes partidárias perante os coletivos juvenis, apresentadas algumas vezes através do descaso com a força política deste agrupamento, pelo estabelecimento de bandeiras que não representavam demandas juvenis, pela visão instrumental que os partidos tinham do movimento estudantil e pelo estabelecimento de uma relação verticalizada e centralizadora. Porém, também se faz necessário sinalizar que os jovens, em diferentes momentos históricos, no diálogo com os partidos interferiram em suas dinâmicas, apontando o importante papel que cumpriram no cenário das lutas sociais e tentando se fazer presente seja pelo rompimento com a corrente política ou através da institucionalização no interior dos partidos de espaços voltados para o segmento juvenil.

Outro ponto de destaque é a percepção que essas lideranças têm de si próprios, ou seja, a forte identidade coletiva que atravessa todos os envolvidos. Na análise das entrevistas pudemos constatar que a identidade destes jovens estava marcada pela auto-imagem de sujeitos participantes, de atores sociais com capacidade de articular e mobilizar os estudantes, de interferir no tempo da escola e nas decisões da cidade. Pode-se concluir que os dirigentes da AMES tiveram suas identidades marcadas pelos partidos políticos⁷⁵ ou por fortes convicções ideológicas. Aqui a noção de

⁷⁵ Esta relação é analisada em outros estudos como o de Marialice Foracchi (1965) que aponta a relação do papel desempenhado pelos partidos na politização da massa estudantil.

identidade deve ser compreendida como uma palavra “dinâmica, processual e interativa” (Mische, 2002:139), ou seja, inserida num contexto onde os jovens estão vivenciando diferentes possibilidades de expressão de sua condição juvenil.

Para finalizar sinalizamos que apesar do caráter de transitoriedade do movimento estudantil secundarista esta experiência vivida possibilitou a compreensão da dinâmica política existente no interior dos sistemas de poder e tornou esses sujeitos ao mesmo tempo revolucionários de seu tempo e cidadãos do tempo atual.

O movimento do passe livre possibilitou as lideranças da AMES e os estudantes que participaram das mobilizações reconhecerem-se como protagonista da aprovação do passe livre. Independentemente das disputas das forças políticas, da verticalidade dos processos de decisão partidária, dos entraves impostos pelas direções das escolas, estes atores intitulavam-se sujeitos de seus atos e articuladores políticos. Vale frisar a importância de recuperarmos a dinâmica que ocorre no interior do movimento estudantil secundarista, valorizando as novas formas de intervenção política, mas identificando nas formas tradicionais os mecanismos que possibilitam sua intervenção ser mais propositiva.

A ampliação da cultura política para além do espaço institucional, das leis, do parlamento, dos aparelhos políticos partidários, do conceito de participação política tradicional, não deve desconsiderar o seu caráter propositivo e sua capacidade de intervenção na luta por direitos à cidade, empreendendo um movimento de resistência, uma ação coletiva, para operarem como motores de melhorias nas condições de ensino dos estudantes do ensino médio, intervindo na cena política através da criação de novas trajetórias, em novos tempos e espaços.

BIBLIOGRAFIA

ABAD, Miguel, Crítica política das políticas de juventude. In: Políticas públicas: juventude em pauta. Maria Virgínia de Freitas e Fernanda de Carvalho Papa (org.). São Paulo: Cortez; Ação Educativa: Fundação Friedrich Ebert, 2003.

_____, Políticas de Juventud Conceptos y herramientas em lo local. Tomo I: Lãs polítcas públicas en el contexto de la población juvenil Corporación Paisajovem – GTZ, 2004.

ABRAMO, Helena Wendel, Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. In: PERALVA, Angelina e SPOSITO, Marília (orgs). Juventude e contemporaneidade. Revista Brasileira de Educação, n.5/6, mai/dez, 1997.

_____, Jovens e juventude: Contribuições Participação e organizações juvenis. Redes e Juventudes: Fundação Kellogg (2004)

ABRAMOVAY, Mirian; CASTRO, Mary Garcia. Ensino Médio: múltiplas vozes. Brasília: UNESCO/Ministério da Educação, 2003.

ALBERTI, Verena. História oral: a experiência do CPDOC. Rio de Janeiro: FGV, 1989.

ALBUQUERQUE, José A. G., Movimento estudantil e consciência social na América Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

BANGO, Julio, Políticas de Juventude na América Latina: intensificação de desafios. In: Políticas públicas: juventude em pauta. Maria Virgínia de Freitas e Fernanda de Carvalho Papa (org.). São Paulo: Cortez; Ação Educativa: Fundação Friedrich Ebert, 2003..

BOSI, Ecléa. Memória e sociedade: lembranças de velhos. Companhia das Letras 3ª ed., São Paulo, 1994.

CARRANO, Paulo César Rua, Jovens e participação política. In: Juventude e escolarização (1980-1998) / Coordenação Marília Sposito. – Brasília: MEC/Inep/Comped, 2002.

CASTRO, M. H. G. e DAVANZO, A. M. Q. (org.) Situação da educação básica no Brasil. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais: 1999.

CHIZZOTTI, Antonio. Pesquisa em ciências humanas e sociais. São Paulo: Cortez, 1995.

CUNHA, L. A. Política Educacional no Brasil: a profissionalização do ensino médio. RJ. Livraria Eldorado. Tijuca Ltda, 1977.

DIAS, José Dias. Partidos e eleições no Rio de Janeiro – 1974 – 94 in FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.) Rio de Janeiro: uma cidade na história, Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2000.

FORACCHI, Marialice Mencarini, A juventude na sociedade moderna. São Paulo: Pioneira, 1972.

FORACCHI, Marialice Mencarini, O estudante e a transformação da sociedade brasileira. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. Graal, 12ª ed., Rio de Janeiro, 1985.

FREITAS, Maria Virgínia; PAPA; Fernanda de Carvalho. Políticas públicas: juventude em pauta. São Paulo: Cortez/Ação Educativa/Friedrich Ebert Stiftung, 2003.

GATTAZ, André Castanheira. Braços da resistência: uma história oral da migração espanhola. Xamã, São Paulo, 1996.

GHANEM, E. O Papel do grêmio estudantil e a qualidade do ensino no curso noturno. *Idéias*, São Paulo: FDE, n.25, p.61-70, 1995.

GHANEM, E. Os Grêmios livres e o movimento secundarista. *Cadernos do CEDI*, São Paulo, n.19, p.35-51, jan.1989.

KRISCHKE, Paulo J. Questões sobre juventude, cultura política e participação democrática, 323-351, ABRAMO, Helena W. e BRANCO, Pedro Paulo M. (org.) São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2005.

HALBWACHS, Maurice. A Memória colectiva. São Paulo: Edições Vértice, 1990.

HOBSBAWN, Eric, Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras., 1996.

KUENZER, Acácia. Ensino Médio e Profissional: as políticas do Estado Neoliberal. São Paulo: Cortez, 2001.

LEÓN, Oscar Dávila, Da agregação programática à visão construtiva de políticas de juventude. In: Políticas públicas: juventude em pauta. Maria Virgínia de Freitas e Fernanda de Carvalho Papa (org.). São Paulo: Cortez; Ação Educativa: Fundação Friedrich Ebert, 2003.

MEC-SPHAN/Pró-Memória, 1980a. Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória. Brasília.

MELUCCI, Alberto, Acción Colectiva, Vida Cotidiana y Democracia. México. El Colégio de México, Centro de Estudios Sociológico, 1999.

_____. A Invenção do Presente: movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis, Editora Vozes, 2001.

_____. Um objetivo para os movimentos sociais? Revista Lua Nova de cultura e política, nº 17, 1989.

MISCHE, Ann, De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política. In: PERALVA, Angelina e SPOSITO, Marilia (orgs). Juventude e contemporaneidade. Revista Brasileira de Educação, n.5/6, mai./dez, 1997.

MÜXEL, Anne, (1997). Jovens dos anos noventa: à procura de uma política sem rótulos. In: Juventude e contemporaneidade. São Paulo: Cortez/Anped, Revista Brasileira de Educação, números 5 e 6 – especial –, 1997.

NOVAES, R – Juventudes Cariocas, mediações, conflitos e encontros culturais” in VIANNA, Hermano (org)Galeras Cariocas: territórios de conflitos e encontros culturais. Rio de Janeiro: Editora UFRJ,, 1997.

PEREIRA, Isabel Brasil, Rompendo a reprodução: Educação e movimento estudantil secundarista no Rio de Janeiro (1976-1990). Rio de Janeiro, Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1991.

POERNER, Artur José, O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros. São Paulo: Centro de Memória da Juventude, 1995.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.5, n.10, 1992.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento e Silêncio. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

PONTUAL, Pedro, (2003). Juventude e poder público: diálogo e participação. In: Políticas públicas: juventude em pauta. Maria Virgínia de Freitas e Fernanda de Carvalho Papa (org.). São Paulo: Cortez; Ação Educativa: Fundação Friedrich Ebert.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira, História da Educação no Brasil. 15. Ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

RUA, Maria das Graças. As políticas públicas e a juventude dos anos 90. In: Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas. Vol. 2. Brasília: Comissão Nacional de População e Desenvolvimento, 1998.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos Décadas de espanto e uma apologia Democrática. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1998.

SAVIANI, D . - Escola e Democracia - SP, Cortez, 1984

SCHMIDT, João Pedro, (2001). Juventude e política no Brasil: a socialização política dos jovens na virada do milênio. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.

SPOSITO, Marília Pontes. Estudos sobre juventude em educação. Revista Brasileira de Educação no 5 e 6.

SPOSITO, Marília,. Trajetórias na constituição de políticas públicas de juventude no Brasil. In: Políticas públicas: juventude em pauta. Maria Virgínia de Freitas e Fernanda de Carvalho Papa (org.). São Paulo: Cortez; Ação Educativa: Fundação Friedrich Ebert, 2003.

TEIXEIRA, A., Educação e democracia. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1997.

TOURAINÉ, Alan., Os novos conflitos sociais. Para evitar Mal-Entendidos, Revista Lua Nova de cultura e política, nº 17, 1989.

TRAJANO, José Sento-Sé. A política retorna à praça: notas sobre a Brizolândia in FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.) Rio de Janeiro: uma cidade na história, Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2000.

THOMPSON, Paul. A voz do passado: história oral. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1992.

UNESCO. Políticas públicas de/para/com juventudes, Brasília, 2004.